

ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

MELITA HICKEL

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD):
A REALIDADE BRASILEIRA E AS CONTRIBUIÇÕES DE OTTO PETERS

São Leopoldo

2009

MELITA HICKEL

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD):
A REALIDADE BRASILEIRA E AS CONTRIBUIÇÕES DE OTTO PETERS

Tese de Doutorado
Para obtenção do grau de
Doutor em Teologia
Escola Superior de Teologia
Programa de Pós-Graduação
Área de Concentração: Religião e
Educação

Orientadora: Gisela Isolde Waechter Streck

São Leopoldo

2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H627e Hickel, Melita

Educação a distância (EAD): a realidade brasileira e as contribuições de Otto Peters / Melita Hickel ; orientadora Gisela Isolde Waechter Streck. – São Leopoldo : EST/PPG, 2009.

177 f. : il.

Tese (doutorado) – Escola Superior de Teologia. Programa de Pós-Graduação. Doutorado em Teologia. São Leopoldo, 2009.

1. Peters, Otto, 1926 – . 2. Ensino à distância – Brasil. 3. Educação – Leis e legislação - Brasil. 4. FernUniversität. I. Streck, Gisela Isolde Waechter Streck. II. Título.

Ficha elaborada pela Biblioteca da EST

MELITA HICKEL

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD):
A REALIDADE BRASILEIRA E AS CONTRIBUIÇÕES DE OTTO PETERS

Tese de Doutorado
Para obtenção do grau de
Doutor em Teologia
Escola Superior de Teologia
Programa de Pós-Graduação
Área de Concentração: Religião e
Educação

Data: 21 de outubro de 2009

Gisela Isolde Waechter Streck – Doutora em Teologia - EST

Manfredo Carlos Wachs – Doutor em Teologia - EST

Miguel Alfredo Orth - Doutor em Educação - UNILASALLE

Rudolf Eduard von Sinner - Doutor em Teologia - EST

Susane Martins Lopes Garrido – Doutora em Informática na Educação –
UNISINOS

AGRADECIMENTOS

É preciso incluir agradecimentos formais e sinceros a todos aqueles que contribuíram para que a pesquisa e o estudo que deu subsídios a esta tese fossem realizados.

Agradeço, também, a quem, acreditando no projeto constantemente em construção, incentivou-me a buscar respostas às questões que me motivaram a iniciar e dar continuidade a esta pesquisa: a todos e todas de minha família: Pai, Mãe, Lu, Rô's, Nathan, Matheus, Rodolfo e, em especial, também com muito amor e carinho, ao "meu" Evaldo... Saibam que sem o apoio, a confiança e o incentivo de vocês esta tese não existiria. A vocês, mais do que meu muito obrigada, esta tese!!!

Pelo exemplo de dedicação à academia e respeito aos acadêmicos e estudantes brasileiros em geral, agradeço ao Prof. Dr. Balduino Antonio Andreola, que me mostrou que o sonho pode tornar-se realidade, independente do tempo de cada um/a. Baldô, qualquer pessoa pode tornar-se professor/a, mas, para ser mestre, precisa-se de muito mais... precisa-se de amorosidade, de carinho, de ternura, de diálogo, de respeito aos silêncios de cada um/a, de conhecimento construído a partir de cada indivíduo e de todos/as. Tu, Baldô, és um grande Mestre!!!

Pelo exemplo de vida, profissionalismo e dedicação à sala de aula e à educação, agradeço especialmente a outros dois grandes Mestres: Walter Volkmann e Gerhard Fuhr. Gerhard, um dia tu me disseste que "essa coisa pega"... é... e a formação na área de educação pegou mesmo... o presente trabalho e toda a pesquisa que deu origem a ele são provas disso.

Agradeço ao Prof. Dr. Otto Peters, que abriu as portas de sua residência, espaço em sua agenda, disponibilizou sua produção intelectual e sempre esteve à disposição para o diálogo, esclarecimentos e orientações, além de ser o inspirador-mor desta pesquisa.

Agradeço, também, ao Prof. Dr. Helmut Hoyer, atual Reitor da FU desde o dia 1º de abril de 1997 e Presidente do ICDE de setembro de 2005 a janeiro de 2008, pelo interesse e colaboração para que esse trabalho se tornasse realidade. O Prof. Dr. Hoyer está exercendo seu terceiro mandato à frente da FernUniversität in Hagen. Este mandato encerra-se em 1º de junho de 2010.

Através do agradecimento ao Prof. Peters e ao Prof. Hoyer, estendo o agradecimento à FernUniversität in Hagen, cujo trabalho, trajetória, dificuldades e conquistas também estão espelhados nesta tese. Agradeço, ainda, a todas as pessoas que na FU, e a partir de lá, me auxiliaram, contribuindo com o fornecimento de informações preciosas para esta tese.

À Profa. Dra. Gisela Isolde Waechter Streck, agradeço pela credibilidade, pelo incentivo, pelo apoio, pela sensibilidade, pela paciência e, principalmente, pela orientação! Ao agradecer a ela, estendo o agradecimento a todos que, ao aceitarem fazer parte da banca, se comprometeram em, ao indicar o aprimoramento do

trabalho realizado, contribuir para o desenvolvimento da Educação a Distância no país.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação da Escola Superior de Teologia (PPG/EST), em São Leopoldo/RS, pelo espaço encontrado para a realização da caminhada da Pós-Graduação Stricto Sensu, execução desta pesquisa e conseqüente construção desta tese. Em especial meu reconhecimento a todos os docentes da EST, em cujas salas de aula estive, e que muito contribuíram para a construção de meu conhecimento.

Ao agradecer ao PPG/EST, estendo o agradecimento a toda a Rede Sinodal de Educação e a seus colaboradores, pelo exemplo do fazer educação com qualidade e dedicação e, também, pelo apoio e reconhecimento a meu profissionalismo, tanto como professora, quanto como secretária que fui no Colégio Sinodal, de São Leopoldo, entre os anos de 1996 e 2004, e pelo incentivo ao trabalho de pesquisa, pela e para a Academia.

Ao CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico –, agradeço pelo apoio financeiro recebido durante parte do período de realização desta tese.

Principalmente e, acima de tudo, agradeço a Deus, por ter-me abençoado com a saúde física, mental e intelectual para que este trabalho fosse concluído e, principalmente, por ter-me aproximado e cercado de pessoas que valorizaram, apoiaram e incentivaram esta trajetória, me estimulando e subsidiando com energia, amor, carinho e, também, sempre que necessário, com recursos financeiros, em momentos de dificuldade e que pareciam intransponíveis.

*Se quisermos saber
para onde nos leva
a viagem no desenvolvimento
do ensino a distância,
é preciso reconhecer primeiramente de onde vem
essa forma
de ensinar e estudar.*

(Otto Peters)

*Ide por todo o mundo
e pregai o Evangelho a toda a criatura.*

(Marcos 16. 15)

Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações.

(Mateus 28. 19)

*Se alguém der um ducado
[moeda de ouro]
para a guerra contra os turcos
(mesmo que nos atacassem),
seria justo doar
cem ducados para a educação.*

(Martinho Lutero)

RESUMO

A Tese de Doutorado apresentada a seguir é fruto da pesquisa realizada por sua autora a partir de sua promoção direta para o Doutorado, após a aprovação no Exame de Qualificação para o Mestrado, além de anotações em atividades anteriormente desenvolvidas e que têm relação direta com o tema. A pesquisa em questão tem como objeto de estudo a modalidade de ensino Educação a Distância e como principal embasamento teórico a obra do Prof. Dr. Otto Peters e a análise da Legislação Brasileira da área, bem como de pesquisadores brasileiros de EAD e a breve apresentação de quatro Universidades localizadas no Estado do Rio Grande do Sul. No primeiro capítulo, é apresentada uma breve biobibliografia do Prof. Peters e alguns dos principais fatores presentes em sua obra e de extrema relevância para a EAD. Otto Peters foi o fundador e primeiro reitor da *FernUniversität (FU) in Hagen*, Universidade a Distância da Alemanha, que está em funcionamento desde o início de dezembro de 1974, além de ser ícone e referência na área e muito ter contribuído e ainda contribuir para o crescimento da EAD e para que a mesma tenha alcançado a credibilidade e o reconhecimento que esta modalidade de ensino goza nos nossos dias. Neste capítulo, também há o registro de dados sobre a *FernUniversität* e da entrevista com o Prof. Peters realizada em Hagen. O segundo capítulo é destinado à apresentação da legislação brasileira para a modalidade de ensino estudada e a análise de alguns de seus aspectos mais significativos e relevantes para o presente estudo. Também é apresentado o panorama da EAD no Brasil e brevemente a proposta de trabalho na área de EAD de quatro IES gaúchas. O terceiro capítulo aborda uma série de questionamentos e reflexões pertinentes à EAD e uma tentativa de respostas a eles.

Palavras-Chave: Educação a Distância. Otto Peters. *FernUniversität*. Legislação da EAD.

ABSTRACT

The here presented PhD thesis is the result of the research by its author, started after her direct promotion for Doctorate, which followed her passing the Qualifying Exam for Master, as well as of notes on activities previously undertaken and directly related to the theme. The research has as subject the modality of education Distance Education (DE), and as main theoretical basis the work of Prof. Dr. Otto Peters and the analysis of the Legislation of Brazil in the area, as well as those of Brazilian DE researchers and a brief presentation of four universities in the state of Rio Grande do Sul. In the first chapter a brief biobibliography of Prof. Peters is presented, alongside some of the main factors present in his work that are of extreme importance for DE. Otto Peters was the founder and first rector of the *FernUniversität* (FU) in Hagen, Distance University of Germany, which is operating since the beginning of December 1974, being an iconic reference in the area, having contributed and still largely contributing for the development of DE and the credibility and recognition that this modality of education enjoys nowadays. In this chapter are also to be found data registers about the *FernUniversität* and the interview with Prof. Peters which took place in Hagen. The second chapter focuses on the presentation of the legislation of Brazilian for the modality of education studied, as well as the analysis of some of its most significant and relevant aspects for this work and briefly the proposed work in the area of distance education four universities in the state of Rio Grande do Sul. The third one comprehends a series of questions and reflections pertinent to DE and attempts of answers to them.

Keywords: Distance Education. Otto Peters. *FernUniversität*. DE Legislation.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância
AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEED/RS – Conselho Estadual de Educação/Rio Grande do Sul
CES – Câmara de Educação Superior
CIED – Congresso Internacional de Educação a Distância
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
CRE – Coordenadoria Regional de Ensino
CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
CRECI – Conselho Regional de Corretores de Imóveis
CVA-RICESU – Comunidade Virtual de Aprendizagem–Rede de Instituições Católicas de Ensino Superior
DAAD – *Deutscher Akademischer Austausch Dienst* (Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico)
DF – Distrito Federal
DOE-SP – Diário Oficial do Estado – São Paulo
DRT – Delegacia Regional do Trabalho
EAD – Educação a Distância
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EST – Escola Superior de Teologia
FEEVALE – Centro Universitário Feevale (Novo Hamburgo/RS)
FU – *FernUniversität* (Universidade a Distância, em Hagen, Alemanha)
ICDE – *International Council for Open and Distance Education*
IEPG – Instituto Ecumênico de Pós-Graduação
IES – Instituição de Ensino Superior
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPAE – Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LMS – *Learning Management System*
MEB – Movimento de Educação de Base
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MOODLE – *Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment*
NAVI – Núcleo de Aprendizagem Virtual
NRW – *Nordrhein-Westfalen* (Estado Alemão)
PE – Pernambuco
PEE – Plano Estadual de Educação
PNE – Plano Nacional de Educação
PR – Paraná
PROINFO – Programa Nacional de Tecnologia Educacional
RJ – Rio de Janeiro
ROODA – Rede Cooperativa de Aprendizagem
RS – Rio Grande do Sul
SBC – Sociedade Brasileira de Computação
SC – Santa Catarina
SEAD – Secretaria de Educação a Distância

SEED – Secretaria de Educação a Distância
SESI – Serviço Social da Indústria
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SINPRO/RS – Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul
SP – São Paulo
TELEDUC – Ambiente para criação, participação e administração de cursos na web
TICs – Tecnologias da Informação e Comunicação
UAB – Universidade Aberta do Brasil
UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
ULBRA – Universidade Luterana do Brasil
UNB – Universidade de Brasília
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UNILASALLE – Centro Universitário Lasalle
UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul
UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina
USP – Universidade de São Paulo
VIRTUALE – Ambiente Virtual de Aprendizagem
WebCT – *Web Course Tools*
ZFU – *Staatliche Zentralstelle für Fernunterricht*

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Evolução do número de alunos da FU entre 1975/1976 e 2005/2006	31
GRÁFICO 2: Crescimento do número de alunos de EAD entre 2004 e 2006	148
GRÁFICO 3: Crescimento do número de cursos lançados entre 1983 e 2006	149
GRÁFICO 4: Distribuição dos cursos na modalidade a distância por tipo de curso	150

LISTA DE MAPAS

MAPA 1:	Localização dos Centros de Estudos da FU na Europa	28
MAPA 2:	Mapa dos locais de provas da UNISUL	131

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Currículo: abordagens moderna e pós-moderna	41
TABELA 2: Distância transacional	50
TABELA 3a: Universidades de Ensino a Distância e estrutura de mídia típicas	66
TABELA 3b: Universidades de Ensino a Distância e estrutura de mídia típicas (continuação)	67
TABELA 4: IES Gaúchas e suas primeiras ações em EAD (em ordem cronológica)	75
TABELA 5: Atos legais da EAD de 1997 a 2009	81
TABELA 6: Principais momentos do desenvolvimento de EAD no Brasil	154

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1 ASPECTOS HISTÓRICOS NA EAD E AS RELAÇÕES ENTRE TEORIA E PRÁTICA EM OTTO PETERS.....	26
1.1 A FernUniversität - FU.....	27
1.2 A biobibliografia de Otto Peters.....	29
1.3 Aspectos histórico-conceituais	35
1.3.1 Educação a distância pré-industrial	37
1.3.2 Educação por correspondência	37
1.3.3 Educação a distância nos anos 1970, 1980 e 1990.....	38
1.3.4 Educação a distância informatizada	39
1.4 Abordagem teórica.....	42
1.4.1 Modelo da correspondência.....	43
1.4.2 Modelo da conversação.....	44
1.4.3 Modelo professoral	46
1.4.4 Modelo tutorial	47
1.4.5 Modelo tecnológico de extensão.....	48
1.4.6 Distância transacional.....	49
1.5 Concepções da Educação a Distância.....	52
1.5.1 Diálogo didático	53
1.5.1.1 Aspecto didático-científico	54
1.5.1.2 Aspecto didático-universitário	54
1.5.1.3 Aspecto didático-teleducativo	55
1.5.1.4 Aspecto pedagógico	55
1.5.1.5 Aspecto filosófico	56
1.5.1.6 Aspecto antropológico	56

	17
1.5.1.7 Aspectos sociológicos.....	56
1.5.2 <i>Estrutura: o estudo tecnológico-pedagógico estruturado</i>	57
1.5.3 <i>Autonomia (estudo autônomo)</i>	58
1.5.3.1 Dimensão filosófica.....	59
1.5.3.2 Dimensão pedagógica.....	59
1.5.3.3 Dimensão didática.....	59
1.6 Modelos de educação à distância a partir da perspectiva metodológica.....	60
1.6.1 <i>Modelo da “preparação para exame”</i>	61
1.6.2 <i>Modelo da educação a distância por correspondência</i>	62
1.6.3 <i>Modelo multimídia (de massa)</i>	62
1.6.4 <i>Modelo de educação a distância em grupo</i>	63
1.6.5 <i>Modelo do aluno autônomo (ou aprendizagem por contrato)</i>	63
1.6.6 <i>Modelo de educação a distância baseado na rede</i>	64
1.6.7 <i>Modelo de ensino em sala de aula estendido tecnologicamente</i>	65
1.6.8 <i>Modelos híbridos</i>	66
2 A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGISLAÇÃO	72
2.1 Panorama histórico da EAD no Brasil.....	75
2.2 Legislação brasileira.....	82
2.2.1 <i>A Lei Federal n. 9394/96</i>	84
2.2.2 <i>Decretos</i>	90
2.2.3 <i>Portarias</i>	92
2.2.4 <i>Pareceres</i>	94
2.2.5 <i>Resoluções</i>	95
2.2.6 <i>Plano Nacional de Educação (PNE)</i>	96
2.3 EAD em IES Confessionais gaúchas.....	99
2.3.1 <i>CVA-RICESU</i>	100
2.3.1.1 <i>UNILASALLE</i>	103

	18	
2.3.1.2 PUC RS	106	
2.3.1.3 UNISINOS.....	110	
2.3.2 EST	114	
3 EAD: REFLEXÕES ACERCA DE QUESTÕES RELEVANTES E INQUIETANTES.....	121	
3.1 Como? Regulamentação.....	122	
3.2 Onde? Momentos presenciais são imprescindíveis para a EAD?.....	<u>128</u>	Excluído: 129
3.3 Para quem? Quem é o Aluno de Cursos a Distância?.....	<u>136</u>	Excluído: 137
3.4 Por quê? Que motivos levam as Instituições de Ensino e Empresas a oferecerem cursos na modalidade a distância? O que fazem os alunos procurarem por cursos a distância?	<u>143</u>	Excluído: 143
		Excluído: 152
3.5 Quando? O fator TEMPO é importante para a EAD?	<u>152</u>	Excluído: 16
CONCLUSÃO.....	<u>166</u>	
REFERÊNCIAS.....	<u>169</u>	Excluído: 169

INTRODUÇÃO

Analisar o cenário da Educação a Distância (EAD) no Brasil e, em especial em Instituições de Ensino Superior confessionais¹, no Rio Grande do Sul – Capital e Região Metropolitana – bem como alguns aspectos da trajetória da EAD na *FernUniversität* (FU) de Hagen, Alemanha, que juntamente com a *Open University*, do Reino Unido, é precursora da EAD universitária no mundo, e as contribuições do Prof. Dr. Otto Peters para esta modalidade de ensino são os propósitos da pesquisa que deu origem à presente tese de doutorado, em cujo corpo consta a apresentação de algumas conclusões e respostas provisórias a uma série de questionamentos acerca do tema e da pesquisa realizada.

Considerando a relevância da obra de Otto Peters para o pensamento pedagógico contemporâneo, a presente pesquisa focalizou essas contribuições. De acordo com Peters, “se quisermos saber para onde nos leva a viagem no desenvolvimento do ensino a distância, é preciso reconhecer primeiramente de onde vem essa forma de ensinar e estudar”.²

Além da inspiração em Peters, foram consideradas as palavras de Martinho Lutero, no manifesto “Aos Conselhos de todas as cidades da Alemanha para que criem e mantenham escolas cristãs”: “se alguém der um ducado para a guerra contra os turcos (ainda que nos assediassem), seria justo que se doassem cem ducados, embora com eles se pudesse educar apenas um garoto”.³

Por fim, porém não menos importante, muito pelo contrário, pois são verdades que me acompanham desde o batismo, em Marcos 16.15 está escrito: “Ide por todo o mundo e pregai o Evangelho a toda a criatura”. E em Mateus 28.19: “Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações”. Acredito que, através da Educação a

¹ Nesta tese, serão apresentados aspectos da EAD das Instituições de Ensino Superior da CVA-RICESU (Comunidade Virtual de Aprendizagem–Rede de Instituições Católicas de Ensino Superior) localizadas na região metropolitana de Porto Alegre, Capital do Estado do Rio Grande do Sul, e da Faculdades EST – Escola Superior de Teologia)

² PETERS, Otto. *Didática do ensino a distância: experiências e estágio da discussão numa visão internacional*. Tradução de Ilson Kayser. São Leopoldo: Unisinos, 2001. p. 69.

³ LUTERO, Martinho. Aos Conselhos de todas as cidades da Alemanha para que criem e mantenham escolas cristãs [1524]. In: LUTERO, Martinho. *Obras selecionadas: fundamentos, oração, sexualidade, educação, economia*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1995. v. 5. p. 305.

Distância, tem-se um caminho, uma forma a mais para levar a palavra de Deus às pessoas, nos locais mais distantes e de difícil acesso.

Não só a palavra de Deus pode ser levada aos mais distantes e diferentes rincões da terra, mas também o conhecimento pode ser construído através do uso de técnicas, da pedagogia e da metodologia da Educação a Distância, fazendo com que as diferenças e desigualdades, tanto sociais quanto de saber, sejam transpostas ou, pelo menos, diminuídas.

As palavras de Mateus, Marcos, Lutero e do Prof. Otto Peters e o exemplo dado por eles foram as principais fontes motivadoras à realização da pesquisa que deu origem a esta tese de doutorado que é a parte mais significativa do que já foi produzido e principal motivação para o que ainda poderá vir a ser elaborado a respeito deste assunto.

Quanto à metodologia de pesquisa utilizada para a realização do trabalho e elaboração desta tese, foram utilizadas a bibliográfica e a documental, ou seja, a partir da leitura de obras de Otto Peters, procedeu-se a análise das informações obtidas, bem como a leitura e análise da legislação brasileira para a área de EAD.

Para muitos, Educação a Distância (EAD) é algo que surgiu recentemente, com o advento da informática e da internet, porém segundo Barros,

a educação a distância recebe hoje ênfase por parecer algo inovador, mas na verdade existe desde o início das civilizações Egípcias, Gregas e Romanas. Desenvolveu-se pelo avanço dos meios de comunicação, especificamente no último século, passando pelo rádio, que foi disponibilizado no início do século 20, logo após pelo aparelho de TV, no final da década de 40; em seguida pelo computador e, recentemente, pela WWW (*Word Wide Web*, isto é, Rede de Abrangência Mundial), a Internet, que apesar de ter sido criada em 1969, só nos últimos seis anos, quando foi aberta para uso comercial, teve sua grande difusão.⁴

Por essa ênfase dada nos últimos anos, portanto, é que se pensa que EAD é uma modalidade de ensino recente. Atualmente, encontram-se cursos a distância nas mais diversas áreas, instituições e níveis. São divulgadas propostas de

⁴ BARROS, Daniela Melaré Vieira. *Educação a distância e o universo do trabalho*. Bauru: EDUSC, 2003. p. 37-38.

inúmeros cursos, com os formatos mais diversos possíveis. Parece até que é o “despertar do mundo” para essa modalidade de Ensino.

A divulgação ampla desses cursos é feita através de jornais, revistas, malas-diretas e da própria internet. Para podermos iniciar a discussão sobre EAD, é necessário primeiro definir o que é esta modalidade de ensino. Segundo o Decreto n. 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, publicado no Diário Oficial da União,

Educação a distância é uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação.⁵

Este Decreto foi revogado pelo Decreto n. 5622, de 19 de dezembro de 2005, e a definição em destaque substituída, ficando a mesma com a seguinte redação:

Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.⁶

Através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9394/96), o Ministério da Educação e Cultura regulamenta esta modalidade de Ensino.

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º. A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º. A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º. As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º. A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:
I – custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

⁵ SCREMIN, Sandra Bastianello. *Educação a Distância: uma possibilidade na educação profissional básica*. Florianópolis: Bookstore, 2002. p. 5.

⁶ DECRETO n. 5622. Disponível na Internet em <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109743/decreto-5622-05>>. Acesso em: 17 set. 2009.

II – concessões de canais com finalidades exclusivamente educativas;
III – reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.⁷

Além do Art. 80, tem-se, na LDB, outros artigos que incentivam essa modalidade de ensino: no Art. 52, item II, está regulamentada a exigência de que pelo menos um terço do corpo docente das instituições de ensino superior tenham titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; no Art. 62, há a exigência de formação em nível superior para os docentes que atuam na educação básica. Tais exigências devem ser cumpridas até o ano de 2006, o que provoca a necessidade de crescimento de oferta desse tipo de formação, já que, para muitos, é impossível deslocar-se de seu local de origem, para realizar cursos de graduação e pós-graduação, em função das longas distâncias e da necessidade de continuar-se trabalhando, para realizar tais cursos.

O aparecimento de muitos projetos de cursos de graduação a distância, alguns já em funcionamento, tem sido provocado pela impossibilidade que os cursos presenciais têm de atender a essas demandas apenas no tempo estipulado. “No período de 1999 a 2001, foram aprovados 14 cursos de graduação pela Secretaria de Educação Superior – SESU, nas áreas de educação, ciências biológicas, matemática, física e química”.⁸

Tem-se, portanto, através desses aspectos técnicos e legais, favorecido o surgimento de inúmeros cursos a distância em nível de extensão, graduação e pós-graduação no nosso país e no exterior. Além disso, deve-se entender o processo de aprendizagem de adultos, para que se entenda as exigências de educação ao longo de toda a vida.

O homem é um ser em sendo. Está chamado a ser cada vez mais. Em uma sociedade que valoriza o homem pelo que tem e produz, é necessário voltar ao autêntico conceito antropológico de que o homem, mais do que produzir e ter deve 'ser mais'. Todo homem se acha em um processo de educação permanente para a realização desse supremo objetivo. A andragogia mostra o caminho que conduz a este fim.⁹

⁷ BRASIL. Lei n. 9394: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, 20 dez. 1996.

⁸ ALVES, Lynn; NOVA, Cristiane. *Educação a distância: uma nova concepção de aprendizado e interatividade*. São Paulo: Futura, 2003. p. 4.

⁹ LUDOJOSKI apud SCREMIN, 2002, p. 31.

Como o desafio de educar e educar-se a distância é imenso, o Ministério da Educação, a fim de orientar a todos os envolvidos neste processo, estabeleceu indicadores de qualidade para autorização de cursos de graduação a distância.

Scremin lista os dez itens que o Ministério da Educação considera como básicos e que devem ser respeitados pelas instituições de ensino que preparam seus programas de graduação a distância. São eles:

1. Integração com políticas, diretrizes e padrões de qualidade definidos para o ensino superior como um todo e par ao curso específico;
2. Desenho do projeto: a identidade da educação a distância;
3. Equipe profissional multidisciplinar;
4. Comunicação/interatividade entre professor e aluno;
5. Qualidade dos recursos educacionais;
6. Infra-estrutura de apoio;
7. Avaliação de qualidade contínua e abrangente;
8. Convênios e parcerias;
9. Edital de informação sobre o curso de graduação a distância;
10. Custos de implementação e manutenção da graduação a distância.¹⁰

Para os cursos de nível fundamental e médio, esses indicadores devem ser definidos pelos Conselhos Estaduais de Educação. Com base nos dez itens anteriormente listados, foram criados critérios de qualidade para o nível fundamental e médio. São eles:

1. Política e planejamento institucional;
2. Design do projeto;
3. Política de recursos humanos;
4. Informação, publicidade e marketing;
5. Avaliação;
6. Comunicação/interatividade;
7. Convênios e parcerias;
8. Custos de implementação e manutenção.¹¹

Muitas são as questões que devem ser observadas, analisadas e avaliadas, quando se trata de educação a distância, e esta amplitude é o grande desafio dessa modalidade de ensino. No primeiro capítulo, temos a apresentação de quem é o Prof. Dr. Otto Peters, qual sua origem, formação, trajetória acadêmica e profissional e relevância para a EAD, além de serem destacados alguns aspectos históricos e relações entre teoria e prática na obra deste renomado e respeitado autor. Logo no

¹⁰ SCREMIN, 2002, p. 12–15.

¹¹ SCREMIN, 2002, p. 12.

início deste capítulo, são apresentados alguns propósitos gerais da *FernUniversität in Hagen* e, encerrando o mesmo, o que o Prof. Peters relatou quando entrevistado por esta pesquisadora em Hagen, em 23 de novembro de 2004.

O segundo capítulo aborda a presença e as características brasileiras da EAD, através da apresentação panorâmica do surgimento e da história da Educação a Distância no país e da análise de aspectos das Legislações Brasileira sobre esta modalidade de ensino, bem como é feita a apresentação panorâmica da modalidade de ensino no Brasil e, em especial, no Rio Grande do Sul, através da abordagem de quatro IES gaúchas¹².

Optou-se por fazer um recorte para a abordagem da legislação e ele inicia com a Lei Federal n. 9394, de 20 de dezembro de 1996, a conhecida “Nova” Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que, após 24 anos de ansiosa espera por parte de educadores e educadoras de todo o país, foi aprovada e está em vigor desde então. O final deste recorte é o momento da conclusão deste trabalho.

O terceiro e último capítulo desta tese é destinado à apresentação de questionamentos acerca da EAD, ou seja, reflexões aprofundadas sobre esta modalidade de ensino em relação a COMO a mesma ocorre, ou seja, que implicações a aplicação da regulamentação traz ao processo, para que o mesmo possa se realizar; ONDE, qual é o lugar, o espaço em que o ensino e a aprendizagem devem ocorrer, há necessidades de momentos presenciais para haja sucesso?; PARA QUEM essa modalidade de ensino é concebida, quem é o aluno de cursos a distância; POR QUÊ ela é oferecida, que motivos levam as Instituições de Ensino e Empresas a oferecerem cursos na modalidade a distância? O que fazem os alunos procurarem por cursos a distância? e QUANDO, ou seja, há tempo definido para que esse processo educacional ocorra? O fator TEMPO é importante para a EAD? Além dessas, outras considerações acerca desta modalidade de ensino são registradas no final deste terceiro capítulo.

Na conclusão, são formuladas considerações a respeito do trabalho realizado, dos obstáculos encontrados, dos avanços e objetivos conquistados e dos

¹² As IES apresentadas no segundo capítulo desta tese foram indicadas pelos integrantes da Banca, na defesa que ocorreu em 21 de outubro de 2009.

desafios a serem enfrentados por quem decide apostar no trabalho com esta modalidade de ensino.

1 ASPECTOS HISTÓRICOS NA EAD E AS RELAÇÕES ENTRE TEORIA E PRÁTICA EM OTTO PETERS

Otto foi o principal expositor da abertura do 1º Congresso Internacional de Educação a Distância e o 3º Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância, organizados pela Seed/MEC (Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação).¹³

Esta é uma das principais informações constantes no artigo de Camila Marques, da Folha Online, edição do dia 03 de dezembro de 2004, que também destaca que, segundo este pesquisador, a utilização do computador na educação precisa ser melhorada.

Neste artigo, segundo Camila, Peters, salienta que

Ele [o computador] não é utilizado como alicerce da educação. É preciso se desenvolver uma pedagogia em que a máquina transforme o modo de aprendizado, e que nele [aprendizado] se empregue, então, todos os recursos possíveis da nova tecnologia.¹⁴

Tomando por base principalmente duas das obras do Prof. Dr. Otto Peters – as duas traduzidas para a Língua Portuguesa pela Editora Unisinos¹⁵ –, além de outros escritos desse autor, citados na bibliografia; a entrevista informal feita com ele na manhã do dia 23 de novembro de 2004, quando me recebeu em sua residência, em Hagen, Alemanha, bem como os e-mails trocados com ele no decorrer do período em que a pesquisa foi desenvolvida, tem-se, a seguir, alguns aspectos históricos na Educação a Distância, bem como as relações entre teoria e prática preconizadas por ele.

Destaca-se que a opção de colocar este capítulo como o primeiro da tese deu-se por opção da autora que preferiu apresentar o trabalho na mesma ordem em que as atividades de pesquisa para a elaboração da mesma ocorreram, isto é, no momento em que conheceu algumas das contribuições de Otto Peters e que pretendeu aproximá-las da realidade brasileira, para que pudessem contribuir para o

¹³ BOLETIM CLIPPING. Sexta-feira 03 dez. 2004, 11h30. Disponível em: clipping@editau.com.br.

¹⁴ BOLETIM CLIPPING, 2004.

trabalho realizado no país na área de EAD, deu-se conta de que deveria realizar o aprofundamento de suas reflexões através da leitura e releitura dos livros de Peters, do diálogo pessoal e por e-mail com o pesquisador, e dos diálogos com outros pares que se originaram nas participações em eventos nacionais e internacionais, no Brasil e fora dele, além do estudo da Legislação Brasileira e Gaúcha da área, bem como a visita à Instituição criada e dirigida pelo teórico, em Hagen, na Alemanha, a saber, a *FernUniversität in Hagen*.

1.1 A FernUniversität - FU

A *Fernuniversität in Hagen* foi fundada em 1º de dezembro de 1974, pelo Prof. Dr. Otto Peters, que também foi seu primeiro reitor por praticamente 10 anos.

De acordo com o *site* da FU, são oferecidos cursos nas seguintes áreas do conhecimento:

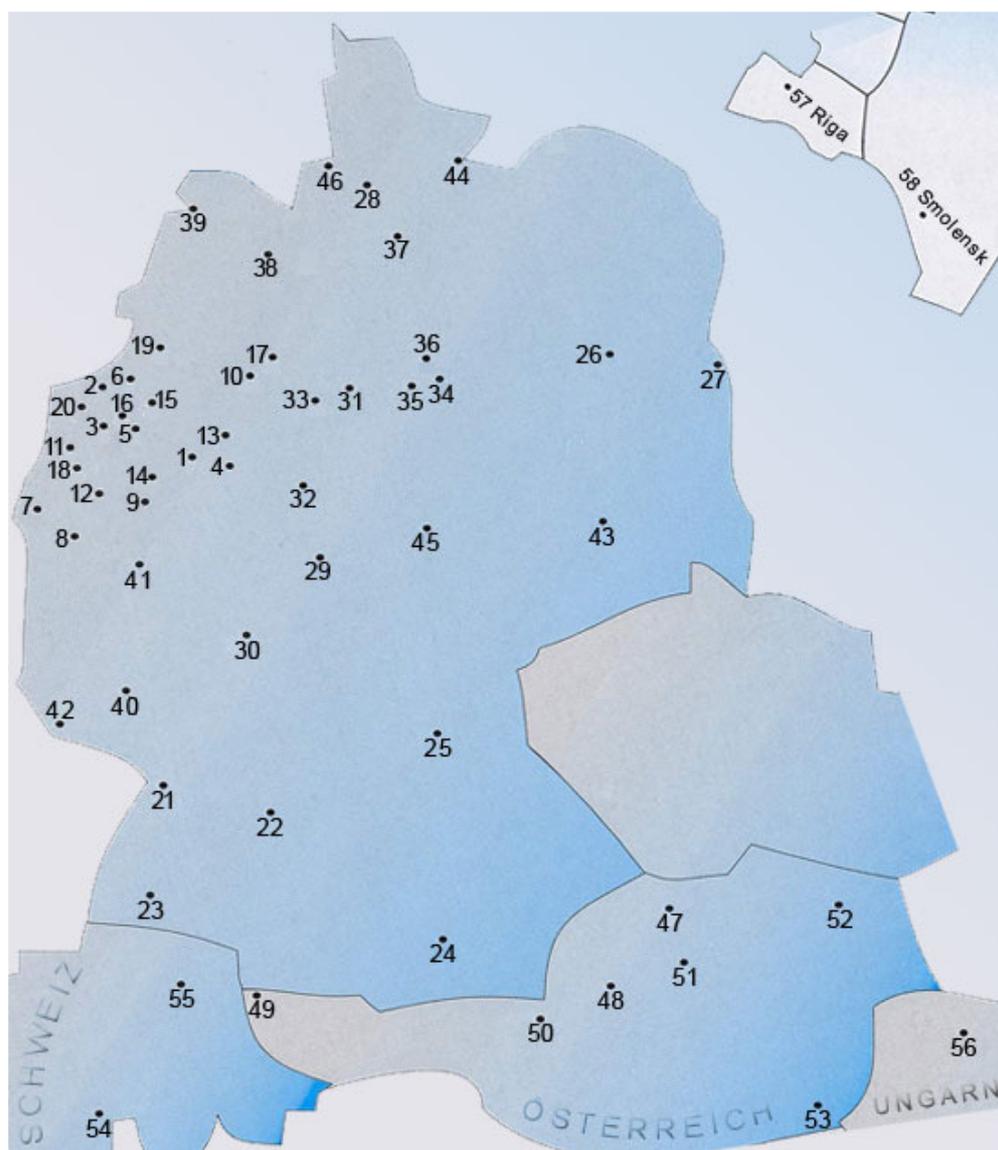
- ✚ Elektrotechnik und Informationstechnik (Eletrotécnica e Tecnologias da Informação);
- ✚ Informatik (Informática);
- ✚ Kultur- und Sozialwissenschaften (Ciências Sociais e da Cultura);
- ✚ Mathematik (Matemática);
- ✚ Rechtswissenschaft (Direito);
- ✚ Wirtschaftswissenschaft (Ciências Econômicas e Financeiras).¹⁶

Na Alemanha e em outros países europeus, há centros de estudos da FU em diferentes lugares. Veja a relação de cidades e sua localização no mapa, como segue:¹⁷

¹⁵ PETERS, 2001; PETERS, Otto. *A educação a distância em transição: tendências e desafios*. Tradução de Leila Ferreira de Souza Mendes. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

¹⁶ FERNUNIVERSITÄT IN HAGEN. Disponível em: <<http://www.fernuni-hagen.de>>. Acesso em: 03 jan. 2008. Tradução livre da autora.

¹⁷ FERNUNIVERSITÄT IN HAGEN. Disponível em: <http://www.fernuni-hagen.de/universitaet/einrichtungen/studienzentren/stdz_karte.shtml>. Acesso em: 03 jan. 2008.

MAPA 1: Localização dos Centros de Estudos da FU na Europa¹⁸

Fonte: Site da FU.

¹⁸ 1. Arnsberg; 2. Borken; 3. Bottrop; 4. Brilon; 5. Castrop-Rauxel; 6. Coesfeld; 7. Eschweiler; 8. Euskirchen; 9. Gummersbach; 10. Herford; 11. Krefeld; 12. Leverkusen; 13. Lippstadt; 14. Lüdenscheid; 15. Lüdinghausen; 16. Marl; 17. Minden; 18. Neuss; 19. Rheine; 20. Wesel; 21. Karlsruhe; 22. Schwäbisch Gmünd; 23. Villingen-Schwenningen; 24. München; 25. Nürnberg; 26. Berlin; 27. Frankfurt/Oder; 28. Hamburg; 29. Bad Hersfeld; 30. Frankfurt/Main; 31. Hildesheim; 32. Göttingen; 33. Hameln; 34. Helmstedt; 35. Salzgitter; 36. Wolfsburg; 37. Lüneburg; 38. Oldenburg; 39. Emden; 40. Kaiserslautern; 41. Koblenz; 42. Saarbrücken; 43. Leipzig; 44. Lübeck; 45. Erfurt; 46. Stade; 47. Linz (Áustria); 48. Bad Goisern (Áustria); 49. Bregenz (Áustria); 50. Saalfelden (Áustria); 51. Steyr (Áustria); 52. Wien (Áustria); 53. Villach (Áustria); 54. Brig (Suíça); 55. Pfäffikon (Suíça); 56. Budapest (Hungria); 57. Riga (Letônia); 58. Smolensk (Federação Russa).

Como é possível constatar, no exterior (fora da Alemanha), os centros de estudos estão localizados em alguns países, que são: Áustria, Suíça, Letônia, Federação Russa e Hungria.

Verificando em mapas, tem-se a informação de que há centros de estudos que ficam bem próximos da sede da FU, como é o caso do da cidade de Lüdenscheid (14), que dista 29 quilômetros de Hagen e, também, centros de estudos muito distantes, como o da cidade de Smolensk (58), na Federação Russa, que fica a praticamente 2.000 quilômetros de distância de Hagen.

A FU está em diversos locais na Alemanha e no exterior - são quase 60 centros de estudos onde orientadores e mentores podem auxiliar os alunos em suas dificuldades. A FU tem, portanto, uma grande área de atuação.

São utilizados diversos materiais (CD-ROMs interativos, DVD, áudio e videocassete, material impresso) para levar a bom termo seus cursos. Os cursos da FU combinam métodos clássicos de ensino com modernas tecnologias de informação e comunicação, bem como as novas Mídias, isto é, a FU coloca em prática um modelo híbrido de EAD.

1.2 A biobibliografia de Otto Peters

Antes de se abordar aspectos histórico-conceituais, modelos, concepções e a perspectiva metodológica da Educação a Distância e as relações entre teoria e prática em Otto Peters, faz-se necessário informar quem é este teórico, qual sua origem, sua formação, sua importância e suas contribuições para a Educação a Distância que hoje são conhecidas, estudadas, aperfeiçoadas e utilizadas.

Otto Peters nasceu em Berlim, atual capital da Alemanha, no dia 06 de maio de 1926. Entre os anos de 1932 e 1940, frequentou a escola básica em sua cidade natal e, de 1940 a 1944, estudou em *Neustadt*. Após a II Guerra Mundial, de volta a Berlim, o Prof. Peters lecionou em *Berlin – Kreuzberg*. Em 1947, matriculou-se na Universidade de Berlim, para estudar História, Inglês, Filosofia, Psicologia e Pedagogia.

Em 1953, através de um programa de intercâmbio, visitou os Estados Unidos, onde ficou por sete meses, tendo estudado por um semestre na Universidade de *Illinois*, em *Champaign-Urbana*. Após essa experiência, voltou a lecionar em *Berlin-Kreuzberg* e a estudar na Universidade Livre de Berlim, onde graduou-se em 1960.

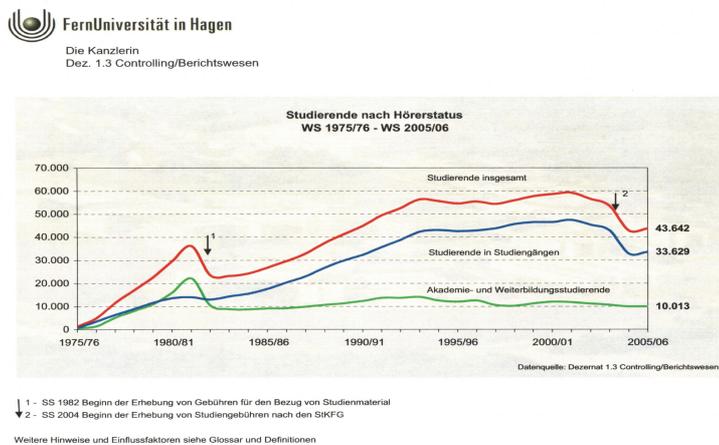
Em 1963, foi nomeado Secretário do Centro Educacional de Berlim, que existe desde aquela época, e tornou-se vice-diretor do Departamento de Metodologia de Ensino. Nessa função, escreveu vários livros que tratam da Educação a Distância.

Em 1969, foi convidado a ingressar no Instituto Alemão de Educação a Distância, na Universidade de *Tübingen*. Nesse Instituto, ficou encarregado pelo departamento de Educação a Distância Comparativa e responsável pela formação científica. Nessa época, fez pós-graduação nessa mesma Universidade e titulouse doutor em 1972. Sua tese trata da Educação a Distância, especificamente em seu sentido antropológico, sociológico e histórico.

Em 1974, tornou-se professor na área da Educação, em Berlim. Um ano após, tornou-se professor também da mesma área na recém-fundada Universidade a Distância (*FernUniversität*), em *Hagen*, e foi nomeado seu reitor.

Por quase dez anos, a partir de 1975, o Prof. Peters foi responsável pelo desenvolvimento da *FernUniversität*, que já chegou a ter em torno de 60 mil alunos no semestre de inverno 2000/2001 e contava com cerca de 43 mil alunos¹⁹ no ano letivo 2005/2006.

¹⁹ FERNUNIVERSITÄT IN HAGEN. Disponível em: <http://www.fernuni-hagen.de/arbeiten/statistik/open_m/studstat/global/Tab1P1_Dia_Internet.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2006.

GRÁFICO 1: Evolução do n. de alunos da FU entre 1975/1976 e 2005/2006

Dia 1p1

Fonte: Site da FU.

Pelas indicações no gráfico, as duas reduções drásticas no número de alunos, em 1982 e 2004, ocorreram em função do início da elevação da taxa de envio de material e da taxa de curso de acordo com a legislação de financiamento do estado em que se localiza a FU (Nordrhein-Westfalen = NRW), respectivamente. Durante 17 anos, Peters ministrou a disciplina “Didática da Educação a Distância” nessa mesma instituição, onde também desenvolveu uma extensa pesquisa sobre o estudo universitário para trabalhadores (“*Studium neben dem Beruf*”).

Como reitor da Universidade a Distância de Hagen, Peters teve a oportunidade de viajar muito para estudar os sistemas e as modalidades de Educação a Distância em diversos países. Esteve, por exemplo, na Argentina, nos Estados Unidos, no Canadá, na Inglaterra, na França, na Holanda, na Áustria, no Japão, na Tailândia, na Índia e na África do Sul.

Desde 1991, é professor emérito da *FernUniversität* de Hagen porém continua trabalhando ativamente com as questões relativas à metodologia da Educação a Distância.

Há alguns anos, quando a tradução para a Língua Portuguesa de seu primeiro livro²⁰ foi lançada pela Unisinos, esteve em São Leopoldo, Rio Grande do Sul, participando de mesa-redonda e da discussão sobre a EAD naquela Instituição. No final de 2004, a convite do MEC, esteve no Rio de Janeiro, contribuindo para o desenvolvimento da EAD no Brasil.

Otto Peters recebeu quatro graus de *Doutor honoris Causa*. Um da Universidade Aberta (*Open University in Großbritannien*), da Inglaterra, um da Universidade aberta de Hong Kong (*Open University of Hong Kong*); outro da Universidade Deakin (*Deakin University*), da Austrália, e o quarto do *Empire State College*, de Nova Iorque, Estados Unidos. Além disso, a Rádio-Universidade a Distância de Shangai o tem como Professor Consultor.

Por oito anos, foi vice-presidente do Conselho Internacional de Educação a Distância – ICDE²¹ e, em 2006, ao completar 80 anos (06 de maio), por seu engajamento e trabalho pela Educação a Distância, recebeu o Prêmio de Excelência desta entidade.²²

Os principais livros de Otto Peters,²³ em ordem cronológica, são:

1965: O ensino a distância;²⁴

1973: A estrutura didática do ensino a distância;²⁵

1976: A Universidade a Distância: o primeiro ano;²⁶

1981: A Universidade a Distância: no quinto ano;²⁷

1994: Otto Peters na educação a distância.²⁸

²⁰ PETERS, 2001. Título Original: *Die didaktik des Fernstudiums: Erfahrungen und Diskussionsstand in nationaler und internationaler Sicht*. Berlin: Hermann Luchterhand Verlag.

²¹ ICDE - *International Council for Distance Education*, com sede em Oslo, Noruega. O ICDE é uma organização não-governamental ligada à UNESCO, com associados individuais ou ligados a instituições de ensino em mais de 100 países. Disponível em: <<http://www.icde.org>>. Acesso em: 11 nov. 2003. Tradução a autora. Em 2006, a autora tornou-se membro desta organização e participou da 22ª Conferência Mundial, entre os dias 03 e 06 de setembro, no Rio de Janeiro/RJ, Brasil. Este Evento ocorre a cada dois anos, em locais diferentes. O 23º aconteceu em 2008, na Holanda, em Maastricht.

²² INFORMATIONSDIENST WISSENSCHAFT. Disponível em: <<http://idw-online.de/pages/de/news157954>>. Acesso em: 20 jan. 2008. Tradução livre da autora.

²³ Disponível em: <<http://homepage.tinet.ie/~dei/ottopeters.htm>>. Acesso em: 14 mar. 2003. Tradução livre da autora.

²⁴ *Der Fernunterricht*. Weinheim: Beltz: 1965. Tradução livre da autora.

²⁵ *Die didaktische Struktur des Fernunterrichts*. Weinheim: Beltz: 1973. Tradução livre da autora.

²⁶ *Die FernUniversität: Das erste Jahr*. Hagen: von Linepe. 1976. Tradução livre da autora.

²⁷ *Die FernUniversität im fünften Jahr*. Köln: v.d.g.s. 1981. Tradução livre da autora.

²⁸ *Otto Peters on Distance Education*. London: Routledge. 1994. Tradução livre da autora.

Em São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil, foram feitas as traduções para a Língua Portuguesa e respectivas publicações de dois de seus livros, pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, a saber:

- 1997: *Didática do ensino a distância: experiências e estágio da discussão numa visão internacional*. Tradução de Ilson Kayser em 2001. São Leopoldo: Unisinos. Título Original: *Die Didaktik des Fernstudiums: Erfahrungen und Diskussionsstand in nationaler und internationaler Sicht*. Berlin: Hermann Luchterhand Verlag.
- 2002: *A educação a distância em transição: tendências e desafios*. Tradução de Leila Ferreira de Souza Mendes em 2003. São Leopoldo: Unisinos. Título Original: *Distance Education in Transition. Trends and Challenges*. University of Oldenburg.

O contato com a Unisinos foi tão importante para Peters que ele dedica esta segunda obra traduzida para a Língua Portuguesa à Profa. Ms. Emi Maria Santini Saft, que atuou como Diretora da Unidade Acadêmica de Graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

A relevância da obra desse autor internacionalmente consagrado é comprovada também a partir do interesse de a Unisinos traduzir e publicar os dois livros indicados e de trazê-lo para ministrar palestra e participar de mesa-redonda pessoalmente, bem como do MEC, ao trazê-lo para palestrar em Evento no final de 2004, numa época em que já era comum a prática de reuniões com o uso de videoconferências.

Outro fator que revela sua importância é o fato de que, aqui no Brasil, por exemplo, formaram-se, no início de 2003, grupos de estudos virtuais para a leitura, aprendizado, debate e discussão sobre um de seus livros, a saber, *Didática do ensino a distância*, sendo que esses grupos de estudos, organizados pela Aquifolium Educacional,²⁹ contaram com a participação de profissionais da área de educação de diversas regiões do Brasil e do exterior, como Portugal, Estados Unidos e Canadá, entre outros.

²⁹ Aquifolium Educacional: Instituição dirigida pelo Prof. Wilson Azevedo e que tem promovido cursos livres a distância, utilizando e abordando justamente esta modalidade de ensino, a EAD. AQUIFOLIUM. Disponível em: <<http://www.aquifolium.com.br>>.

Em obra lançada em setembro de 2007, durante o 13º Congresso Internacional de Educação a Distância – CIED, evento anualmente promovido pela ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância – e que ocorreu entre os dias 02 e 05 de setembro, em Curitiba/PR, há o registro feito pela Professora Carmem Maia e pelo Professor João Mattar, ao analisarem as decisões estratégicas da UNISINOS, a partir da avaliação negativa da trajetória da EAD nesta Instituição em 2005, que destaca os ensinamentos de Peters, como se pode ler a seguir:

Em um processo de reposicionamento estratégico, o departamento foi transformado em um escritório que não mais produz material por conta própria, mas atende à demanda interna da instituição, capacitando professores para o desenvolvimento de seu próprio material online. Além disso, realiza também prospecção das necessidades externas e busca parcerias, tendo se transformado em um escritório de consultoria. Um trabalho que coloca em prática a EaD pós-moderna, tal como pensada por Otto Peters.³⁰

Na obra *Educação a distância: uma visão integrada*, de Michael Moore e Greg Kearsley,³¹ também lançada em setembro de 2007, durante o 13º CIED, ao analisar o índice remissivo, constata-se a referência a Peters em três locais distintos, a saber, na página 238, onde há um item que trata do “trabalho original” publicado em 1967, *Das Fernstudium an Universitäten und Hochschulen*, que foi traduzido para o inglês em 1983 com o título *Ensino a distância e produção industrial: esboço de uma interpretação comparativa*,³² e nas páginas 245 e 246, quando Peters é citado ao tratarem das quatro definições geralmente aceitas de educação a distância.

Em 2008, foi publicada pela Faculdade de Ciências Culturais e Sociais da *FernUniversität in Hagen* uma nova coletânea de textos do Prof. Peters, cujo título é *Educação a distância: questões atuais: considerações pedagógicas por Otto Peters: uma série de documentos de trabalho (2003-2008)*.³³ Este material, até o momento da conclusão desta tese, ainda não havia sido traduzido para a Língua Portuguesa.

³⁰ MAIA, Carmem; MATTAR, João. *ABC da EaD: a educação a distância hoje*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. p. 62.

³¹ MOORE, Michael G.; KEARSLEY, Greg. *Educação a distância: uma visão integrada*. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

³² MOORE; KEARSLEY, 2007, p. 238.

³³ *Distance Education: Current Issues. Pedagogical Considerations by Otto Peters. A series of working papers (2003-2008)*. *FernUniversität in Hagen*, Faculty of Cultural and Social Sciences. 2008. Tradução livre da autora.

Destaca-se que a obra em Língua Inglesa é composta por seis capítulos,³⁴ que são artigos de obras publicadas (ou que estão no prelo) nos Estados Unidos (New Jersey), Inglaterra (London), Índia (Chennai) e Alemanha (Köln), o que também atesta a consagração, a importância e a internacionalização do pensamento e contribuições de Peters para o tema em estudo.

Nestes poucos exemplos acima listados, é possível constatar tanto a grande relevância e importância quanto a atualidade do que Otto Peters pensou, pensa e apregoa para o desenvolvimento da Educação a Distância como modalidade de ensino.

A seguir, serão abordados aspectos histórico-conceituais de sua obra, divididos em quatro fases, a saber, educação a distância pré-industrial; educação por correspondência; educação a distância nos anos 1970, 1980 e 1990, e educação a distância informatizada.

Após, dentro da abordagem teórica, serão apresentados alguns modelos de EAD consagrados, a saber: o modelo da correspondência, o da conversação, o professoral, o tutorial e o tecnológico de extensão.

As Concepções da Educação a Distância serão apresentadas logo a seguir, através da análise do que é Diálogo Didático, do que é Estrutura e do que é Autonomia para Otto Peters.

1.3 Aspectos histórico-conceituais

Acredita-se que Educação a Distância – EAD – é algo que surgiu recentemente, com o advento da informática e da Internet, porém, segundo Barros,

³⁴ A obra citada na nota 32 é dividida em 6 capítulos: *Chapter 1: Learning with new media in distance education* (2003) (Aprender com os novos meios de comunicação na educação à distância); *Chapter 2: Open universities – their mission* (2008) (Universidades Abertas- a sua missão); *Chapter 3: The contribution of open and distance education to lifelong learning* (2008) (A contribuição da educação aberta e a distância para a aprendizagem ao longo da vida); *Chapter 4: A plea for the oral dialogue in online learning* (2006) (Um fundamento para o diálogo oral na aprendizagem on-line); *Chapter 5: How the computer of the future could change teaching and learning* (2007) (Como o computador do futuro pode mudar ensino e aprendizagem); *Chapter 6: The most industrialized form of education – revisited* (2007) (A forma mais industrializada de educação - revisitado). Tradução livre da autora.

A educação a distância recebe hoje ênfase por parecer algo inovador, mas na verdade existe desde o início das civilizações Egípcias, Gregas e Romanas. Desenvolveu-se pelo avanço dos meios de comunicação, especificamente no último século, passando pelo rádio, que foi disponibilizado no início do século 20, logo após pelo aparelho de TV, no final da década de 40; em seguida pelo computador e, recentemente, pela WWW (*Word Wide Web*, isto é, Rede de Abrangência Mundial), a Internet, que apesar de ter sido criada em 1969, só nos últimos seis anos, quando foi aberta para uso comercial, teve sua grande difusão.³⁵

Por essa ênfase dada nos últimos anos, pensa-se que EAD é uma modalidade de ensino recente. Porém, como é possível concluir a partir da citação acima, a EAD é uma modalidade de ensino que já vem sendo utilizada há muito tempo e, segundo Peters, “a história da educação a distância tem sempre sido a história de sua crescente importância”³⁶ no mundo.

Para Peters, os indicadores do aumento da importância da Educação a Distância são:

a ascensão e a integração da aprendizagem on-line, o crescente interesse dos especialistas, dos governos, da União Européia e em parte do público também, a crescente demanda e a crescente importância da pesquisa em Educação a Distância.³⁷

Analisando a produção bibliográfica de Peters, tem-se que, já em 1967, oito anos antes de ser fundada a *FernUniversität*, de Hagen, ele publicou, pela primeira vez, sua “lendária monografia” intitulada “A educação a distância nas universidades e nas instituições de ensino superior: estrutura didática e análise comparativa – uma contribuição para a teoria da educação a distância”.³⁸

Essa obra é uma monografia de 45 páginas e trata da primeira análise teórica de Peters sobre a educação/instrução a distância. Nela, a Educação a Distância é concebida por Peters “como a forma mais industrializada de ensino e aprendizagem”.³⁹

³⁵ BARROS, 2003, p. 37-38.

³⁶ PETERS, 2003, p. 27.

³⁷ PETERS, 2003, p. 27.

³⁸ PETERS, 2003, p. 17. Título Original: *Das Fernstudium an Universitäten und Hochschulen: didaktische Struktur und vergleichende Interpretation – Ein Beitrag zur Theorie der Fernlehre.*

³⁹ PETERS, 2003, p. 17.

Peters, que durante trinta anos elaborou as características das tentativas e práticas da Educação a Distância e enfatizou seu potencial único para a democratização do ensino, divide a história da EAD em quatro períodos, a saber:

Educação a distância pré-industrial.
Educação por correspondência
Educação a distância nos anos 1970, 1980 e 1990
Educação a distância informatizada.⁴⁰

1.3.1 Educação a distância pré-industrial

Para Peters, mesmo sendo singulares e isoladas, as primeiras experiências em Educação a Distância, isto é, a EAD na Era Pré-Industrial, já tiveram profunda importância para os envolvidos, pois o conteúdo era a religião e a controvérsia religiosa, temas levados muito a sério na época.

Ao fazer tal comentário, o autor refere-se às Cartas do Apóstolo Paulo, que, com suas Epístolas, pretendia ensinar às comunidades cristãs na Ásia Menor a viver na condição de cristãos em um ambiente desfavorável.

Para Peters, nesse caso, foram utilizadas as tecnologias da escrita e dos meios de transporte disponíveis com a finalidade de realizar o trabalho missionário sem que, para isso, Paulo tivesse que viajar. Ele destaca que: “Isso já era claramente uma substituição da pregação e do ensino face a face por pregação e ensino assíncronos e mediados. E foi uma abordagem baseada na tecnologia, ainda que ‘pré-industrial’”,⁴¹ que era a tecnologia que o Apóstolo Paulo tinha à disposição na época.

1.3.2 Educação por correspondência

O auge deste período é a metade do Século XIX e, para Peters, esse momento

⁴⁰ PETERS, 2003, p. 27, 45 - 46

⁴¹ PETERS, 2003, p. 29.

acompanhou a industrialização do trabalho, preencheu lacunas e compensou as deficiências do sistema educacional, especialmente no treinamento profissional, e facilitando o primeiro curso alternativo (um segundo) para a preparação para a entrada na universidade.⁴²

Foi nessa mesma época que, na Inglaterra, França e Alemanha, bem como em outros países europeus, surgiram diversas escolas por correspondência. A importância destas escolas estava no fato de que elas ofereciam instrução às pessoas que ficavam à margem do sistema educacional da época. Isso acontecia ou por elas morarem longe dos centros onde havia oferta de educação como, por exemplo, nas colônias britânicas e francesas pelo mundo afora, ou porque o trabalho estava tornando-se cada vez mais industrializado. Essa industrialização da sociedade fazia com que as pessoas tivessem que aprender a realizar novas tarefas e a utilizar novos métodos, já que o modo artesanal de trabalhar foi perdendo seu espaço. Tais pessoas, que eram bem dotadas, queriam ascender socialmente e melhorar suas condições e qualidade de vida, e passaram a utilizar com sucesso tal modalidade de ensino, fazendo cursos por correspondência para atingir seus objetivos.

A EAD por correspondência também teve fundamental importância principalmente para aquelas pessoas que moravam fora de seus países de origem como, por exemplo, para os ingleses, que moravam nas colônias britânicas na Índia e na Austrália e que queriam ingressar na Universidade de Londres. Para que isso ocorresse, essas pessoas tinham que se preparar sozinhas para realizarem os exames externos da instituição em questão. Além dos ingleses, os franceses, matriculados na *Ecole Universelle* de Paris também foram beneficiados pelo uso da EAD por correspondência.

1.3.3 Educação a distância nos anos 1970, 1980 e 1990

O terceiro período destacado por Peters é o da Educação a Distância nos anos 1970, 1980 e 1990. Essa fase de desenvolvimento da EAD permitiu que um crescente número de alunos nos países industrializados e nos em desenvolvimento,

⁴² PETERS, 2003, p. 45-46

que não completaram o então Segundo Grau, atual Ensino Médio, pudessem ingressar no Ensino Superior.

Esta terceira fase não apenas expandiu a capacidade das Universidades, como também desenvolveu novas combinações de trabalho e estudo, introduzindo estudos universitários regulares na Educação de Adultos, além de inspirar e efetuar inovações pedagógicas de grande importância.

Peters profetiza que,

com o tempo, a maioria das universidades tradicionais vai complementar seus métodos de ensino e aprendizagem incluindo técnicas de educação a distância [...] Um grande número de universidades vão cooperar e formar consórcios especiais. [...] Haverá uma grande expansão de cursos de meio período oferecidos pelas universidades convencionais, especialmente para propósitos de educação continuada.⁴³

1.3.4 Educação a distância informatizada

A quarta e última fase destacada por Peters é a da Educação a Distância informatizada, digital, baseada na Rede. Para o autor, este período representa o maior desafio do futuro, pois ele permite reagir e lidar com as principais mudanças sociais que vêm ocorrendo nos últimos tempos.

A EAD deste quarto período designado por Peters terá a maior relevância, pois poderá contribuir significativamente, através de suas abordagens, técnicas, estratégias e avanços, para o desenvolvimento da universidade do futuro.

Para o autor, “a Educação a Distância está agora muito valorizada, porque nos ajuda no difícil processo de romper com a tradição e planejar algo novo, mais relevante para a sociedade pós-industrial do conhecimento”.⁴⁴ O formato tradicional do ensino é deixado para trás. Nas universidades, os processos educacionais, por conta da pressão de diversas forças sociais, econômicas e tecnológicas, vêm se modificando, dando espaço ao aluno adulto que trabalha, à aprendizagem aberta, ao crescimento do número de estudantes e a um novo perfil de aluno, todos capazes de

⁴³ PETERS, 2003, p. 39.

⁴⁴ PETERS, 2003, p. 46.

freqüentar a universidade, mas que acabam sendo deixados de lado por terem sido mal preparados nas etapas anteriores.

O novo formato de ensino-aprendizagem, segundo Peters,

terá que ser aberto, centrado no aluno, baseado no resultado, interativo, participativo, flexível quanto ao currículo, às estratégias de aprendizado e envio e não muito preso a instituições de aprendizado superior, porque pode também se dar nos lares e nos locais de trabalho.⁴⁵

Esse processo de deslocamento da sala de aula para os lares e locais de trabalho também já vem sendo constatado e pode ser comprovado através da análise do surgimento de um grande número de Universidades Corporativas criadas nos últimos anos, como é o caso de empresas como a Petrobrás (Universidade Petrobrás),⁴⁶ a Vale do Rio Doce (VALER – Universidade Corporativa da Vale do Rio Doce),⁴⁷ o Banco do Brasil (Universidade Corporativa Banco do Brasil)⁴⁸ e a TAM Linhas Aéreas S.A. (Academia de Serviços Comandante Rolim Adolfo Amaro),⁴⁹ entre outras.

Assim como a Educação a Distância sofreu modificações ao longo do tempo, também ocorreram mudanças no paradigma educacional. Segundo Peters, o conceito “paradigma educacional” é muito utilizado por aqueles que trabalham com Educação a Distância e

denota mudanças no ensino e na aprendizagem que aconteceram e continuarão a acontecer como conseqüência do tremendo impacto do grande número de avanços tecnológicos nas tecnologias de informação e comunicação que emergiram na última década.⁵⁰

⁴⁵ PETERS, 2003, p. 42.

⁴⁶ UNIVERSIDADE PETROBRÁS. Disponível em: <http://www2.petrobras.com.br/Petrobras/portugues/empregos/emp_gestao_index.htm>. Acesso em: 14 fev. 2007.

⁴⁷ VALER. Universidade Corporativa. Disponível em: <<http://www.vale.com/vale/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=243>>. Acesso em: 14 fev. 2007.

⁴⁸ UNIBB. Universidade Corporativa do Banco do Brasil. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/appbb/portal/bb/unv/index.jsp>>. Acesso em: 14 fev. 2007.

⁴⁹ ASSESSORIA DE IMPRENSA DA TAM. TAM inaugura mock-ups no maior centro de treinamento da América Latina. Disponível em: <<http://www.tam.com.br/b2c/jsp/default.jhtml?adPagina=529&adArtigo=8634>>. Acesso em: 14 fev. 2007.

⁵⁰ PETERS, 2003, p. 48.

Ele sugere, ainda, que a expressão “mudança de paradigma” deve ser usada no plural, ou seja, **mudanças de paradigmas**, uma vez que há um número muito grande de mudanças e que umas influenciam as outras. Além disso, muitas delas forçam a reorganização do sistema de ensino e aprendizagem, integrando as novas mídias de informação e comunicação.

Tem-se, então, mudança nos currículos, do moderno, para o pós-moderno e da aprendizagem tradicional para a informatizada. Ilustrando tais mudanças curriculares, Peters apresenta o quadro a seguir, onde toma por base os textos de William E. Doll.⁵¹

TABELA 1: Currículo: abordagens moderna e pós-moderna

Currículo: abordagens moderna e pós-moderna	
Moderna	Pós-moderna
Segue o modelo do “gerenciamento científico”	Segue o modelo de “diálogo” que transforma os participantes e os assuntos em discussão
Racionalidade técnica (tecnocrática)	Racionalidade humanística
Eficiência	Desenvolvimento pessoal
Fatos precisos	Abordagens globais
Especificação	Generalização
Procedimentos detalhados	Interativo
Formalismo rígido	Eclético
Linear	Complexo
Pré-ajustado	Improvisado
Seqüencial	Pluralista
Facilmente quantificável	Não quantificável
Inícios definidos	Em andamento
Fins definidos	Em andamento
Estável	Não estável, dinâmico
Pensamento baseado em causa-efeito	Pensamento não dedutivo
Previsível	Imprevisível
Fechado	Aberto
O professor detém o conhecimento, o aluno, não	Grupo aberto e transformador de indivíduos que interagem
Currículo: definição apriorística de curso a se realizar	Currículo: transmissão de informações pessoais através do diálogo, da investigação e do desenvolvimento
A organização vem antes da atividade	A organização surge a partir da atividade
Positivismo	Pluralismo epistemológico
Ciência impregnada de descoberta e determinação	Ciência impregnada de criatividade e indeterminação

Fonte: Peters, 2003.

⁵¹ PETERS, 2003, p. 56 – 57.

Segundo Peters, três transformações são fundamentais para que estas mudanças de paradigmas ocorram, a saber:

De:		Para:
descoberta e determinismo	⇒	criatividade e indeterminismo
construção sistemática	⇒	pluralismo e ecletismo
linearidade de pensamento	⇒	múltiplas camadas de interpretação

Para o autor,

Todas essas mudanças têm alguma coisa a ver com a crítica à aplicação de conceitos e métodos das ciências naturais e tecnologia quando da tentativa de conduzir e interpretar processos sociais como o ensino e a aprendizagem, com a rejeição das abordagens mecanicistas e de projetos empíricos em pedagogia e também com a desaprovação do domínio ininterrupto do pensamento tecnológico em muitas áreas do ensino e da aprendizagem.⁵²

Continuando, Peters⁵³ salienta que tais mudanças trazem como exigência novos comportamentos de ensino e aprendizagem. Para ele, a aprendizagem autônoma e auto-regulada substituirá a aula expositiva e a aprendizagem receptiva e, paulatinamente, a interação face a face será substituída pela interação virtual.

Ainda segundo Peters, “estas mudanças afetam a educação a distância mais do que a outras formas de educação”,⁵⁴ pois estão relacionadas às condições econômicas, sociais, políticas e culturais da educação, bem como aos currículos e ao próprio processo de ensinar e aprender, como por exemplo, nas novas abordagens educativas, nas mudanças na relação entre professores e alunos e a mudança do pensamento linear para o pensamento não dedutivo.

1.4 Abordagem teórica

Inicialmente, deve-se destacar que, em Educação a Distância, há, sim, a distância física entre docente e estudante, porém essa distância física não significa necessariamente algum tipo de déficit na aprendizagem, pois, desde as primeiras

⁵² DOLL apud PETERS, 2003, p. 57.

⁵³ PETERS, 2003, p. 47.

⁵⁴ PETERS, 2003, p. 47

tentativas para estabelecer princípios didáticos específicos para a EAD, foram propostos meios e caminhos para superar, reduzir, amenizar ou até mesmo anular essa distância física.

Para tratar da questão da distância e proximidade entre docentes e discentes, Peters trabalha, em sua obra, o termo *distância transacional*, que será abordado em detalhes após os cinco modelos⁵⁵ didáticos destacados pelo autor, que são o Modelo da Correspondência, o da Conversação, o Professoral, o Tutorial e o Tecnológico de extensão.

1.4.1 Modelo da correspondência

Nesse modelo, a comunicação ocorre através da troca de correspondência entre docentes e discentes. Essa modalidade de comunicação tem longa tradição. Platão transmitiu seus ensinamentos utilizando esse meio; o apóstolo Paulo, em suas epístolas às diversas comunidades cristãs urbanas, escrevia para divulgar a doutrina cristã. Como elementos didaticamente relevantes, têm-se, nas cartas, o diálogo por escrito, a locução direta e a personalidade empregada. Esse modelo foi aprovado na prática e, no século XIX, contribuiu para o sucesso da telescola comercial.

O autor utiliza o exemplo da Universidade da África do Sul para ilustrar este modelo, destacando que a mesma é a mais antiga das Universidades a Distância, salientando que ela, antes de 1970, era a única Universidade a Distância autônoma no mundo inteiro e que teve como precursora a *University of the Cape of Good Hope*,⁵⁶ fundada pela Rainha Vitória, em 26 de junho de 1873, com o objetivo de promover a aprendizagem entre todas as classes.

Nesta Universidade, os docentes são responsáveis por diversas tarefas, como por exemplo, redação do material para o curso; correção das tarefas enviadas pelos alunos; compilação de atividades para os exames, bem como pela atribuição de notas aos trabalhos apresentados pelos alunos; aconselhamento e assistência a eles e mediação de grupos de discussão. Aos alunos cabe a responsabilidade pela

⁵⁵ PETERS, 2001, p. 48 – 69.

⁵⁶ Universidade do Cabo da Boa Esperança. Tradução livre da autora.

leitura de instruções para o estudo apresentadas pelos docentes; estudo de livros didáticos; busca por literatura, auxiliados pelos serviços de biblioteca; procura por aconselhamento através de cartas ou telefonemas; estudo para tarefas avulsas; participação de cursos de férias, assim como a realização de exame em um centro examinador.

Através do Ensino por Correspondência, a Universidade da África do Sul conseguiu a ampliação de oportunidades educacionais, num país em que vigorou acirradamente a política do *Apartheid*.⁵⁷ Esta instituição mostra como o ensino a distância pode ser organizado e obter sucesso mesmo em condições sociais, econômicas e infra-estruturais adversas.

Neste modelo, predomina a utilização de material impresso, que tem menor custo e é de mais fácil acesso aos estudantes, se comparado com o emprego de outros meios, como, por exemplo, os eletrônicos. Além disso, o diálogo escrito, a locução direta e o tom pessoal estão presentes.

Peters destaca ainda que este modelo, aprovado na prática no Século XIX, contribuiu para o sucesso da telescola comercial e de muitas instituições de ensino e surgiu com o objetivo de vencer o sentimento de isolamento de professores, aproximando-os dos alunos. Além disso, salienta que, para que esse esforço de aproximação seja exitoso, é necessária uma outra cultura de aprendizagem em que o assunto 'objetivo' não esteja em primeiro plano, como está nas escolas tradicionais.

1.4.2 Modelo da conversação

Nesse modelo, onde há a simulação da conversação, o livro didático deixou de ser utilizado como transmissor especializado de conhecimentos objetivos sistematicamente organizados e passou-se a utilizar a conversação didática dirigida entre professores e alunos, para transmitir, dessa forma, os conteúdos necessários.

⁵⁷ Nelson Mandela foi aluno da University of South África e, em entrevista, qualificou a mesma como "uma grande janela de oportunidades, não somente para mim, mas para muitíssimos sul-africanos de todas as cores" (UNISA 1994, 11) e afirmou que "o estudo, especialmente quando na prisão, foi marcado por ironia. As dificuldades que me causavam alguns guardas e o sistema carcerário como tal desapareceram diante do sossego no qual se podia estudar e enfrentar problemas científicos".

Segundo Peters,

se a conversação simulada na carta de estudo é bem conduzida, certamente ela pode criar proximidade entre docentes e discentes e também reduzir as distâncias em relação às áreas de conhecimento a serem apresentadas.⁵⁸

Também este modelo foi construído com o intuito de diminuir a distância existente entre docentes e discentes. Segundo o autor, é difícil encontrar na literatura sobre o assunto outro modelo que almeje tanto a aproximação entre professores e alunos.

As principais características do Modelo da Conversação são a criação de uma atmosfera de diálogo amigável, sentimento de relação pessoal entre professores e alunos, bem como aumento da alegria no estudo e motivação para ele, além da utilização de linguagem clara e coloquial.

Assim como no anterior, inicialmente, Peters avalia como positivo este modelo, mas ele registra em sua obra restrições e reservas a ele e destaca que o mesmo é questionado para o desenvolvimento de conteúdos científicos no ensino superior, pois o trabalho neste nível exige estruturas e formas de organização do pensamento, com linhas rigorosas e métodos que apresentem resultados específicos.

Segundo Peters, o mais conhecido defensor deste modelo é o Prof. Dr. Börje Holmberg, que, entre 1976 e 1990, ano de sua aposentadoria, atuou na *FernUniversität*, em Hagen, no Instituto Central de Pesquisa em Educação a Distância (*Zentrales Institut für Fernstudienforschung*).⁵⁹ De acordo com o autor, Holmberg destacava que os autores de textos didáticos deveriam

empenhar-se por uma linguagem clara, um tanto coloquial, escrever num estilo pessoal e também apelar ao lado emocional dos estudantes, evitar uma densidade exagerada de informações, dirigir-se aos estudantes com

⁵⁸ PETERS, 2001, p. 53.

⁵⁹ Börje Holmberg, sueco nascido em 1924, em Malmö, estudou na Universidade de Lund, onde também obteve o grau de doutor em 1956. FERNUNIVERSITÄT IN HAGEN. Zentrales Institut für Fernstudienforschung. Disponível em: <<http://www.fernuni-hagen.de/ZIFF/holmbio.htm>>. Acesso em: 20 jun 2008. Tradução livre da autora.

conselhos e recomendações, dirigir sua atenção para pontos importantes, animá-los a fazer perguntas, manifestar opiniões e emitir juízos.⁶⁰

Assim, chegando a uma conversa constante entre autor e estudantes.

Peters registra ainda que esse modelo tem seguidores também na *Open University*⁶¹ e influencia, desta forma, seus métodos de ensino da educação a Distância.

1.4.3 Modelo professoral

Nesse modelo, para tentar diminuir a ausência física do professor, passou-se a utilizar a apresentação de maneira especial dos conteúdos a serem ministrados. As habilidades artísticas dos professores foram, no modelo professoral, muito requisitadas e de fundamental importância. Fundamental também, para esse modelo, é o planejamento cuidadoso e procedimentos empíricos no preparo do Ensino.

Os textos didáticos, neste modelo, devem ser elaborados para serem auto-instrutivos, para despertarem e direcionarem a atenção, o interesse e a motivação dos alunos, para trazerem à memória conhecimentos pré-existentes, para fundamentarem objetivos, bem como para fixarem conteúdos, entre outros.

Normalmente, estes materiais apresentam o conteúdo dividido em partes sequenciais e os assuntos difíceis são apresentados com muita clareza e mais de uma vez, o que facilita sua recepção, compreensão e assimilação. A apresentação gráfica também é fundamental para que tais objetivos sejam alcançados, bem como a utilização de recursos como glossário, sumário e resumos e exercícios de fixação e tarefas, intercalados aos textos.

Para Peters, os estudantes, neste modelo, “não precisam prescindir dos docentes, porque eles estão presentes nos subsídios, em todo o material”.⁶² Para o autor, este é um modelo genuinamente didático, uma vez que os docentes

⁶⁰ HOLMBERG, apud PETERS, 2001, p. 51.

⁶¹ Universidade Aberta (do Reino Unido).

⁶² PETERS, 2001, p. 56.

empregam toda uma gama de recursos e medidas com o objetivo de atingir e garantir a aprendizagem de seus alunos.

O modelo professoral influencia a grande maioria de práticas de educação a distância que se conhece na atualidade, apesar de muitos docentes universitários se posicionarem contra o mesmo, pois ele lembra o fazer educação presencial.

Peters salienta, ainda, que as tecnologias surgidas a partir dos anos 70 não substituíram este modelo, muito pelo contrário, fortaleceu-o, pois o preparo do ensino, bem como o cuidadoso planejamento a ele dispensado são plenamente aceitáveis e somam-se aos avanços tecnológicos na área educacional.

1.4.4 Modelo tutorial

No modelo tutorial, a distância é vencida através de um texto didático que simula uma conversa de aconselhamento. Tal modelo originou-se na Inglaterra, país de origem da tradição da tutoria, segundo Peters.

Nesse modelo, é abandonado o ensino através de monólogos e de exposições, o texto didático não se destina a apresentar conteúdos, mas a despertar a idéia de um diálogo com um tutor imaginário. São feitas perguntas, dados conselhos e há a manifestação de opiniões.

Destaca-se, no modelo tutorial, o respeito pelos que estudam de forma autônoma e com responsabilidade própria, sendo adequado, portanto, para estudantes adultos e com autonomia na área de estudo desenvolvida.

Deve-se salientar, ainda, que o diálogo, neste modelo, acontece entre o aluno e o tutor, e não entre o primeiro e o docente, que é quem domina os conteúdos. Através deste diálogo, normalmente, era estabelecida uma relação pessoal entre aluno e tutor.

Neste ponto, Peters traz a diferença clara entre as funções do tutor e do docente. Tutor, para ele,

não se tratava tipicamente de alguém que era responsável pelo ensino, mas, sim, de um *fellow* apenas agregado à universidade, com a função de

assessorar estudantes individualmente em questões gerais relacionadas com o estudo, de integrá-los na vida do *college* e de dar assistência em geral... tutores não eram, propriamente, docentes, mas, sim, conselheiros e, na melhor das hipóteses, algo como amigos mais velhos.⁶³

Já professor é aquela pessoa responsável pelo ensino.

Através deste modelo, há a simulação de proximidade e, através do recurso do diálogo com um tutor, o estudante recebe a ajuda para que ele não tenha a sensação de que está sozinho, desenvolvendo um trabalho isolado da universidade a que está vinculado.

1.4.5 Modelo tecnológico de extensão

No modelo tecnológico de extensão, são empregados meios técnicos de informação e comunicação, ou seja, recursos como audiocassetes, polígrafos e livros didáticos combinados. Tais recursos permitem a participação dos alunos (mesmo que de forma assíncrona, só como ouvintes) das aulas gravadas e enviadas a eles, ou seja, os alunos têm acesso à apresentação oral (gravada) de seus professores.

A *Waterloo University*, em Ontário/Canadá, é uma instituição que utiliza o modelo tecnológico de extensão, ou seja, as aulas presenciais são gravadas e enviadas aos alunos de outras localidades, matriculados em cursos de Educação a Distância, juntamente com os materiais impressos – polígrafos e livros didáticos – utilizados no sistema presencial, sem alterações nem adequações ao Ensino a Distância.

Peters critica esse modelo, pois acredita que se está frente a um “modelo zero”, uma vez que se trata apenas da “ampliação do alcance do clássico ensino com presença”.⁶⁴ Ele salienta que

do ponto de vista da didática, essa transferência do ensino com presença para a moradia dos teleestudantes pode até mesmo ser considerada um contramodelo ao modelo do professor, porque aqui se renuncia com plena convicção e expressamente ao desenvolvimento de materiais didáticos

⁶³ PETERS, 2001, p. 58.

⁶⁴ PETERS, 2001, p. 62.

adequados ao ensino a distância, que possibilitam a auto-instrução, e se rejeita levar em consideração as necessidades específicas de estudantes adultos e ativos na profissão.⁶⁵

Além disso, o autor destaca que há uma grande diferença entre o trabalho em educação com alunos adultos e trabalhadores e com aqueles que ainda encontram-se na adolescência, passando por grandes transformações psicossociais e que ainda têm que se esforçar para assumir papéis de adultos, encontrando-se, assim, ainda, em espaços sociais protegidos.

Apesar disso, Peters salienta que esse modelo merece observações especiais, uma vez que ele, cada vez mais, é utilizado. Encontramos o mesmo quando “se interligam vários grupos de estudantes geograficamente distantes entre si por meio de televisão a cabo ou por satélite, acompanhando as preleções de um professor universitário”.⁶⁶

1.4.6 Distância transacional⁶⁷

Após analisar esses cinco modelos didáticos apresentados, Peters chama a atenção para o que foi denominado por Moore de distância transacional. Segundo Moore, há que se fazer a distinção entre distância física e distância comunicativa, isto é, psíquica, e, para designar a última, introduziu o conceito da distância transacional.⁶⁸

Peters interpreta esse conceito de Moore da seguinte forma:

a função transacional é determinada pela medida em que docentes e discentes podem interagir (*dialoge*) simultaneamente, porém ela é influenciada pela medida em que o caminho a ser seguido no estudo está prefixado (*structure*) por meio de programas de ensino preparados. [...] A distância transacional atinge seu auge quando docentes e discentes não têm qualquer intercomunicação e quando o programa de ensino está pré-programado em todos os detalhes e prescrito compulsoriamente, sendo

⁶⁵ PETERS, 2001, p. 61.

⁶⁶ PETERS, 2001, p. 62.

⁶⁷ A chamada Distância Transacional pode estar presente em todos os modelos didáticos apresentados, aparecendo em maior ou menor intensidade, de acordo com a proposta e o propósito de cada curso, conforme será destacado neste item.

⁶⁸ MOORE apud PETERS, 2001, p. 63.

que, conseqüentemente, necessidades individuais não podem ser respeitadas.⁶⁹

Exemplificando a distância transacional, o autor apresenta o quadro a seguir⁷⁰:

TABELA 2: Distância Transacional

Distância transacional	Tipo	Exemplo	Característica D = Diálogo; S = Estrutura; - sem; + com
Maior	Programa de ensino sem diálogo e sem estrutura.	Estudo independente com base em leitura própria	- D - S
	Programa de ensino sem diálogo, mas com estrutura.	Programas didáticos no rádio e na televisão	- D + S
	Programa de ensino com diálogo e com estrutura.	Curso de estudo a distância típico	+ D + S
Menor	Programa de ensino com diálogo, mas sem estrutura.	Assistência tutorial	+ D - S

É preciso destacar, entretanto, que o mais importante não é a redução da chamada Distância Transacional, porém o equilíbrio entre diálogo e estrutura, de acordo com cada situação, de acordo com cada realidade, de acordo com cada projeto e estrutura de curso a ser oferecido, isto é, essa distância deve ser medida intencionalmente, a partir dos objetivos e propósitos a serem atingidos.⁷¹

Além dessas duas variantes e tão importantes quanto elas, há também que ser considerada uma terceira, isto é, a autonomia, ou seja, “a medida em que os próprios estudantes podem determinar seus estudos” .⁷²

Peters destaca que o nível máximo de autonomia é atingido pelos estudantes quando eles mesmos determinam os objetivos e caminhos do ensino que

⁶⁹ PETERS, 2001, p. 63.

⁷⁰ PETERS, 2001, p. 64.

⁷¹ A repetição do “de acordo com” foi propositalmente utilizada pela autora como recurso estilístico de linguagem, para reforçar, destacar e fortalecer seu discurso.

⁷² PETERS, 2001, p. 64.

percorrerão, sendo o controle do ensino feito por eles mesmos e quando não há imposição de limites através de diálogos e estruturas preestabelecidas. Como exemplo tem-se os auto-estudos particulares.

Já o outro extremo, ou seja, o nível mínimo de autonomia dos estudantes ocorre, segundo o autor, quando todos os caminhos e objetivos do ensino e estudo são preestabelecidos por estruturas e diálogos rígidos e previamente determinados. Além disso, o controle da aprendizagem é feita por outras pessoas que não os próprios estudantes. Cursos em universidades presenciais tradicionais são exemplos de exigência de nível mínimo de autonomia dos estudantes.

Segundo Peters, a Distância Transacional deve ser estabelecida “de acordo com as exigências de cada uma das situações educativas e de aprendizagem”.⁷³ Ele acrescenta ainda que

a distância transacional é uma função de três grandezas, que mudam de uma situação para outra, em parte inclusive são antagônicas ou até mesmo excludentes. Conforme as características das pessoas participantes, os objetivos e conteúdos do ensino, seu nível de exigências, os métodos necessários, os meios disponíveis e a cultura de estudo tradicional, é preciso encontrar a melhor relação possível dos três grupos de variáveis [autonomia, diálogo e estrutura] entre si e determinar, assim, uma distância transacional que se adapte exatamente a essa situação.⁷⁴

A partir disso, é possível explicar a flexibilidade que os cursos a distância oferecem, bem como verificar a grande complexidade desta modalidade de educação.

Com o uso de sistemas integrados de telecomunicações é mais fácil equilibrar diálogo e estrutura nos cursos a distância que se utilizam dos mesmos, pois, além de dados, eles podem transmitir também sons e imagens de forma síncrona e interativa, permitindo a alunos e professores o trabalho simultâneo e conjunto.

Desse modo, simula-se uma proximidade que não seria possível nos modelos até agora discutidos. A proximidade virtual oferece, ao mesmo tempo, a possibilidade de dispor imediatamente, com o mesmo sistema, de

⁷³ PETERS, 2001, p. 65.

⁷⁴ PETERS, 2001, p. 65.

um número ilimitado de dados, que contêm textos didáticos e módulos de determinados programas de ensino de níveis de exigência diferentes.⁷⁵

Assim, há a redução do intervalo entre os atos de ensinar e estudar, proporcionada pela otimização tanto do diálogo quanto da estrutura.

1.5 Concepções da Educação a Distância

Peters, também citando Moore, destaca que há três concepções que se constituem como pano de fundo para o desenvolvimento teórico e prático do ensino a distância. As concepções destacadas são: o diálogo didático, o estudo tecnológico-pedagógico estruturado e o estudo autônomo.

Segundo Peters, em universidades presenciais, com aulas expositivas, o diálogo didático não tem a importância que atenderia às necessidades dos estudantes. Peters destaca que são poucas as iniciativas de uso pedagógico de tecnologia e a autonomia dos estudantes normalmente não é exigida nos semestres iniciais de curso, ficando para os finais e, ainda, de forma pouco estimulada, seguindo a tradição educacional internalizada pelos professores universitários.

O autor ainda salienta que qualquer iniciativa de mudança é vista com desconfiança e incredulidade provocando objeções, gerando longas discussões a respeito – tidas como perda de tempo. A elaboração de materiais que são construídos utilizando tecnologias é tida como redutora do ensino e estudo “a uma mera racionalidade de fim e meio”⁷⁶ e a alegação de que os estudantes não chegam à universidade devidamente preparados para o estudo autônomo, não tendo, desta forma, condições de acompanharem o ensino universitário sem orientações e acompanhamento.

A seguir, devido à relevância que têm, as três concepções citadas serão mais detalhadamente apresentadas.

⁷⁵ PETERS, 2001, p. 67.

⁷⁶ PETERS, 2001, p. 72.

1.5.1 Diálogo didático

Com a concepção **Diálogo**, Peters refere-se à interação lingüística direta e indireta entre docentes e discentes, portanto, refere-se ao diálogo que, de fato, acontece.

Para Moore, conforme a interpretação de Peters,

um diálogo é direcionado, construtivo e é apreciado pelos participantes. Cada uma das partes presta respeitosa e interessada atenção ao que o outro tem a dizer. Cada uma das partes contribui com algo para seu desenvolvimento e se refere às contribuições do outro partido. Podem ocorrer interações negativas e neutras. O termo *diálogo*, no entanto, sempre se reporta a interações positivas. Dá-se importância a uma solução conjunta do problema discutido, desejando chegar a uma compreensão mais profunda dos estudantes.⁷⁷

Dessa forma, essa concepção está comprometida com a pedagogia humanista, onde o diálogo de pessoa para pessoa tem importância central, desde que transcorra sem a imposição de estruturas para a programação do aprendizado e sem fins predeterminados. A aprendizagem dialogal exige dos estudantes parceria, respeito, calor humano, consideração, compreensão empática, sinceridade e autenticidade.

O diálogo tem uma importância muito grande no ensino e na aprendizagem na Educação a Distância. Em função disso, todos os esforços necessários devem ser feitos para que o mesmo esteja presente, pois, caso isso não ocorra, o futuro dessa modalidade de ensino estará em jogo.

Destacando tal relevância, Peters detém-se no estudo detalhado dessa concepção, fazendo análises dos seguintes aspectos: didático-científico, didático-universitário, didático-teleducativo, pedagógico, filosófico, antropológico e sociológico do diálogo.⁷⁸

⁷⁷ PETERS, 2001, p. 73.

⁷⁸ PETERS, 2001, p. 76-85.

1.5.1.1 Aspecto didático-científico

Assim como para tantos outros pesquisadores, para Peters também a comunicação está no centro do processo de ensino e aprendizagem, por isso, da mesma forma, o diálogo tem tanta relevância para a Educação a Distância, ou seja, não basta apenas a simples transmissão de informações.

Defendendo o diálogo oral, ele enfatiza que “quem quiser restringir os teleestudantes à comunicação escrita do saber – com provas escritas e tarefas remetidas pelo correio – reduz seriamente a estrutura do estudo acadêmico”.⁷⁹

O autor alerta ainda que não basta o armazenamento do saber na memória dos estudantes para que haja a participação do mesmo no processo científico. Além de ser guardado, o saber tem que ser comunicado, através do diálogo, a outras pessoas.

1.5.1.2 Aspecto didático-universitário

Peters destaca que, desde a Antigüidade, já com os diálogos socráticos, que ainda em nossos tempos ecoam, o princípio dialógico pode ser observado nos processos educativos, não sendo, portanto, um modismo. Segundo o autor, “a participação no diálogo ativa e intensifica a reflexão sobre problemas científicos”.⁸⁰

É através da troca de idéias diferentes que os estudantes “adquirem nova relação com o conteúdo discutido”,⁸¹ o mesmo não ocorrendo quando apenas tomam conhecimento dele (conteúdo) pela leitura e reflexão, via assimilação de verdades absolutas. Segundo ele, com o aumento do interesse no objeto de discussão e diálogo, é possível observar “um grau mais elevado de envolvimento, que pode chegar até o engajamento”.⁸²

Além disso, através do diálogo, os estudantes desenvolvem, entre outras, as seguintes competências:

⁷⁹ PETERS, 2001, p. 77.

⁸⁰ PETERS, 2001, p. 78.

⁸¹ PETERS, 2001, p. 78.

⁸² PETERS, 2001, p. 78.

- argumentação objetiva com a utilização de termos próprios da disciplina ou da área em debate;
- revisão de posição teórica através da assunção, fundamentação, defesa, modificação ou rejeição de idéias;
- questionamento crítico e julgamento de saberes apresentados por colegas;
- reflexão consciente e autocrítica;
- progressão cognitiva conjunta;
- exposição oral racional, metódica e sistemática de suas próprias idéias.

1.5.1.3 Aspecto didático-teleducativo

Neste ponto, Peters cita Martin Buber, e diz que, “no diálogo, a relação eu-coisa (portanto a relação sujeito-objeto) transforma-se em uma relação eu-tu (portanto numa relação sujeito-sujeito)”.⁸³

Na modalidade de ensino a distância, em função do grande número de alunos, do anonimato dos professores e da “objetivação das funções didáticas e sua aplicação técnica”,⁸⁴ normalmente ocorre apenas a relação sujeito-objeto entre professores e alunos. Entretanto, o autor destaca que “o diálogo oferece a chance de estabelecer relações entre o eu-tu, nas quais a individualidade e a personalidade dos docentes e discentes são envolvidas e desse modo se tornam primordialmente educativas”.⁸⁵

1.5.1.4 Aspecto pedagógico

Segundo Peters, a importância pedagógica do diálogo está no fato de que, nele, ação, linguagem e pensamento estão ligados intimamente, oportunizando, assim, o desenvolvimento social e individual do ser humano, ou seja, “no diálogo, o falar torna-se uma ação social, na leitura isolada de material didático impresso”⁸⁶ o mesmo não ocorre.

⁸³ PETERS, 2001, p. 80.

⁸⁴ PETERS, 2001, p. 80.

⁸⁵ PETERS, 2001, p. 80.

⁸⁶ PETERS, 2001, p. 80.

1.5.1.5 Aspecto filosófico

É através do diálogo que as pessoas são levadas a agir a partir de decisões próprias e, considerando opiniões alheias, levá-las a sério “e nisso reconhecer, certificar e confirmar a si próprias”.⁸⁷ Para Peters, “a relação do eu-mesmo com outras pessoas, com o semelhante, não-planejável e que também inclui o risco do fracasso, se torna possível e pode levar ao encontro existencial”.⁸⁸

1.5.1.6 Aspecto antropológico

Segundo Peters, é através do diálogo, “que é o meio através do qual surge a língua”,⁸⁹ que o ser humano torna-se ser humano. Para ele, é o diálogo que permite o convívio entre as pessoas. Sem ele, o ser humano não viveria em comunidade e se isolaria.

1.5.1.7 Aspectos sociológicos

Peters destaca que o diálogo é parte da interação social e da comunicação, permitindo que ambas se realizem. Segundo ele, “interação social significa, na compreensão sociológica, o intercâmbio de ações inter-relacionadas numa situação social”.⁹⁰ Segundo o autor, as noções de valores e o posicionamento dos outros envolvidos no diálogo além de suas ações sofrem mutuamente influências uns dos outros, o que gera noções de valores sociais correspondentes e, dentro destes moldes, ocorre a socialização dos seres envolvidos, com o desenvolvimento de suas identidades pessoais e da capacidade de agir individual e socialmente.

A partir dos estudos publicados no livro *Didática do ensino a distância*, constata-se que poucas são as oportunidades oferecidas e aproveitadas para o aprendizado dialogal no ensino a distância, apesar de o diálogo ter primazia inclusive sobre a estrutura e sobre o estudo autônomo.

⁸⁷ PETERS, 2001, p. 81.

⁸⁸ PETERS, 2001, p. 81.

⁸⁹ PETERS, 2001, p. 81.

⁹⁰ PETERS, 2001, p. 83.

1.5.2 Estrutura: o estudo tecnológico-pedagógico estruturado

Essa concepção difere da anterior e lhe é até mesmo antagônica, uma vez que a primeira (ou seja, o diálogo) é aberta, isto é, há a possibilidade de intervenções espontâneas e desdobramentos imprevistos. A concepção “estrutura”, porém, é fechada, pois está voltada à concretização de um objetivo, “é planejada passo a passo, regulamentada quanto ao tempo, bem como controlada e avaliada uniformemente”.⁹¹ Como consequência disso, ao estudante não é dada a possibilidade “para se desviar do rumo didático ou para variá-lo”,⁹² suas necessidades individuais não podem ser respeitadas, nem atendidas e a espontaneidade tem que, obrigatoriamente, ser deixada de lado.

O ensino programado, onde toda palavra, toda etapa de aprendizagem, toda estratégia de ensino – tudo era planejado e desenvolvido com cuidado extremo - utilizava-se dessa concepção. Cursos desenvolvidos em bases de ensino tecnológico também fazem uso da mesma, pois são fortemente estruturados. Assim como os livros didáticos, com sua apresentação de conteúdos com subdivisões como apresentação, introdução, capítulos ordenados e subseqüentes, resumo e conclusão. Objetivamente, Peters destaca que,

a rigor, portanto, são analisados, selecionados e definidos os objetivos do ensino e da aprendizagem; são escolhidos conscientemente os conteúdos e as estratégias do ensino para atingir com eles os objetivos do ensino; empregam-se meios técnicos, a fim de tornar o processo mais eficiente; constroem-se teste, para poder constatar se os objetivos declarados realmente foram alcançados e fazem-se avaliações, a fim de otimizar a estrutura encontrada.⁹³

O autor critica os cursos extremamente estruturados e destaca que há reservas didáticas em relação a eles, pois, entre outros, eles concentram-se demais nas funções de ensino e aprendizagem e negligenciam a participação dos alunos no processo científico, por exemplo. Além disso, por sua estrutura ser definida, conteúdos que fogem da categorização estabelecida são eliminados. Também é possível observar que o caminho determinado em cursos fortemente estruturados

⁹¹ PETERS, 2001, p. 86.

⁹² PETERS, 2001, p. 87.

⁹³ PETERS, 2001, p. 88.

normalmente é o mais curto para que o objetivo seja atingido de forma mais rápida e precisa, sendo os caminhos mais longos evitados.

Peters destaca que há a redução do “processo de ensino e aprendizagem originalmente complexo a um procedimento unidimensional [...] na maioria das vezes faltam as dimensões histórica, social e, com frequência, também a dimensão política”.⁹⁴ Outra característica de cursos fortemente estruturados é a centralização no professor, perpetuando um paradigma educacional que faz parte do passado. Apesar de toda essa crítica e das desvantagens didáticas apresentadas, Peters destaca que o ensino estruturado apresenta algumas vantagens, dentre elas, uma explicação histórica e duas razões didáticas.

Historicamente, tem-se que cursos com estrutura, nos anos 70 e 80, eram mais bem aceitos pelas pessoas da época, que acreditavam que as experiências bem sucedidas nas ciências naturais e na área tecnológica poderiam atingir o mesmo resultado na pedagogia e na didática. Em função disso, a idéia de que seria possível o planejamento do ensino acadêmico de forma racional, com um controle sem lacunas e desenvolvimento sistemático, além de os resultados poderem ser comprovados por todos, como algo produzido de forma industrial cativou a muitos.

Didaticamente, a possibilidade de docentes de renome e especialistas com larga experiência desenvolverem cursos de alta qualidade, através da manipulação do comportamento didático objetivado, superando cursos presenciais tradicionais, fascinava os educadores. Além disso, pessoas com motivações político-educacionais e pedagógicas acreditaram que, através de cursos fortemente estruturados seria possível oferecer educação àqueles que foram privados de chance de formação por questões financeiras, políticas, de idade, geográficas ou sociais.

1.5.3 Autonomia (estudo autônomo)

Segundo Peters,

⁹⁴ PETERS, 2001, p. 89 - 90.

o conceito “autonomia” desempenhou papel importante na pedagogia alemã, porque foi relacionada tradicionalmente à questão da pedagogia em sua fase de emancipação em relação às demais ciências. Moore, porém, o delimitou à *autodeterminação de estudantes*. Em sua concepção, estudantes autônomos estão em condições de decidir sobre seu estudo por iniciativa própria.⁹⁵

O autor, assim como faz na primeira concepção apresentada, a saber, diálogo, detém-se nessa concepção apresentando o termo autonomia nas dimensões filosófica, pedagógica e didática, devido a sua profundidade, abrangência e pelo fato de o mesmo “estar ancorado multidimensionalmente em nosso pensamento”.⁹⁶

1.5.3.1 Dimensão filosófica

Para tratar da dimensão filosófica da autonomia, Peters cita Immanuel Kant “que queria libertar o ser humano de sua menoridade por culpa própria, levando-o a fazer uso de sua razão sem ajuda alheia. Para ele, a moralização tinha o primado na educação”, ou seja, para que as pessoas fossem livres, não poderiam depender de nada nem ninguém. Elas teriam que ter condições de escolher por conta própria os caminhos a serem trilhados.

1.5.3.2 Dimensão pedagógica

Ao abordar a dimensão pedagógica do termo autonomia, Peters destaca que as pessoas são sujeitas de sua própria educação e formação e não apenas objeto, ou seja, elas é que determinam e decidem o caminho que querem trilhar, são fruto de suas escolhas.

1.5.3.3 Dimensão didática

Na dimensão didática, o autor salienta que “pessoas que estudam autonomamente não são mais objetos, mas, sim, sujeitos do processo ensino-aprendizagem”.⁹⁷ Peters destaca, ainda, que é necessário que a expressão

⁹⁵ PETERS, 2001, p. 93.

⁹⁶ PETERS, 2001, p. 94.

⁹⁷ PETERS, 2001, p. 95

'aprendizagem autônoma' seja esclarecida e bem entendida, uma vez que o estudo autônomo é muito mais do que estudo auto-dirigido. Segundo o autor,

estudantes são autônomos quando assumem e executam as funções dos docentes. Isso significa: quando eles mesmos reconhecem suas necessidades de estudo, formulam objetivos para o estudo, selecionam conteúdos, projetam estratégias de estudo, arranjam materiais e meios didáticos, identificam fontes humanas e materiais adicionais e fazem uso delas, bem como quando eles próprios organizam, dirigem, controlam e avaliam o processo de aprendizagem.⁹⁸

Ou seja, quando eles mesmos, os estudantes, são os sujeitos, os responsáveis pela construção de seus conhecimentos. Para Peters, "o estudo autônomo desempenha papel importante na educação de adultos e nas educações complementares".⁹⁹ A autonomia contrapõe-se à concepção anterior, ou seja, à estrutura, pois o ensino programado, por ser totalmente estruturado, não admite obviamente a autonomia do estudante.

O autor destaca, também, que a autonomia não é uma categoria nova, mas já está bem fundamentada na pedagogia e na andragogia, suas primeiras concepções vêm da tradição judaica, teve impulso na pedagogia reformista, estando no seu centro, foi amplamente empregada no início do século XX tanto na Alemanha quanto nos EUA e continua sendo estudada e utilizada em nossos dias em diversas partes do mundo.

Certo é que a valorização ou o emprego de uma categoria em detrimento das outras traz resultados negativos, ou seja, o ideal é haver o equilíbrio no uso dessas três categorias: Diálogo, Estrutura e Autonomia, de acordo com a proposta e os objetivos de cada curso.

1.6 Modelos de educação à distância a partir da perspectiva metodológica

Outra questão que merece destaque é a multiplicidade de conceitos e modelos de EAD. Segundo Peters,¹⁰⁰ há uma variedade de conceitos e modelos de Educação a Distância e não apenas um, pois este "formato de ensino e

⁹⁸ PETERS, 2001, p. 95.

⁹⁹ PETERS, 2001, p. 103.

¹⁰⁰ PETERS, 2003, p. 73.

aprendizagem”¹⁰¹ sempre esteve em transição e, nos últimos tempos, em um estado de rápida transição.

Apesar disso, segundo ele, muitas vezes, tais conceitos são tão sólidos e convincentes que são transformados em um modelo que pode ser testado e colocado em prática, alguns, inclusive chegam a “cristalizar-se” ou mesmo “petrificar-se”, se institucionalizados.¹⁰²

Peters seleciona os seguintes modelos para analisar a partir da perspectiva metodológica:¹⁰³ Destaca-se que, no item 1.4, foi feita a abordagem teórica dos modelos apresentados.

1.6.1 Modelo da “preparação para exame”

Segundo Peters, esse modelo foi institucionalizado quando da fundação da Universidade de Londres, na metade do Século XIX, para favorecer aqueles que não podiam se matricular nas Universidades de *Oxford* ou *Cambridge*, ou que não podiam freqüentar qualquer universidade por morarem nas colônias do Império Britânico.

O trabalho pedagógico oferecido pela Universidade de Londres, naquela época, limitava-se ao apoio aos estudantes através do fornecimento de informações sobre o regulamento para os exames e de listas especiais de material para leitura. Segundo Peters, atualmente esse modelo está sendo desenvolvido e praticado pelos membros do Conselho da Universidade de Nova York, onde os estudantes podem ir, fazer os exames e receber o grau *The Regents' External Degree*, que é conferido pela universidade ao aluno que não estudou nela ou estudou em outra instituição afiliada ou aprovada pela Universidade.

O autor destaca que este modelo tem uma versão chinesa, chamada de “auto-instrução para a preparação para um diploma universitário” e que é amplamente utilizada naquele país. De acordo com Peters, “mais de um milhão e

¹⁰¹ PETERS, 2003, p.67

¹⁰² PETERS, 2003, p. 73.

¹⁰³ PETERS, 2003, p. 73 – 83.

oitocentos mil estudantes que trabalham já conseguiram seus diplomas por meio do aprendizado a distância dessa forma”.¹⁰⁴

1.6.2 Modelo da educação a distância por correspondência

O Modelo por Correspondência é o mais antigo e o mais amplamente utilizado. Poder-se-ia dizer que é a soma do modelo de “preparação para exame” com o ensino regular (EAD por Correspondência = Preparação para Exame + Ensino Regular), onde textos didáticos escritos ou impressos são apresentados e há troca regular ou ocasional de atividades, correção e correspondência entre os estudantes e a instituição de ensino.

Segundo Peters, esse modelo é simples e relativamente barato, uma vez que os textos didáticos podem ser produzidos em massa, porém representa a primeira geração de todo o desenvolvimento dessa forma de educação. Como exemplos de instituições que utilizam tal modelo, pode-se citar a Universidade da África do Sul, as faculdades por correspondência no Reino Unido e a *Ecole Universelle* francesa.

1.6.3 Modelo multimídia (de massa)

Desenvolvido nos anos setenta e oitenta do século XX, caracteriza-se pelo regular e relativamente integrado uso da televisão, do rádio e de material impresso, na forma de material de curso estruturado pré-preparado. Neste modelo, o apoio aos estudantes é mais ou menos sistemático e realizado por meio de centros de estudos.

O modelo multimídia (de massa) representou um grande avanço e pertence à segunda geração desta modalidade de ensino e aprendizagem. Além disso, deu início e apoiou o movimento em prol da aprendizagem aberta e de universidades abertas, que são abertas não apenas por causa da adoção de novos métodos e mídias, pois este termo envolve razões que têm como pano de fundo a questão social.¹⁰⁵

¹⁰⁴ PETERS, 2003, p. 74.

¹⁰⁵ Peters nos informa que “O termo ‘Universidade aberta’ pode ser interpretado de um modo multidimensional. Van den Boom e Schlusmans mostram estas dimensões claramente em seu

Para Peters, este modelo atingiu a perfeição na *Open University* britânica.

1.6.4 Modelo de educação a distância em grupo

Muito semelhante ao modelo anterior, pois utiliza a televisão e o rádio permanentemente como mídia de ensino para a transmissão de palestras ministradas por professores universitários de renome. Entretanto, as palestras são assistidas por grupos de alunos que freqüentam classes obrigatórias onde seguem as explicações e orientações de um instrutor. Além disso, os alunos realizam debates sobre o que ouviram e sobre o que assistiram e realizam as atividades e as provas que são designadas. Entretanto, os métodos pedagógicos de ensino e aprendizagem não são adaptados a suas necessidades, nem às necessidades de quaisquer outros alunos.

Um exemplo de instituição que utiliza esse modelo é a Universidade Central por Rádio e Televisão chinesa. Há também instituições no Japão e na Coréia que se utilizam de modelos semelhantes.

1.6.5 Modelo do aluno autônomo (ou aprendizagem por contrato)

Neste modelo, a organização da aprendizagem é feita pelos próprios alunos, que também assumem as tarefas curriculares. A determinação dos propósitos e objetivos, a seleção dos conteúdos, a decisão de quais estratégias e mídias serão empregadas e até a mensuração do êxito de seu aprendizado é realizado pelos estudantes.

A longa tradição do ensino expositivo chega ao fim com este modelo. Os professores atuam como orientadores pessoais e individuais, facilitadores, que se encontram com regularidade mensal com seus estudantes para longas e minuciosas

estudo *Didactics of Open Education – Background, Analysis and Approaches*. De acordo com eles, os defensores das universidades abertas vinculam a este termo as seguintes expectativas: a) barateamento do ensino universitário; b) capacitação de um número maior de pessoas a tomarem parte na vida cultural; c) alívio das universidades tradicionais lotadas; d) formação de novos grupos de estudantes; e) apoio a uma maior democratização da sociedade [...] f) dar à aprendizagem permanente, que tem sido propagada há décadas, melhores oportunidades de realização; g) mais chances e incentivos para que as pessoas se qualifiquem mais [...]; h) [...] acesso à universidade a estudantes sem qualificação formal". PETERS, 2003, p. 77.

entrevistas. Em tais encontros, são apresentados, negociados e discutidos os objetivos e os planos dos estudantes. O contrato entre o aluno, o professor e a universidade é resultante dos acordos a que chegam nesses encontros mensais e serve como guia e apoio aos alunos, que trabalham sozinhos utilizando locais de aprendizagem determinados. Os estudantes são encorajados, também, a buscar ajuda de especialistas locais na área de conhecimento que estão estudando. A literatura chama essa forma de educação a distância de “aprendizagem por contrato”.

Na opinião de Peters, a importância deste modelo aumentará, pois, no futuro, a educação a distância para adultos terá que ser autônoma, ou pelo menos conter elementos da aprendizagem autônoma, em especial nos ambientes informatizados de aprendizagem.

O encorajamento dos alunos para construir os conhecimentos autonomamente e a substituição da exposição de conteúdos por parte de professores é o objetivo pedagógico geral desse modelo. Além disso, as seguintes características devem ser desenvolvidas nos estudantes, através de habilitações e capacitações: autoconsciência, autoconfiança e autonomia.

Apesar do avanço que esse modelo traz, ele sofre críticas também, como por exemplo, a de que ele não é realmente um modelo de educação a distância porque não tem a vantagem de ensinar a um número muito grande de alunos, uma vez que cada professor conseguirá orientar e apoiar apenas de vinte a trinta alunos.

Como exemplo de instituição que utiliza esse modelo, Peters destaca o *Empire States College*.

1.6.6 Modelo de educação a distância baseado na rede

Modelo que surge como parte da transformação digital do modo como as pessoas trabalham e vivem. Através dele é possível trabalhar em um ambiente informatizado de aprendizagem.

No Modelo de Educação a Distância Baseado na Rede, os alunos podem acessar até os programas didáticos e os bancos de dados mais remotos que contêm

informações relevantes para sua aprendizagem. É possível, também, trabalhar *off-line* ou *on-line*, além de usar CD-ROMs com cursos de educação a distância sob a forma de hipertexto ou apenas com bancos de dados a serem acessados enquanto um assunto estiver sendo estudado (Sistemas Especialistas). A participação em seminários, workshops, reuniões com tutores e com orientadores, e o bate papo com seus colegas também se torna viável.

O desenvolvimento de novas formas de aprendizagem (por exemplo, buscar, encontrar, adquirir, avaliar, julgar, modificar, armazenar, manusear e recuperar informações, quando necessário) a que os alunos são desafiados é a maior vantagem pedagógica deste Modelo, ou seja, os estudantes têm a chance de aprender fazendo suas próprias descobertas e chegarem à aprendizagem pesquisando.

Complexo, exigente e, também, promissor são características deste Modelo, uma vez que ele disponibiliza novas dimensões de empenho pedagógico na educação a distância. O computador e o ensino e a aprendizagem baseados na rede terão funções diferentes daquelas da educação convencional e da educação a distância tradicional.

A *University of Maryland University College*, com seu curso on-line *Master of Distance Education*, é um exemplo de instituição que utiliza o Modelo de Educação a Distância Baseado na Rede.

1.6.7 Modelo de ensino em sala de aula estendido tecnologicamente

Trata-se do modelo desenvolvido nos Estados Unidos, cuja difusão popular ocorreu em organizações com mais de um campus. Nesse modelo, o ensino ocorre da seguinte forma: um professor ministra aula em uma sala de aula (ou estúdio) de uma instituição, e as aulas ou instruções são transmitidas sincronamente para outras duas ou mais salas de aula através do uso de cabo, satélite ou sistema de videoconferência. Assim, um único professor pode dar aula para várias turmas ao mesmo tempo, tornando o processo mais econômico. A instrução ao vivo, síncrona,

é apresentada como vantagem deste modelo. Keegan, conforme Peters,¹⁰⁶ chama esse tipo de ensino com o uso de teleconferência de “Ensino a distância face a face”.

Como desvantagem está o fato de que este modelo, normalmente, não é tão eficiente quanto o esperado do ensino a distância, pois o tamanho das turmas que podem ser conectadas e o número delas é limitado, além de que, para os alunos que não estão na sala onde é gerada a videoconferência, é muito cansativo e monótono assistir aula, pois estes têm a sensação de alienação da sala de aula principal.

1.6.8 Modelos híbridos

Além dos sete modelos anteriormente abordados, é necessário salientar que há, também, a possibilidade de existência de modelos híbridos, onde haverá a combinação entre diferentes modelos.

Peters salienta que as instituições de ensino a distância terão suas estruturas organizadas de acordo com o modelo escolhido e que, no futuro, as universidades combinarão educação à distância, aprendizagem em ambientes informatizados e discussões tradicionais face a face em espaços de aprendizagem de construção do conhecimento. O autor apresenta o quadro a seguir, com a descrição breve de universidades que oferecem Educação a Distância em alguns países, destacando características e estruturas de cada uma, mostrando que, muitas, combinam mídias para a oferta de cursos na modalidade a distância.

TABELA 3a: Universidades de ensino a distância e estrutura de mídia típicas¹⁰⁷

Universidades de ensino a distância	Estruturas de mídia típicas
Universidade da África do Sul	Universidade por correspondência: material de curso impresso, guias de estudo, correspondência tutorial.
<i>Open University</i> (Reino Unido)	Universidade de ensino a distância: acesso livre. Material de curso pré-preparado por equipe, transmissão por rádio e televisão. Orientação e aulas particulares em centros de estudo.

¹⁰⁶ KEEGAN, apud PETERS, 2003, p. 81

¹⁰⁷ A mídia destacada em negrito indica a forma básica prevalente de ensino e aprendizagem. PETERS, 2003, p. 37.

<i>FernUniversität</i> (Alemanha)	Universidade de ensino a distância baseada em pesquisa: material de curso pré-preparado , fitas de vídeo e fitas cassete, transmissão pela televisão, aulas particulares em centros de estudo, seminários.
Universidade Central de Rádio e Televisão (China)	Universidade de ensino a distância baseada em mídias de massa: palestras por rádio e televisão , várias aulas compulsórias por semana. Material impresso suplementar.
Rede de Teleconferências da Universidade Nacional (EUA)	Extensão baseada em vídeo de ensino face a face em uma faculdade, promovida por consórcio de universidades: ensino a distância baseado em vídeo em conjunto com livros didáticos e instrutores. Videoconferências interativas.
Projeto <i>North</i> (Ontário, Canadá)	Cooperativa de ensino a distância baseada em teleconferências: conferências por áudio , conferências audiográficas, videoconferências e conferências por computador para cursos de extensão universitária.

Fonte: PETERS, 2003.

Em outra obra, *Didática do ensino a distância*, além destas acima apresentadas, Peters havia descrito, ainda, o trabalho desenvolvido na *University of the Air*, do Japão e no *Empire State College*, Estados Unidos. A seguir, as características destacadas por Peters de cada uma destas duas Universidades de Ensino a Distância:

TABELA 3b: Universidades de ensino a distância e estrutura de mídia típicas (continuação)¹⁰⁸

Universidades de ensino a distância	Estruturas de mídia típicas
<i>University of the Air</i> , do Japão	Universidade que utiliza o rádio e a televisão, além de textos didáticos impressos. Diferencia-se da <i>Open University</i> , pois dá maior ênfase para as transmissões radiofônicas e televisivas do que ao material impresso, que tem função complementar às transmissões.
<i>Empire State College</i> , Estados Unidos	Instituição que emprega o estudo autônomo e auto-dirigido, com aconselhamento feito por docentes e monitores. Os estágios a serem percorridos pelo estudante são os seguintes: Exploração preparatória; Orientação; enquadramento; desenvolvimento do contrato de estudo; estudo autônomo; avaliação.

Fonte: PETERS, 2001.

¹⁰⁸ PETERS, 2001, p. 337 – 354.

Segundo Keegan, “o mundo está ficando digital”.¹⁰⁹ Portanto, é para essa modalidade de ensino a distância e para esses novos espaços de aprendizagem que os estudos devem ser direcionados.

Com todas as mudanças que vêm se processando, há a alteração de comportamentos também no processo de ensino e aprendizagem, ou seja, é necessário ter em mente que tanto estudantes como docentes terão que se acostumar e se adaptar às novas tecnologias.

Há habilidades a serem dominadas pelos estudantes, para que os mesmos tenham a capacidade de estudar em um ambiente informatizado de aprendizagem, são elas:

- seleção e capacidade de tomar decisões;
- habilidade de aprender e organizar e;
- autodeterminação e orientação.

Segundo Peters, analisando a partir da perspectiva dos estudantes, os mesmos

[...] devem estar prontos para e serem capazes de reconhecer metas e possibilidades concretas de aprendizagem com base nas modificações que podem causar em suas vidas e no trabalho, estar dispostos a planejar e organizar sua aprendizagem de forma independente e a absorvê-la e organizá-la em grande parte independentemente dos professores.¹¹⁰

Para o autor, “a capacidade de procurar, encontrar e avaliar informação importante para a aprendizagem do próprio estudante será difícil e rara”.¹¹¹ E ele complementa, ainda que “a tarefa mais difícil será acessar os conteúdos e ofertas de apoio no que diz respeito aos processos planejados de aprendizagem, porque isso pressupõe experiência metacognitiva e considerável *insight* pedagógico”.¹¹² Finalizando, Peter destaca que

¹⁰⁹ KEEGAN apud PETERS, 2003, p. 127.

¹¹⁰ PETERS, 2003, p. 185.

¹¹¹ PETERS, 2003, p. 185.

¹¹² PETERS, 2003, p. 185.

[...] os estudantes devem ser capazes de lidar com equipamentos técnicos do ambiente informatizado de aprendizagem rotineira e criativamente. Tudo isso deve ser apoiado por uma abordagem que é observadora, atenta, astuta, internetizada, exploradora, comunicativa e que aceita colaboração.¹¹³

Segundo o mesmo autor, os professores também serão bastante afetados por essas mudanças estruturais, em função do emprego das novas tecnologias de informação e comunicação (as TICs).

Está ocorrendo o deslocamento do centro de gravidade para longe da apresentação e na direção de supervisão e apoio para os alunos que aprendem autonomamente.

Peters destaca que os professores terão, como principais tarefas, as que seguem:

- desenvolver sistemas de aprendizagem não lineares em hipertexto/hipermídia, nos quais por um lado a complexidade da aprendizagem por exploração e descoberta é possibilitada e apoiada;
- atuar como mediador de seminários virtuais;
- organizar suporte; assim como
- o *design* de "ambientes de meta-aprendizagem."¹¹⁴

Segundo o autor, há uma grande dificuldade para os professores que adquiriram e internalizaram estratégias e habilidades convencionais presenciais, para elaborarem e trabalharem virtualmente, uma vez que estudaram e foram socializados em escolas tradicionais e em universidades convencionais, de ensino presencial. Ele destaca que é necessário que os docentes internalizem uma nova atitude e novas atividades de aprendizagem, para que consigam atuar em cursos virtuais.

Para Peters, é necessário que se aprenda a aprender autonomamente, que se aprenda a desenvolver uma estratégia de auto-aprendizagem, que se aprenda a usar a comunicação para aprender, que se aprenda a desenvolver o hábito da

¹¹³ PETERS, 2003, p. 185 – 186.

¹¹⁴ PETERS, 2003, p. 187.

metacognição, que se aprenda a adquirir o hábito da auto-avaliação, pois há muitas diferenças entre os seminários presenciais e os virtuais.¹¹⁵

Como conseqüências dessas mudanças todas que vêm ocorrendo, Peters destaca que:

- As mudanças a seguir devem acima de tudo ser registradas ou esperadas:
- Formas tradicionais familiares de ministrar e adquirir conhecimento ficarão logo obsoletas. Velhas sensações de segurança se dissolverão;
 - Novas estruturas pedagógicas surgirão como resultado da integração de texto, imagem e som, da dissolução de situações tradicionais baseadas no tempo e no espaço para a aprendizagem, a acessibilidade global da informação e a criação de redes virtuais de comunicação e cooperação. Isto terá os seguintes efeitos:
 - O grau de eficiência do ensino em comparação com a aprendizagem será estendido enormemente;
 - Processos de aquisição de conhecimento podem desenvolver um dinamismo anteriormente desconhecido.¹¹⁶

A transformação do significado de “informação” e “conhecimento” é um aspecto especial da atual mudança, cultura esta que, segundo Peters, vem ocorrendo. Assim,

[...] professores e alunos se defrontam na mesma medida com a tarefa inusitada de terem que adquirir um novo conhecimento no ambiente informatizado de aprendizagem com a ajuda de uma inexaurível abundância de informações estocadas. No entanto, esse conhecimento enformado difere enormemente do conhecimento tradicional clássico.¹¹⁷

A modalidade de ensino “Educação a Distância”, a partir da análise feita com base em Otto Peters, e baseada no grande número de estudos, pesquisas, eventos, congressos e publicações no mundo todo, vem, de fato, sendo a cada dia mais valorizada e está ocupando um espaço cada vez maior na Educação nacional e internacional.

Ao concluir este primeiro capítulo, afirma-se como Peters que “a história da educação a distância tem sempre sido a história de sua crescente importância”¹¹⁸ no

¹¹⁵ A repetição da expressão “que se aprenda” foi propositalmente utilizada pela autora como recurso estilístico de linguagem, para reforçar, destacar e fortalecer seu discurso.

¹¹⁶ PETERS, 2003, p. 383 – 384.

¹¹⁷ PETERS, 2003, p. 353.

¹¹⁸ PETERS, 2003, p. 27.

mundo e isso vem se confirmando com o grande número de pesquisas, publicações e eventos tanto a nível regional, quanto a nível estadual, nacional e internacional.

Verifica-se, também, que, no Brasil, o número de alunos de cursos na modalidade a distância tem crescido vertiginosamente.

Além disso, constata-se, no país, o aumento substancial da oferta de cursos a distância em todos os níveis – desde a Educação Básica até a Graduação e a Pós-Graduação/Especialização. Até o momento da elaboração desta tese, a CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior¹¹⁹ – ainda não havia se manifestado a respeito da possibilidade de oferta de mestrados e doutorados nesta modalidade de ensino, oferta esta prevista no Decreto N. 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que regulamenta o Art. 80 da LDB. Sobre esta questão e outras que envolvem Legislação da EAD, ver o capítulo 2, que trata deste tema e áreas do conhecimento.

¹¹⁹ Inicialmente, a CAPES foi denominada de Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, atualmente a CAPES é a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e foi criada em 11 de julho de 1951, pelo Decreto n. 29.741, com o objetivo de "assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país". CAPES. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>>. Acesso em: 09 set. 2009.

2 A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGISLAÇÃO

Muito tem sido discutido, em encontros regionais, nacionais, internacionais e inclusive em diversos eventos on-line, a respeito dos avanços da Educação a Distância no Brasil e no mundo, principalmente sobre a questão da regulamentação da oferta de cursos nesta modalidade de ensino por parte das Instituições de Ensino Superior – IES – e escolas brasileiras em geral.

Muito, também, o Ministério da Educação e Cultura brasileiro tem divulgado sobre o que vem sendo feito pela EAD, através da SEED – Secretaria de Educação a Distância – enviando seus representantes para eventos que abordam esta temática tanto no Brasil quanto no exterior e publicando, sistematicamente, relatórios, artigos e notícias em sua página na Internet. A SEED foi criada pelo MEC para definir políticas e diretrizes e coordenar ações da EAD. Ela

atua como um agente de inovação tecnológica nos processos de ensino e aprendizagem, fomentando a incorporação das tecnologias de informação e comunicação (TICs) e das técnicas de educação a distância aos métodos didático-pedagógicos. Além disso, promove a pesquisa e o desenvolvimento voltados para a introdução de novos conceitos e práticas nas escolas públicas brasileiras.¹²⁰

Dentre os programas e ações desenvolvidos pela Secretaria de Educação a Distância, pode-se destacar o Proinfo¹²¹ e o E-Proinfo,¹²² o Pró-letramento,¹²³ Pró-

¹²⁰ BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=289&Itemid=356>. Acesso em: 14 abr. 2009.

¹²¹ Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo). É um programa educacional com o objetivo de promover o uso pedagógico da informática na rede pública de educação básica. O programa leva às escolas computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais. Em contrapartida, estados, Distrito Federal e municípios devem garantir a estrutura adequada para receber os laboratórios e capacitar os educadores para uso das máquinas e tecnologias. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Programa Nacional de Tecnologia Educacional. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=244&Itemid=823>. Acesso em: 14 abr. 2009.

¹²² O Ambiente Colaborativo de Aprendizagem (e-Proinfo) é um ambiente virtual colaborativo de aprendizagem que permite a concepção, administração e desenvolvimento de diversos tipos de ações, como cursos a distância, complemento a cursos presenciais, projetos de pesquisa, projetos colaborativos e diversas outras formas de apoio a distância e ao processo ensino-aprendizagem. Seu acesso pode ser feito através do link a seguir: <<http://www.eproinfo.mec.gov.br/>>. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. E-Proinfo. Disponível em:

licenciatura,¹²⁴ TV-Escola¹²⁵ e UAB - Sistema Universidade Aberta do Brasil,¹²⁶ além do Domínio Público – Biblioteca Virtual,¹²⁷ entre outras.

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=138%3Ae-proinfo&catid=114%3Asistemas-do-mec&Itemid=823>. Acesso em: 14 abr. 2009.

¹²³ O Pró-Letramento - Mobilização pela Qualidade da Educação - é um programa de formação continuada de professores, para melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nas séries iniciais do ensino fundamental. O Programa é realizado pelo MEC, em parceria com universidades que integram a Rede Nacional de Formação Continuada e com adesão dos estados e municípios. Podem participar todos os professores que estão em exercício, nas séries iniciais do Ensino Fundamental das escolas públicas. Os cursos de formação continuada oferecidos pelo programa têm duração de 120 horas com encontros presenciais e atividades individuais. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Pró-Letramento. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12346&Itemid=823>.

Acesso em: 14 abr. 2009.

¹²⁴ O programa oferece formação inicial a distância a professores em exercício nos anos/séries finais do Ensino Fundamental ou Ensino Médio dos sistemas públicos de ensino. O Pró-Licenciatura ocorre em parceria com instituições de ensino superior que implementam cursos de licenciatura a distância, com duração igual ou superior à mínima exigida para os cursos presenciais, de forma que o professor-aluno mantenha suas atividades docentes. O objetivo é melhorar a qualidade de ensino na educação básica por meio de formação inicial consistente e contextualizada do professor em sua área de atuação. O programa toma como ponto de partida a ação do professor na escola em que desenvolve seu trabalho, de forma que sua experiência do dia-a-dia sirva de instrumento de reflexão sobre a prática pedagógica. Para participar, as secretarias estaduais e municipais devem aderir ao programa. O professor interessado precisa estar em exercício há pelo menos um ano, sem habilitação legal exigida para o exercício da função (licenciatura). A formação é gratuita e os professores selecionados pelas instituições de ensino superior para ingresso no curso recebem bolsa de estudos. O programa é desenvolvido no âmbito da Universidade Aberta do Brasil. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Pró-Licenciatura. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12349&Itemid=823>.

Acesso em: 14 abr. 2009.

¹²⁵ A TV Escola é um canal de televisão do Ministério da Educação que capacita, aperfeiçoa e atualiza educadores da rede pública desde 1996. Sua programação exhibe, nas 24 horas diárias, séries e documentários estrangeiros e produções próprias. Os principais objetivos da TV Escola são o aperfeiçoamento e valorização dos professores da rede pública, o enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem e a melhoria da qualidade do ensino. A TV Escola é dividida em faixas: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Salto Para o Futuro e Escola Aberta. Existe ainda, em horário especial, uma faixa destinada a cursos para a formação continuada de educadores, onde são oferecidos cursos de aperfeiçoamento das línguas inglesa, espanhola e francesa. Há inúmeras possibilidades de uso da TV Escola: desenvolvimento profissional de gestores e docentes (inclusive preparação para vestibular, cursos de progressão funcional e concurso público); dinamização das atividades de sala de aula; preparação de atividades extra-classe, recuperação e aceleração de estudos; utilização de vídeos para trabalhos de avaliação do aluno e de grupos de alunos; revitalização da biblioteca e aproximação escola-comunidade. Alguns dos programas exibidos pela TV Escola estão disponíveis para download gratuito no Portal Domínio Público. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. TV Escola. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12336&Itemid=823>.

Acesso em: 14 abr. 2009.

¹²⁶ O programa busca ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância. A prioridade é oferecer formação inicial a professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém, ainda sem graduação, além de formação continuada a aqueles já graduados. Também pretende ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica da rede pública. Outro objetivo do programa é reduzir as desigualdades na oferta de Ensino Superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância. Há pólos de apoio para o desenvolvimento de atividades

Desde 27 de abril de 2009, está disponível no Portal do Ministério da Educação na Internet, o SIEAD – Sistema de Consulta de Instituições Credenciadas para a Educação a Distância e Pólos de Apoio Presencial.¹²⁸ O SIEAD é uma ferramenta de busca que permite consulta sobre as instituições credenciadas pelo MEC para a oferta de cursos na modalidade a distância.

Além disso, nas IES, há grupos de estudos e trabalho dedicando-se à análise criteriosa e envio de sugestões ao MEC, sugestões essas de aprimoramento e adequação da Legislação a ser aplicada a elas mesmas, pois as IES credenciadas e que realizam um trabalho sério que valoriza esta modalidade de ensino têm interesse em que a Legislação seja cumprida por todos aqueles que desejam utilizar a EAD.

Para ilustrar tal afirmação, a seguir é apresentado um quadro descritivo das primeiras ações de trabalho de estudo contínuo sobre EAD em algumas IES de Porto Alegre e Região Metropolitana:¹²⁹

pedagógicas presenciais, em que os alunos entram em contato com tutores e professores e têm acesso a biblioteca e laboratórios de informática, biologia, química e física. Uma das propostas da UAB é formar professores e outros profissionais de educação nas áreas da diversidade. O objetivo é a disseminação e o desenvolvimento de metodologias educacionais de inserção dos temas de áreas como educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Universidade Aberta do Brasil. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12265&Itemid=823>. Acesso em: 14 abr. 2009.

¹²⁷ Com um acervo de cerca de 79 mil obras e um registro de 9,3 milhões de visitas, o Portal Domínio Público é a maior biblioteca virtual do Brasil (dados de 2008). Lançado em 2004, o portal oferece acesso de graça a obras literárias, artísticas e científicas (na forma de textos, sons, imagens e vídeos), já em domínio público ou que tenham a sua divulgação autorizada. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Domínio Público. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12329&Itemid=823>. Acesso em: 14 abr. 2009.

¹²⁸ BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Sistema de Consulta de Instituições Credenciadas para a Educação a Distância e Pólos de Apoio Presencial. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13260:novo-mecanismo-de-busca-de-polos-pode-ser-acessado-pela-internet&catid=210>. Acesso em: 08 set. 2009.

¹²⁹ Dados coletados pela autora deste trabalho em entrevistas com as Coordenações de EAD das IES listadas em visitas técnicas realizadas no decorrer do ano de 2005.

TABELA 4: IES Gaúchas e suas primeiras ações em EAD (em ordem cronológica)

Instituição de Ensino Superior	Ano	Ação
UFRGS (Porto Alegre)	1980	Formação da primeira comissão de Estudos sobre EAD
PUCRS VIRTUAL (Porto Alegre)	1997	Formação da primeira comissão de Estudos sobre EAD
	2000	Início do primeiro curso de Especialização
	2001	Autorização do Primeiro Curso
UNISINOS (São Leopoldo)	1998	Formação da primeira comissão de Estudos sobre EAD
UERGS (Porto Alegre)	2001	Oferta de disciplinas da Graduação
FEEVALE (Novo Hamburgo)	2001	Apoio às aulas presenciais da Graduação
ULBRA Orbe (Canoas)	2º sem. 2003	Oferta de disciplinas da Graduação
UNILASALLE (Canoas)	2004/05	Início do Projeto Piloto

Fonte: HICKEL, Pesquisa EAD, 2005.

2.1 Panorama histórico da EAD no Brasil

Ouve-se que Educação a Distância é novidade e modismo, porém ela é uma modalidade de ensino que, também no Brasil, há bastante tempo vem sendo praticada.

Segundo João Roberto Moreira Alves,¹³⁰ “pesquisas realizadas em diversas fontes mostram que, pouco antes de 1900, já existiam anúncios em jornais de circulação no Rio de Janeiro oferecendo cursos profissionalizantes por correspondência”.¹³¹

Ainda segundo este autor, muitas foram as iniciativas isoladas de oferta de cursos a distância, porém “o marco de referência oficial é a instalação das Escolas Internacionais, em 1904”.¹³²

Sobre essas escolas, Moreira Alves complementa que

¹³⁰ João Roberto Moreira Alves é presidente do IPAE (Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação) e diretor da ABED (Associação Brasileira de Educação a Distância). Moreira Alves é graduado em ciências sociais e jurídicas e em administração. Além disso, possui pós-graduação em direito. Anotações da autora.

¹³¹ MOREIRA ALVES, João Roberto. A história da EAD no Brasil. In: LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos (Org.). *Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearsons Education do Brasil, 2009. p. 9.

¹³² MOREIRA ALVES, 2009, p. 9.

a unidade de ensino, estruturada formalmente, era filial de uma organização norte-americana existente até hoje e presente em diversos países. Os cursos oferecidos eram todos voltados para as pessoas que estavam em busca de empregos, especialmente nos setores de comércio e serviços. O ensino era, naturalmente, por correspondência, com remessa de materiais didáticos pelos correios, que usavam principalmente as ferrovias para o transporte. Nos vinte primeiros anos tivemos, portanto, apenas uma única modalidade, a exemplo, por sinal, de todos os outros países.¹³³

No ano de 1923, Moreira Alves destaca que foi fundada a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, iniciativa privada que tinha por objetivo possibilitar a educação popular, “por meio de um então moderno sistema de difusão em curso no Brasil e no mundo”.¹³⁴

No Estado de São Paulo, no ano de 1939, foi criado o Instituto Rádio Técnico Monitor, o Instituto Monitor,¹³⁵ que, até os dias de hoje, continua formando profissionais de nível médio e técnicos em diversas áreas do conhecimento.

O Instituto Monitor¹³⁶ oferece Ensino Fundamental e Ensino Médio presencial e a distância, além de outros cursos técnicos, como por exemplo, secretariado, contabilidade, eletrônica, transações imobiliárias e informática, e muitos cursos profissionalizantes.

Salienta-se que os cursos técnicos do Instituto Monitor dão direito ao registro profissional em diversas Ordens e/ou Conselhos Regionais como o CREA, CRC, CRECI e DRT. Cabe destacar, ainda, que o Instituto Monitor, é filiado à ABED, e ao longo de seus 70 anos de atuação, já teve matrícula de mais de 5 milhões de alunos.

¹³³ MOREIRA ALVES, 2009, p. 9.

¹³⁴ MOREIRA ALVES, 2009, p. 9.

¹³⁵ INSTITUTO MONITOR. Disponível em: <<http://www.institutomonitor.com.br>>. Acesso em: 20 mar. 2008.

¹³⁶ O Instituto Monitor tem os seguintes atos legais de credenciamento e autorização: Processo n. 004/2005 e Parecer n. 252/2005 do CEE-SP, publicados no DOE-SP em 30 jul. 2005. O Instituto está sediado na Rua Timbiras, 257/263, no centro da cidade de São Paulo/SP. O Instituto Monitor é uma instituição regularmente credenciada para ministrar educação a distância, autorizada a funcionar com os cursos de Educação de Jovens e Adultos (Ensino Fundamental e Médio) e Educação Profissional nas Habilitações Profissionais de Técnico em Contabilidade, Técnico em Eletrônica, Técnico em Informática, Técnico em Secretariado e Técnico em Transações Imobiliárias, através do Processo n. 004/2005 e Parecer n. 252/2005, do CEE-SP, publicados no DOE-SP em 30 jul. 2005. A escola é também credenciada pelo Parecer CEE-SP 250/03 a realizar os exames de conclusão do Ensino Fundamental e Médio, para alunos matriculados na Instituição, nos termos da Deliberação CEE-SP 14/01. Disponível em: <<http://www.institutomonitor.com.br>>. Acesso em: 20 mar. 2008.

Dois anos após, no ano de 1941, o Instituto Universal Brasileiro¹³⁷ iniciou suas atividades, oferecendo também cursos técnicos de formação média.¹³⁸

Segundo Moreira Alves, em 1943, a Igreja Adventista criou o programa *A voz da profecia* cujo objetivo era a oferta de cursos bíblicos aos ouvintes. Após esta data, o SENAC¹³⁹ deu início a suas atividades, em 1946, no Rio de Janeiro e em São Paulo, criando a Universidade do Ar, que, na década de 1950, já atendia a alunos de mais de 300 localidades distintas.

Na Década de 60, entre os anos de 1961 e 1965, tem-se o registro de atividades do MEB – Movimento de Educação de Base,¹⁴⁰ com a oferta de cursos de educação básica, organizados pela Igreja Católica, através da Diocese de Natal, no Rio Grande do Norte. No outro extremo do país, no Rio Grande do Sul, destacou-se neste sentido a Fundação Educacional Padre Landell de Moura, a FEPLAM,¹⁴¹ que ainda mantém sede em Porto Alegre.

Moreira Alves destaca que “projetos como o Mobral, vinculado ao Governo Federal, prestaram grande auxílio e tinham abrangência nacional, especialmente pelo uso do rádio”,¹⁴² porém, segundo ele,

a revolução deflagrada em 1969 abortou grandes iniciativas e o sistema de censura praticamente liquidou a rádio educativa brasileira. Hoje, ainda existem ações isoladas, entretanto, pouco apoiadas pelos órgãos oficiais. O desmonte da EAD via rádio foi um dos principais causadores de nossa queda no ranking internacional.¹⁴³

¹³⁷ INSTITUTO UNIVERSAL BRASILEIRO. Disponível em: <<http://www.institutouniversal.g12.br/docs/iubfrset.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2008.

¹³⁸ ULBRA. Disponível em: <<http://www.ulbra.br/fulbra.php?nome=http://www.ulbra.br/ulbraorbe/index.htm>>. Acesso em: 21 mar. 2005.

¹³⁹ SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

¹⁴⁰ MEB. Disponível em: <<http://momidi.com.br/meb>>.

¹⁴¹ Criada em 1967, a FEPLAM teve origem nos movimentos de educação não-formal da América Latina, que buscam a utilização dos meios de comunicação para difundir a educação. Tendo como patrono o religioso gaúcho Roberto Landell de Moura, cientista e um dos pioneiros na invenção dos processos eletrônicos de comunicação sem fio, a FEPLAM firmou-se como entidade educacional com atuação no campo da tele-educação e na educação não-formal de jovens. FEPLAM. Disponível em: <<http://www.feplam.org.br/>>. Acesso em: 15 abr. 2009

¹⁴² MOREIRA ALVES, 2009, p. 9-10.

¹⁴³ MOREIRA ALVES, 2009, p. 10.

Após muitos anos de uma espécie de letargia da EAD, desde 1995, está sendo veiculado pela TV GLOBO, a maior emissora de Televisão do Brasil, o Telecurso 2000, que é

uma metodologia educacional que integra conteúdos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio utilizando multimeios. A iniciativa oferece uma nova oportunidade de concluir os estudos básicos. Criado em 1995 pela Fundação Roberto Marinho e pela Fiesp, é o aperfeiçoamento de dois cursos anteriores: o Telecurso 1º Grau e o 2º Grau. [...] o Telecurso 2000 reúne aulas dos ensinamentos fundamental e médio, e um curso profissionalizante em Mecânica. Através de programas de TV (veiculados por diversas emissoras), fitas de vídeo e material impresso, os alunos têm acesso às aulas. Eles podem escolher entre estudar em casa ou nas telessalas, onde contam com educadores que os orientam sobre trabalho e cidadania, além de tirarem suas dúvidas.¹⁴⁴

Anterior ao Telecurso 2000, como acima citado, era veiculado, já no final da década de 1970, no início do ano de 1978, o primeiro programa do Telecurso 2º Grau,

transmitido por mais de 60 emissoras de TV e 800 transmissoras de rádio. Obedecendo ao currículo estabelecido pelo MEC, o Telecurso leva um ensino de qualidade a quatro milhões de pessoas que não conseguiram completar seus estudos.¹⁴⁵

De acordo com informações divulgadas na web, o Projeto Telecurso 2000 tem despertado interesse de outros países. Os Estados Unidos, por exemplo, desejam empregá-lo nas escolas, para filhos de imigrantes. O Chile e a Argentina pensam em utilizar a metodologia do Projeto nos cursos de Língua Portuguesa. “No Timor Leste já tem Telecurso 2000, com 20 telessalas e cerca de 600 alunos. Além disso, a TV Globo Internacional começou a transmiti-lo para os Estados Unidos e o Japão”.¹⁴⁶

Uma questão que deve ficar clara é que essa grande área de abrangência só é possível em função das parcerias e das redes que o Projeto estabeleceu. O Telecurso 2000 tem como principais parceiros o Ministério da Educação e Cultura, o

¹⁴⁴ TELECURSO 2000. Disponível em: <[¹⁴⁵ TELECURSO 2000, 2007.](http://www.telecurso2000.org.br/main.asp?ViewID={1E5428E3-2BA8-4561-BA3E-F3EA374ED19E}¶ms=itemID={68D665C2-C96D-45B1-A334-4B513EEF8501};&UIPartUID={0B11DCF7-D35E-476B-AB4E-FEA3B7A87A62}&u=u>. Acesso em: 29 jan. 2007</p>
</div>
<div data-bbox=)

Sistema FIESP,¹⁴⁷ 74 universidades brasileiras, 27 secretarias estaduais de Educação, 26 federações de Indústrias, 9 ministérios, 5 fundações, 3 centrais sindicais (CUT, CGT e Força Sindical), 1.118 entidades públicas e privadas e a própria Fundação Roberto Marinho, idealizadora do Projeto.

Segundo Moreira Alves, “no Brasil, é livre o direito e ensinar e de aprender, eis que assim estatuí o artigo 206, inciso II da Constituição Federal” e complementa que “em sentido amplo, fundamenta-se aí o princípio da educação nacional e, por consequência, o da EAD”.¹⁴⁸

Continuando, ele salienta que é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação a primeira legislação que trata da modalidade de ensino a distância, tendo suas origens em 1961 e que, “em sua reforma, dez anos depois, foi inserido um capítulo específico sobre o ensino supletivo, afirmando que ele poderia ser usado em classes ou mediante a utilização de rádio, televisão, correspondência e outros meios”.¹⁴⁹

Ele complementa que, “em 1996, o País conheceu uma nova LDB e, então, a EAD passou a ser possível em todos os níveis”.¹⁵⁰ Moreira Alves afirma ainda que a Lei 9394/96

foi um avanço, uma vez que possibilitou, de maneira inequívoca, o funcionamento dos cursos de graduação e pós-graduação, assim como na educação básica, desde o ensino fundamental ao médio, tanto na modalidade regular, como na de jovens e adultos e na educação especial. A lei teve a grande virtude em admitir, de maneira indireta, os cursos livres a distância, neles inseridos os ministrados pelas chamadas ‘universidades corporativas’ e outros grupos educativos.¹⁵¹

Com o advento da LDB, muitas foram as instituições que buscaram regularizar os cursos oferecidos por elas na modalidade a distância.

Nos anos de 1996 e 1997, não houve nenhuma instituição credenciada pelo Ministério da Educação para a oferta de cursos na modalidade a distância.¹⁵² Em

¹⁴⁶ TELECURSO 2000, 2007.

¹⁴⁷ FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

¹⁴⁸ MOREIRA ALVES, 2009, p. 11.

¹⁴⁹ MOREIRA ALVES, 2009, p. 11.

¹⁵⁰ MOREIRA ALVES, 2009, p. 11.

¹⁵¹ MOREIRA ALVES, 2009, p. 11.

¹⁵² BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Conselho Nacional de Educação. Disponível em:

1998, o MEC emitiu dois Pareceres de credenciamento para a oferta de cursos a distância. Em 1999, novamente nenhuma instituição recebeu autorização para a oferta de cursos a distância. Em compensação, no ano 2000, cinco foram as instituições que receberam credenciamento para a oferta de cursos na modalidade a distância.

No ano seguinte, em 2001, o número de pareceres de credenciamento aumentou ainda mais. Aos dois credenciamentos de 1998 e aos cinco do ano 2000, somaram-se seis em 2001, mais o Parecer n. 95/2001, de Reconsideração do Parecer CES/CNE n. 654/2000, e o Parecer CNE/CES n. 896/2001, de Autorização de funcionamento de curso.

Em 2002, foram treze os Pareceres emitidos pelo Conselho Nacional de Educação, sendo dez pareceres destinados a credenciamentos, dois a reconhecimentos e um para autorização. No ano de 2003, foram 31 os Pareceres emitidos pelo CNE (23 credenciamentos, cinco autorizações de funcionamento, duas retificações de Pareceres e uma inclusão de curso a um credenciamento já obtido anteriormente).

Em 2004, seguindo a tendência observada, o número de pareceres emitidos pelo Conselho Nacional de Educação aumentou ainda mais, passando de 31 no ano anterior, para 47, sendo 41 Pareceres de Credenciamento, três de Autorização de Funcionamento, dois Pareceres de Reconhecimento e um Parecer com Parâmetros que distinguem as modalidades de pós-graduação *lato sensu*, denominadas “Especialização” e “Aperfeiçoamento” (Parecer CNE/CES n. 213/2004, aprovado em 8 de julho de 2004).¹⁵³

No ano seguinte, em 2005, mudou a tendência que era de aumento do número de pareceres emitidos pelo CNE. Neste ano, foram aprovados dois pareceres a menos que no ano anterior, isto é, foram aprovados 45 pareceres, sendo 32 Pareceres de Credenciamento e um de Credenciamento Especial, quatro

<<http://portal.mec.gov.br/cne/index.php?option=content&task=view&id=245&Itemid=329>>. Acesso em: 03 nov. 2007.

¹⁵³ BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/index.php?option=content&task=view&id=245&Itemid=329>>. Acesso em: 03 nov. 2007.

de Reconhecimento, quatro de Autorização, dois de Retificação de Parecer anteriormente emitido, um de Renovação de Credenciamento e outro de retroação.¹⁵⁴ Em 2006, diminuiu mais ainda o número de pareceres emitidos pelo CNE. Neste ano, somou-se apenas um conjunto de 18 Pareceres emitidos.

No ano de 2006, foram 11 Pareceres de Credenciamento, quatro de Autorização, um de Ratificação de Parecer, um de Revisão de Parecer anteriormente emitido. Além destes, foi emitido o Parecer CNE/CES n. 14/2006, aprovado em 1º de fevereiro de 2006 que se refere à solicitação de informações sobre cursos de Educação Superior a Distância.¹⁵⁵

No Ano de 2007, foram publicadas as Portarias n. 1 e n. 2, ambas em 10 de janeiro, o Decreto n. 6303 e a Portaria n. 40, em 12 e 13 de dezembro, respectivamente.

Em 2008 e até o momento da conclusão desta tese, nenhum outro ato legal referente à modalidade de ensino a distância foi publicado.

A seguir, um quadro-síntese que ilustra os dados acima expostos, ou seja, Pareceres de credenciamentos, de autorizações, de reconhecimentos, Portarias e outros atos legais publicados a partir de 20 de dezembro de 1996, quando entrou em vigor no Brasil a Lei Federal n. 9394/96, até a data de conclusão desta tese.

TABELA 5: Atos legais da EAD de 1997 a 2009

Ano	Credenciamento	Autorização	Reconhecimento	Portaria	Outros
1997	0	0	0	0	0
1998	2	0	0	0	0
1999	0	0	0	0	0

¹⁵⁴ Retroação dos efeitos do reconhecimento do Programa de Mestrado em Direito, antes de sua recomendação pela CAPES, para os alunos que obtiveram o título de Mestre, no Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito, ministrado pela Universidade de Marília, com sede na cidade de Marília, no Estado de São Paulo. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/index.php?option=content&task=view&id=245&Itemid=329>>. Acesso em: 03 nov. 2007.

¹⁵⁵ BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/index.php?option=content&task=view&id=245&Itemid=329>>. Acesso em: 03 nov. 2007.

2000	5	0	0	0	0
2001	1	1	0	0	0
2002	10	1	2	0	0
2003	23	5	0	0	3
2004	41	3	2	0	1
2005	33	4	4	0	4
2006	11	4	0	0	3
2007	0	0	0	3	1
2008	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0
Total	126	18	8	3	12

Fonte: HICKEL, Pesquisa EAD, 2008.

2.2 Legislação brasileira

Destaca-se, que o direito à educação é garantido a todo cidadão brasileiro já na Constituição Federal promulgada em 1988, através de seu Art. 205. A Constituição Federal é a lei maior brasileira que deve ser reverenciada e respeitada por todas as demais leis, pois, segundo Fabrizio Cezar Chiantia, professor universitário e advogado,¹⁵⁶ nascem e se formam a partir dela.

No Art. 205 da Constituição Federal, tem-se estabelecido que

a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.¹⁵⁷

Além do Art. 205, há outros oito artigos (do artigo 206 ao artigo 214), da Seção I – Da Educação, do Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto, do Título VIII – Da Ordem Social, da Constituição Federal de 1988, que tratam da Educação.

A seguir, serão apresentadas a Legislação Brasileira da EAD, ou seja, a Lei Federal 9394/96 e os Decretos, as Portarias, os Pareceres e as Resoluções publicados até a data da conclusão desta tese.

¹⁵⁶ CHIANTIA, Fabrizio Cezar. Parecer “Qual o amparo legal para a Educação a Distância no Brasil?”, de 14 de abril de 2008. Disponível em: <<http://www2.abed.org.br/documentos/ArquivoDocumento255.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2009.

Ressalta-se que esta apresentação será feita seguindo a hierarquia legislativa brasileira na área, ou seja, primeiro apresentando a Lei Maior (Lei Federal 9394/96), a que todas as demais estão sujeitas, devendo obedecê-la, e suas regulamentações.

Antes, porém, é importante destacar de forma breve a definição do que é cada um desses documentos (decreto, portaria, parecer e resolução) que a WIKIPÉDIA¹⁵⁸ apresenta, como segue:

Decreto “é uma ordem emanada de uma autoridade superior ou órgão (civil, militar, leigo ou eclesiástico) que determina o cumprimento de uma resolução”.¹⁵⁹

No Brasil esse ato administrativo individual ou geral é normalmente utilizado pelo chefe do Poder Executivo, pelo Presidente da República e por Governadores e Prefeitos para realizar nomeações e regulamentar leis, entre outros.

Portaria possui diversos significados, dentre eles,

documento de ato administrativo de qualquer autoridade pública, que contém instruções acerca da aplicação de leis ou regulamentos, recomendações de caráter geral, normas de execução de serviço, nomeações, demissões, punições, ou qualquer outra determinação de sua competência.¹⁶⁰

Parecer é a expressão de opinião especializada, técnica e que tem sustentação em bases confiáveis. Seu objetivo é esclarecer e fornecer interpretação e explicação acerca de uma determinada matéria ou tema, “cujo interlocutor não é tão especializado do que o receptor da mensagem”.¹⁶¹

¹⁵⁷ BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>>. Acesso em: 06 abr 2009.

¹⁵⁸ WIKIPÉDIA é uma enciclopédia multilíngüe online livre colaborativa, ou seja, escrita internacionalmente por várias pessoas comuns de diversas regiões do mundo, todas elas voluntárias. Por ser livre, entende-se que qualquer artigo dessa obra pode ser transcrito, modificado e ampliado, desde que preservados os direitos de cópia e modificações, visto que o conteúdo da Wikipédia está sob a licença GNU/FDL (ou GFDL). Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia>>. Acesso em: 06 abr. 2009.

¹⁵⁹ DECRETO. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Decreto>>. Acesso em: 06 abr. 2009.

¹⁶⁰ PORTARIA. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Portaria>>. Acesso em 06 abr. 2009.

¹⁶¹ PARECER. Disponível em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Parecer>>. Acesso em: 06 abr. 2009.

Por fim, **resolução** “é norma jurídica destinada a disciplinar assuntos do interesse interno do Congresso Nacional”.¹⁶² Sua elaboração ocorre no âmbito do Poder Legislativo e ela trata de questões de interesse nacional. Para que seja aprovada, é necessária maioria absoluta, “sendo que a sua sanção, promulgação e publicação ficam a cargo do presidente do respectivo órgão que a produziu (do Congresso, do Senado ou da Câmara dos Deputados)”.¹⁶³

Dando continuidade ao esclarecimento desta nomenclatura, Chiantia esclarece que

denominam-se atos normativos os regulamentos e outros atos que contenham normas destinadas a regular a aplicação das leis, ou emitidos no exercício do poder de polícia, investido nas autoridades responsáveis pelo bem-estar, a segurança e a ordem públicas. Nesses sentidos, a expressão ato normativo é uma das modalidades de ato administrativo. Incluem-se nessa categoria: - decretos assinados pelo presidente da República, no uso da sua competência para baixar decretos e regulamentos para a fiel execução das leis [CF, art. 84, IV]; ou no desempenho da direção superior da administração federal e das suas várias atribuições privativas, enumeradas nos demais incisos do art. 84 da CF; - portarias expedidas pelos ministros de Estado, contendo "instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos" [CF, art. 87, parágrafo único, II], e "atos pertinentes às atribuições que lhes forem outorgadas ou delegadas pelo presidente da República" [CF, art. 87, parágrafo único, IV]; e - resoluções, portarias, circulares, instruções e outros atos ou pareceres ditos normativos, baixados por órgãos de deliberação coletiva, ou autoridades singulares, no exercício das suas atribuições legais, regulamentares ou regimentais; ou, ainda, por delegação de autoridades superiores. (fonte: http://www.politicaecidadania.com.br/site/dicionario_main.asp?strVerbetes=Atos%20normativos,%20conceito).¹⁶⁴

2.2.1 A Lei Federal n. 9394/96

Após 25 anos de vigência da “Lei 5692/71”, que fixava as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus – atuais Ensino Fundamental e Ensino Médio Médio – é promulgada a Lei Federal n. 9394 em 20 de dezembro de 1996,¹⁶⁵ que trouxe

¹⁶² RESOLUÇÃO. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Resolu%C3%A7%C3%A3o_\(Direito\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Resolu%C3%A7%C3%A3o_(Direito))>. Acesso em: 06 abr. 2009.

¹⁶³ RESOLUÇÃO. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Resolu%C3%A7%C3%A3o_\(Direito\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Resolu%C3%A7%C3%A3o_(Direito))>. Acesso em: 06 abr. 2009.

¹⁶⁴ RESOLUÇÃO. Disponível em: <<http://www2.abed.org.br/documentos/ArquivoDocumento255.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2009.

¹⁶⁵ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 29 jan. 2007.

avanços para a Educação Brasileira como um todo e, em especial, para a Educação a Distância.

Os cursos utilizando a modalidade da EAD já vinham sendo realizados no Brasil antes de 1900 e desde o final da década de 30, início da de 40 do século passado. Em 1939, há a criação da Rádio Monitor, hoje Instituto Monitor; em 1941, a do Instituto Universal Brasileiro; e a experiência do MEB – Movimento de Educação de Base – coordenado pela Igreja Católica, por exemplo, nos anos 60. Apesar dessa tradição da educação brasileira com o ensino a distância, apenas nesta “nova” LDB esta modalidade passou a contar pela primeira vez mais claramente com o reconhecimento legal conforme estabeleceu o Art. 80:

Art. 80 – O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diplomas relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I: custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II: concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III: reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

Carmen Moreira de Castro Neves, do Departamento de Produção e Capacitação em Programas de EAD da Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação,¹⁶⁶ defende que também em outros artigos da LDB, comentados a seguir, existem referências explícitas ou implícitas – verdadeiras “brechas” – para a oferta de cursos a distância.

No Art. 32, Parágrafo 4º, segundo Castro Neves, abre-se a possibilidade de oferta de cursos a distância para o Ensino Fundamental, em situações emergenciais:

¹⁶⁶ NEVES, Carmen Moreira de Castro. A legislação na educação a distância. Porto Alegre: Hotel Everest, 23 ago. 2003. Palestra ministrada durante o Seminário *Educação a distância... Qual a distância?* promovido pelo SINPRO/RS. Anotações da autora.

“Art. 32. § 4º. O Ensino Fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais”.

No Art. 36, não está explícita, mas deixa aberta a possibilidade de oferta de EAD para o Ensino Médio, uma vez que, se não há a proibição formal, é sinal de que a modalidade pode ser utilizada neste nível de educação em questão.

Art. 36. O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:

I - destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;

II - adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes;

III - será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição.

§ 1º Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre:

I - domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;

II - conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;

III - domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania.

§ 2º O ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas.

§ 3º Os cursos do ensino médio terão equivalência legal e habilitarão ao prosseguimento de estudos.

§ 4º A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional, poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional.

No Art. 40, tem-se a educação profissional na modalidade a distância contemplada: “Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho”.

No Art. 41, observam-se regras para a certificação de estudos. Também não trata explicitamente da EAD, mas deixa evidente a possibilidade lógica para tal interpretação: “Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos”.

O Art. 47 estabelece a carga horária e a frequência obrigatória na Educação Superior. O seu Parágrafo 3º estabelece: “É obrigatória a frequência de alunos e professores, salvo nos programas de educação a distância”. Assim, esse inciso pressupõe a possibilidade da oferta do ensino a distância nesse nível da educação nacional.

O Art. 59 prevê a possibilidade de oferta de EAD para educandos com necessidades especiais

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

O Art. 61 menciona a capacitação em serviço, que pode ser feita através de EAD, para que o aluno/funcionário não tenha a necessidade de afastar-se de seu local de trabalho:

Art. 61. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:

I - a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;

II - aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

No Art. 67 é abordada a questão do aperfeiçoamento profissional continuado para profissionais da educação, que, da mesma forma, utilizando a EAD, não precisam afastar-se de seus postos de trabalho para poderem realizar cursos de aperfeiçoamento, capacitação e/ou atualização profissional:

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

III - piso salarial profissional;

IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;

V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

VI - condições adequadas de trabalho.

§ 1º A experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério, nos termos das normas de cada sistema de ensino.

§ 2º Para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico.

Este artigo foi alterado em 2006, isto é, o 1º Parágrafo foi renumerado e o 2º foi incluído pela Lei n. 11.301, de 2006.

O Art. 37 e 38 normatizam a Educação de Jovens e Adultos – EJA. O Parágrafo 1º estabelece que os “sistemas de ensino assegurarão gratuitamente” a esse público específico, “oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames”. Também aqui transparece a possibilidade da EAD atender a essa formação especializada da Educação Básica. Esta possibilidade tornou-se explícita e diretamente exigível pelo Artigo 87 das disposições transitórias. Em seu Parágrafo 3º, conforme a redação dada pela Lei n. 11.330, de 2006, incisos:

II - prover cursos presenciais ou a distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados;

III - realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação a distância.

Além destas menções da LDB à Educação a Distância, Castro Neves defende, principalmente, os tópicos a seguir sobre Educação a Distância:

- EAD, hoje, **não é modismo**;

- Na última década do século passado, devido aos grandes **avanços tecnológicos**, “ressurgiu” com grande força;
- O uso da tecnologia é hoje um **imperativo ético** - para que o próprio professor possa se capacitar continuamente e para que o aluno não seja excluído;
- A tecnologia pode derrubar muros, transformar as aulas em comunidades (de trabalho) e construir uma nova sociedade;
- No Século XXI – será realidade vida e trabalho com tecnologia, com uso crítico e criativo da tecnologia;
- Educação: “mercado” em expansão;
- Mesmo quem só trabalha com o presencial deverá dominar a tecnologia de EAD.¹⁶⁷

Segundo Castro Neves, a Educação a Distância apresenta as seguintes perspectivas:

- Enriquecimento do ensino presencial;
- Educação corporativa visando a atualização permanentemente dos profissionais de toda e qualquer área. As universidades corporativas nada mais são do que os antigos centros de treinamento;
- Aprendizagem ao longo da vida (autonomia na formação continuada);
- Hoje há em torno de 3 milhões de excedentes nos cursos superiores;
- Educação no Século XXI: Educação combinada entre presencial e a distância – o Projeto pedagógico da escola definirá quanto de ensino presencial e quanto de educação a distância. Os cursos de formação de professores devem privilegiar a forma presencial.

De acordo com Castro Neves, os seguintes dilemas afetam políticas educacionais:

- Dilema da Regulação: trata-se de proteger os estudantes de programas de baixa qualidade ou deixar que o mercado resolva a questão?
- Dilema da Competitividade: o que acontecerá com as instituições educacionais ante a entrada de novos concorrentes – alguns até estrangeiros?

A palestrante, ao encerrar sua participação no evento, destacou os seguintes fatores como de forte influência na legislação educacional:

- preconceito contra EAD que, pelo senso comum, seria destinada para as classes de baixa renda, ou seja, teria uma qualidade inferior. Esse senso comum precisa ser superado;
- falta de conhecimento;
- confusão EAD/Supletivo na educação básica;

¹⁶⁷ NEVES, 2003. Foi opção da autora desta tese apresentá-las em forma de tópicos e com grifos.

- vinculação ao presencial;
- experiências implantadas sem zelo pela qualidade.

A partir do exposto, é possível constatar que, já a partir da LDB, a Educação a Distância tem sólidas bases legais para que a mesma constitua-se numa modalidade de ensino de qualidade e respeitável. À LDB foram sendo somados outros dispositivos legais para a oferta de cursos a distância, como será visto a seguir.

2.2.2 Decretos

Além da LDB, que dita as regras para oferta de Educação no Brasil – a Lei Federal n. 9394, de 20 de dezembro de 1996 –, a partir dela, foram publicados os Decretos a seguir, que regulamentam os artigos constantes nela. São eles:

Decreto n. 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, que regulamenta o Artigo 80 da LDB.

Decreto n. 2.561, de 27 de abril de 1998, que altera a redação dos Artigos 11 e 12 do Decreto n. 2.494/98.

Esses dois Decretos foram revogados, em 19 de dezembro de 2005 pelo Decreto n. 5.622, que regulamenta o Artigo 80 da LDB e, entre outros aspectos, define o que é Educação a Distância: em seu artigo primeiro, como segue:

Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Além disso, este Decreto delega às autoridades integrantes dos sistemas de ensino de que trata o Artigo 8º da LDB¹⁶⁸ competência para promover os atos de

¹⁶⁸ Art. 8º: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

§ 1º Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

§ 2º Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei.

credenciamento de instituições localizadas no âmbito de suas respectivas atribuições.

Desta forma, as propostas de cursos da Educação Básica deverão ser encaminhadas ao órgão do sistema municipal ou estadual responsável pelo credenciamento de instituições e autorização de cursos, isto é, aos Conselhos Estaduais de Educação, a menos que se trate de instituição vinculada ao Sistema Federal de Ensino, cujo credenciamento, então, deverá ser feito pelo Ministério da Educação.

O Decreto n. 5622, de 19 de dezembro de 2005, ainda, em seu Art. 37, revoga os Decretos anteriores, isto é, revoga o Decreto n. 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, e o Decreto n. 2.561, de 27 de abril de 1998.

Na continuidade do conflitante processo de regulamentação das instituições de ensino, finalmente é aprovado o Decreto n. 5.773, de 9 de maio de 2006 que dispõe “sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino”, nas quais se definem também as regras gerais para a educação a distância. A principal questão trazida por este decreto, chamado de Decreto-Ponte, é a definição de como a Educação a Distância será regulada e avaliada. O Artigo 5º em seu Parágrafo 4 estabelece:

§ 4º À Secretaria de Educação a Distância compete especialmente:

I: exarar parecer sobre os pedidos de credenciamento e credenciamento de instituições específico para oferta de educação superior a distância, no que se refere às tecnologias e processos próprios da educação a distância;

II: exarar parecer sobre os pedidos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de educação a distância, no que se refere às tecnologias e processos próprios da educação a distância;

III: propor ao CNE, compartilhadamente com a Secretaria de Educação Superior e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, diretrizes para a elaboração, pelo INEP, dos instrumentos de avaliação para credenciamento de instituições específico para oferta de educação superior a distância;

IV: estabelecer diretrizes, compartilhadamente com a Secretaria de Educação Superior e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, para a elaboração, pelo INEP, dos instrumentos de avaliação para autorização de cursos superiores a distância; e

V: exercer, compartilhadamente com a Secretaria de Educação Superior e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, a supervisão dos cursos de graduação e seqüenciais a distância, no que se refere a sua área de atuação.

Em 12 de dezembro de 2007, foi publicado o Decreto n. 6303, que altera dispositivos dos Decretos n. 5.622/05, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e n. 5.773/06, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino.

2.2.3 Portarias

Também foram aprovadas Portarias, que ditam as regras de oferta de cursos a distância, complementando a Lei Federal e os Decretos.

- Portaria n. 301, de 07 de abril de 1998, que normatiza os procedimentos de credenciamento de IES para a oferta de cursos de graduação e de instituições de ensino para a oferta de Educação Profissional Tecnológica a Distância;
- Portaria n. 2.253/2001 – autorização que 20% dos cursos possam ser ministrados a distância;
- Portaria n. 335/2002 – cria a Comissão de Assessoramento para alteração das normas de EAD;
- Portaria n. 4.059/2004 – revoga a Portaria n. 2.253/2001, mas mantém os 20% da carga total do curso.

Em 29 de dezembro de 2004, o MEC divulga, através da Secretaria de Educação a Distância (SEED/MEC), Portaria n. 4.361, texto de 25 artigos, que dispõe sobre o credenciamento de instituições, públicas e privadas, para oferecer cursos e programas na modalidade de Educação Básica, Profissional Técnica e de nível Superior.

Esta Portaria ficou “aberta”, ou seja, foi colocada à apreciação popular até final do mês de abril de 2005, prazo máximo dado pelo MEC para análise dos interessados e o aceite de sugestões e críticas ao mesmo. Este documento revogou, ainda, os Decretos n. 2.494/98 e n. 2.561/98.

Em 10 de janeiro de 2007, o Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, publica simultaneamente, no Diário Oficial da União, duas Portarias Normativas, a saber:

- Portaria Normativa n. 1 – estabelece, em seu Art. 7º, que,

a avaliação de instituições e cursos na modalidade a distância será feita com base em instrumentos específicos de avaliação de instituições e cursos a distância, editados, mediante iniciativa da Secretaria de Educação a Distância (SEED), na forma prevista no art. 5º, §4º, III e IV, do Decreto nº 5.773, de 2006, até o dia 15 de maio de 2007.

- Portaria Normativa n. 2/2007 – “dispõe sobre os procedimentos de regulação e avaliação da educação superior na modalidade a distância”.

E, em 13 de dezembro do mesmo ano, a Portaria n. 40¹⁶⁹ é publicada no Diário Oficial da União. Esta Portaria Institui o e-MEC, que é um sistema eletrônico de fluxo de trabalho que gerencia informações referentes aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação.

Dos 72 artigos desta Portaria, catorze são dedicados integralmente à EAD, além de vários parágrafos e incisos de outros cinco artigos, ou seja, é possível afirmar que praticamente 20% do conteúdo desta Portaria é dedicado a regulamentar a modalidade de ensino a distância.

Principalmente, o Capítulo VI da Portaria n. 40/2007 - Das Disposições Peculiares aos Processos de Credenciamento, Autorização e Reconhecimento para Oferta de Educação a Distância – traça diretrizes para a EAD. Além disso, no artigo 71, revoga, entre outras, a Portaria Normativa n. 2, de 10 de janeiro de 2007.

Em 02 de julho de 2009, foi aprovada a Portaria Normativa n. 10, que “Fixa critérios para dispensa de avaliação *in loco* e dá outras providências”.¹⁷⁰ Conforme consta na ementa da mesma, esta Portaria trata da questão da avaliação *in loco* dos pólos de apoio presencial para cursos na modalidade a distância. Salienta-se ainda que, em final de setembro de 2009, esta Portaria ainda não estava publicada na página do MEC na Internet, porém já constava na coletânea de leis que regem a EAD disponibilizada pela ABED em sua página virtual, bem como no endereço eletrônico indicado na nota 170.

¹⁶⁹ BRASIL. *Diário Oficial da União*, n. 239, de 13 de dezembro de 2007.

¹⁷⁰ INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL. Disponível em: <http://www.ilape.edu.br/ARQUIVOS/PN-2009-10-MEC_.pdf>. Acesso em: 11 set. 2009.

Destaca-se que, quando da conclusão desta tese, somente as Portarias n. 1 e n. 40, ambas do ano de 2007 e a Portaria Normativa n. 10, de 02 de julho de 2009, estavam em vigor.

2.2.4 Pareceres

Hierarquicamente abaixo e sujeitos à Lei Federal, aos Decretos e às Portarias, e juntamente com eles, vêm os Pareceres que legislam sobre a oferta de cursos na modalidade a distância. São eles:

- Parecer CNE/CES n. 78/96, de 07 de outubro de 1996 – coíbe a revalidação de diplomas de graduação e pós-graduação a distância (*American World University* em convênio com o Colégio Brasileiro de Aperfeiçoamento e Pós-Graduação – COBRA, Faculdade e Seminário Teológico do Brasil).
- Parecer CNE/CEB n. 15/1997, de 03 de novembro de 1997 – “responde consulta sobre ensino fundamental e médio (supletivo) com utilização de metodologia de ensino a distância”.¹⁷¹
- Parecer CNE/CEB n. 31/2000, aprovado em 2 de outubro de 2000 - Consulta sobre ensino a distância.¹⁷²
- Parecer CNE/CEB n. 28/2001, aprovado em 6 de agosto de 2001, refere-se à consulta sobre a viabilidade de ministrar cursos de Ensino Fundamental e Médio a distância em outros Estados da Federação.¹⁷³
- Parecer CNE/CEB n. 10/2001, aprovado em 3 de abril de 2001, que responde consulta sobre convênio entre instituições de educação profissional para ministrar cursos de educação técnica profissional a distância.¹⁷⁴
- Parecer CNE/CEB n. 41/2002, aprovado em 02 de dezembro 2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação a Distância na Educação de Jovens e Adultos e para a Educação Básica na etapa do Ensino Médio.¹⁷⁵

¹⁷¹ BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/index.php?option=content&task=view&id=244&Itemid=328>>. Acesso em: 03 nov. 2007.

¹⁷² BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/index.php?option=content&task=view&id=244&Itemid=328>>. Acesso em: 03 nov. 2007.

¹⁷³ BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/index.php?option=content&task=view&id=244&Itemid=328>>. Acesso em: 03 nov. 2007.

¹⁷⁴ BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/index.php?option=content&task=view&id=244&Itemid=328>>. Acesso em: 03 nov. 2007.

¹⁷⁵ BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Conselho Nacional de Educação. Disponível em:

- Parecer CNE/CEB n. 31/2004, aprovado em 6 de outubro de 2004, consulta sobre Curso Normal de nível médio, na modalidade a distância.¹⁷⁶
- Parecer CNE/CEB n. 17/2005, aprovado em 3 de agosto de 2005, refere-se à consulta sobre financiamento da Educação a Distância, no ensino público, com recursos vinculados a que se refere o Artigo 212 da Constituição Federal.¹⁷⁷
- Parecer CNE/CES n. 14/2006, aprovado em 1º de fevereiro de 2006, que solicita informações sobre cursos de Educação Superior a distância.¹⁷⁸
- Parecer CNE/CES n. 241/2006, aprovado em 4 de outubro de 2006, referente à consulta sobre o procedimento necessário para a oferta de curso de pós-graduação *lato sensu* a distância.¹⁷⁹

2.2.5 Resoluções

Dentro da hierarquia legislativa, abaixo da Lei Federal, dos Decretos, das Portarias e dos Pareceres e sujeitos a eles, estão as Resoluções. São elas:

- Resolução n. 1, de 26.02.1997, que fixa condições para validação de diplomas estrangeiros de graduação e pós-graduação (mestrado e doutorado),¹⁸⁰ oferecidos por instituições estrangeiras
- Resolução CNE/CES n. 1, de 03.4.2001,¹⁸¹ que fixa as normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação.

<<http://portal.mec.gov.br/cne/index.php?option=content&task=view&id=244&Itemid=328>>. Acesso em: 03 nov. 2007.

¹⁷⁶ BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/index.php?option=content&task=view&id=244&Itemid=328>>. Acesso em: 03 nov. 2007.

¹⁷⁷ BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/index.php?option=content&task=view&id=244&Itemid=328>>. Acesso em: 03 nov. 2007.

¹⁷⁸ BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/index.php?option=content&task=view&id=244&Itemid=328>>. Acesso em: 03 nov. 2007.

¹⁷⁹ BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/index.php?option=content&task=view&id=244&Itemid=328>>. Acesso em: 03 nov. 2007.

¹⁸⁰ "A possibilidade de cursos de mestrado, doutorado e especialização a distância foi disciplinada pelo Capítulo V do Decreto n.º 5.622/05 e pela Resolução nº 01, da Câmara de Ensino Superior-CES, do Conselho Nacional de Educação-CNE, em 3 de abril de 2001. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/index.php?option=com_content&task=view&id=61>. Acesso em: 03 jun 2008.

¹⁸¹ BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE n. 1.* Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/CES0101.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2009.

2.2.6 Plano Nacional de Educação (PNE)

Além da LDB, dos Decretos, Pareceres, Resoluções e Portarias, há, ainda, o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado através da Lei n. 10.172, sancionada pelo então Presidente da República, Senhor Fernando Henrique Cardoso, na gestão do Ministro da Educação, Senhor Paulo Renato de Souza, em 09 de janeiro de 2001. O 6º Capítulo do PNE é dedicado à “Educação a Distância e Tecnologias Educacionais”. Inicialmente, no item 6.1. do PNE, é apresentado um diagnóstico¹⁸² desta modalidade no Brasil.

¹⁸² 6.1 Diagnóstico

No processo de universalização e democratização do ensino, especialmente no Brasil, onde os déficits educativos e as desigualdades regionais são tão elevados, os desafios educacionais existentes podem ter, na educação a distância, um meio auxiliar de indiscutível eficácia. Além do mais, os programas educativos podem desempenhar um papel inestimável no desenvolvimento cultural da população em geral.

O País já conta com inúmeras redes de televisão e rádio educativas no setor público. Paralelamente, há que se considerar a contribuição do setor privado, que tem produzido programas educativos de boa qualidade, especialmente para a televisão. Há, portanto, inúmeras iniciativas neste setor.

Ainda são incipientes, no entanto, aquelas que concretizam um trabalho em regime de cooperação, capaz de elevar a qualidade e aumentar o número de programas produzidos e apresentados. O sistema também se ressentia da falta de uma rede informatizada que permita o acesso generalizado aos programas existentes. Entretanto a regulamentação constante na Lei de Diretrizes e Bases é o reconhecimento da construção de um novo paradigma da educação a distância.

À União cabe o credenciamento das instituições autorizadas a oferecer cursos de educação a distância, assim como o estabelecimento dos requisitos para a realização de exames e o registro de diplomas (art. 87, §§ 1º e 2º); são de responsabilidade dos sistemas de ensino as normas para produção, controle e avaliação dos programas, assim como a autorização para sua implementação (art. 87, § 3º).

Ao introduzir novas concepções de tempo e espaço na educação, a educação a distância tem função estratégica: contribui para o surgimento de mudanças significativas na instituição escolar e influi nas decisões a serem tomadas pelos dirigentes políticos e pela sociedade civil na definição das prioridades educacionais.

As possibilidades da educação a distância são particularmente relevantes quando analisamos o crescimento dos índices de conclusão do ensino fundamental e médio. Cursos a distância ou semipresenciais podem desempenhar um papel crucial na oferta de formação equivalente ao nível fundamental e médio para jovens e adultos insuficientemente escolarizados.

O Ministério da Educação, nesse setor, tem dado prioridade à atualização e aperfeiçoamento de professores para o ensino fundamental e ao enriquecimento do instrumental pedagógico disponível para esse nível de ensino. A TV Escola e o fornecimento, aos estabelecimentos escolares, do equipamento tecnológico necessário constituem importantes iniciativas. Além disso, a TV Escola deverá revelar-se um instrumento importante para orientar os sistemas de ensino quanto à adoção das Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental e os Parâmetros Curriculares. Estão também em fase inicial os treinamentos que orientam os professores a utilizar sistematicamente a televisão, o vídeo, o rádio e o computador como instrumentos pedagógicos de grande importância.

O Ministério da Educação, a União e os Estados são parceiros necessários para o desenvolvimento da informática nas escolas de ensino fundamental e médio.

Em função deste diagnóstico, o Plano Nacional de Educação estabeleceu as Diretrizes¹⁸³ para a política educacional.

A partir do diagnóstico (nota 182) e das diretrizes (nota 183), o Plano Nacional de Educação apresenta 22 objetivos e metas para a modalidade de ensino abordada por esta tese, que são:

1. A União deverá estabelecer, dentro de um ano, normas para credenciamento das instituições que ministram cursos a distância;
2. Estabelecer, dentro de 2 anos, em cooperação da União com os Estados e Municípios, padrões éticos e estéticos mediante os quais será feita a avaliação da produção de programas de educação a distância;
3. Utilizar os canais educativos televisivos e radiofônicos, assim como redes telemáticas de educação, para a disseminação de programas culturais e

¹⁸³ Ao estabelecer que o Poder Público incentivará o desenvolvimento de programas de educação a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional introduziu uma abertura de grande alcance para a política educacional. É preciso ampliar o conceito de educação a distância para poder incorporar todas as possibilidades que as tecnologias de comunicação possam propiciar a todos os níveis e modalidades de educação, seja por meio de correspondência, transmissão radiofônica e televisiva, programas de computador, internet, seja por meio dos mais recentes processos de utilização conjugada de meios como a telemática e a multimídia.

O material escrito, parte integrante e essencial para a eficácia desta modalidade de educação, deverá apresentar a mesma qualidade dos materiais audiovisuais.

No conjunto da oferta de programas para formação a distância, há certamente que permitir-se a multiplicação de iniciativas. Os programas educativos e culturais devem ser incentivados dentro do espírito geral da liberdade de imprensa, consagrada pela Constituição Federal, embora sujeitos a padrões de qualidade que precisam ser objeto de preocupação não só dos órgãos governamentais, mas também dos próprios produtores, por meio de um sistema de auto-regulamentação. Quando se trata, entretanto, de cursos regulares, que dêem direito a certificados ou diplomas, a regulamentação e o controle de qualidade por parte do Poder Público são indispensáveis e devem ser rigorosos.

Há, portanto, que distinguir-se claramente as políticas dirigidas para o incentivo de programas educativos em geral e aquelas formuladas para controlar e garantir a qualidade dos programas que levam à certificação ou diploma.

A Lei de Diretrizes e Bases considera a educação a distância como um importante instrumento de formação e capacitação de professores em serviço. Numa visão prospectiva, de prazo razoavelmente curto, é preciso aproveitar melhor a competência existente no ensino superior presencial para institucionalizar a oferta de cursos de graduação e iniciar um projeto de universidade aberta que dinamize o processo de formação de profissionais qualificados, de forma a atender as demandas da sociedade brasileira.

As tecnologias utilizadas na educação a distância não podem, entretanto, ficar restritas a esta finalidade. Elas constituem hoje um instrumento de enorme potencial para o enriquecimento curricular e a melhoria da qualidade do ensino presencial. Para isto, é fundamental equipar as escolas com multimeios, capacitar os professores para utilizá-los, especialmente na Escola Normal, nos cursos de Pedagogia e nas Licenciaturas, e integrar a informática na formação regular dos alunos.

A televisão, o vídeo, o rádio e o computador constituem importantes instrumentos pedagógicos auxiliares, não devendo substituir, no entanto, as relações de comunicação e interação direta entre educador e educando.

Só será permitida a celebração de contratos onerosos para a retransmissão de programa de Educação à Distância com redes de televisão e de rádio quando não houver cobertura da Televisão e de Rádio Educativa, bem como a elaboração dos programas será realizada pelas Secretarias Estaduais, Municipais ou pelo Ministério da Educação.

educativos, assegurando às escolas e à comunidade condições básicas de acesso a esses meios;

4. Garantir a integração de ações dos Ministérios da Educação, da Cultura, do Trabalho, da Ciência e Tecnologia e das Comunicações para o desenvolvimento da educação a distância no País, pela ampliação da infraestrutura tecnológica e pela redução de custos dos serviços de comunicação e informação, criando, em dois anos, um programa que assegure essa colaboração;

5. Enviar ao Congresso Nacional, no prazo de um ano, proposta de regulamentação da reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, para transmissão de programas educativos pelos canais comerciais de rádio e televisão, inclusive em horários nobres;

6. Fortalecer e apoiar o Sistema Nacional de Rádio e Televisão Educativa, comprometendo-o a desenvolver programas que atendam as metas propostas neste capítulo;

7. Promover imagens não estereotipadas de homens e mulheres na Televisão Educativa, incorporando em sua programação temas que afirmem pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, assim como a adequada abordagem de temas referentes à etnia e portadores de necessidades especiais;

8. Ampliar a oferta de programas de formação a distância para a educação de jovens e adultos, especialmente no que diz respeito à oferta de ensino fundamental, com especial consideração para o potencial dos canais radiofônicos e para o atendimento da população rural;

9. Promover, em parceria com o Ministério do Trabalho, as empresas, os serviços nacionais de aprendizagem e as escolas técnicas federais, a produção e difusão de programas de formação profissional a distância;

10. Promover, com a colaboração da União e dos Estados e em parceria com instituições de ensino superior, a produção de programas de educação a distância de nível médio;

11. Iniciar, logo após a aprovação do Plano, a oferta de cursos a distância, em nível superior, especialmente na área de formação de professores para a educação básica;

12. Ampliar, gradualmente, a oferta de formação a distância em nível superior para todas as áreas, incentivando a participação das universidades e das demais instituições de educação superior credenciadas;

13. Incentivar, especialmente nas universidades, a formação de recursos humanos para educação a distância;

14. Apoiar financeira e institucionalmente a pesquisa na área de educação a distância;

15. Assegurar às escolas públicas, de nível fundamental e médio, o acesso universal à televisão educativa e a outras redes de programação educativo-cultural, com o fornecimento do equipamento correspondente, promovendo sua integração no projeto pedagógico da escola;

16. Capacitar, em cinco anos, pelo menos 500.000 professores para a utilização plena da TV Escola e de outras redes de programação educacional;

17. Instalar, em dez anos, 2.000 núcleos de tecnologia educacional, os quais deverão atuar como centros de orientação para as escolas e para os órgãos administrativos dos sistemas de ensino no acesso aos programas informatizados e aos vídeos educativos;

18. Instalar, em cinco anos, 500.000 computadores em 30.000 escolas públicas de ensino fundamental e médio, promovendo condições de acesso à internet;

19. Capacitar, em dez anos, 12.000 professores multiplicadores em informática da educação;

20. Capacitar, em cinco anos, 150.000 professores e 34.000 técnicos em informática educativa e ampliar em 20% ao ano a oferta dessa capacitação.

21. Equipar, em dez anos, todas as escolas de nível médio e todas as escolas de ensino fundamental com mais de 100 alunos, com computadores

e conexões internet que possibilitem a instalação de uma Rede Nacional de Informática na Educação e desenvolver programas educativos apropriados, especialmente a produção de softwares educativos de qualidade;

22. Observar, no que diz respeito à educação a distância e às novas tecnologias educacionais, as metas pertinentes incluídas nos capítulos referentes à educação infantil, à formação de professores, à educação de jovens e adultos, à educação indígena e à educação especial.¹⁸⁴

Salienta-se que este conjunto de 22 objetivos e metas é bastante audacioso e que nem todos foram cumpridos até o momento de conclusão desta tese. Porém, acredita-se que, somente a partir de projetos e planejamentos bem elaborados e com um tanto de audácia a Educação a Distância atingirá a credibilidade desejada por aqueles que acreditam nesta modalidade de ensino.

A partir deste conjunto de leis aqui apresentado, tem-se que, se não todos, a grande maioria dos aspectos da oferta de cursos na modalidade a Distância, em todos os níveis, estão contemplados e regulamentados nacionalmente.

Da mesma forma, as Unidades Federativas do Brasil, ou seja, os 26 Estados Brasileiros e o Distrito Federal, no âmbito que lhes cabe, também estabeleceram regulamentações para a oferta de cursos a distância.

2.3 EAD em IES Confessionais gaúchas¹⁸⁵

No Estado do Rio Grande do Sul, várias Instituições de Ensino Superior têm-se utilizado da modalidade de ensino Educação a Distância com o objetivo de oferecer seus cursos, sejam eles de Extensão, Graduação e/ou Pós-Graduação, a um maior número de estudantes.

Dentre as IES gaúchas que oferecem cursos na modalidade de ensino abordada por esta tese, optou-se por apresentar aquelas que fazem parte da CVA-RICESU localizadas na Capital Gaúcha e na Região Metropolitana de Porto Alegre e o caso da EST.

¹⁸⁴ PNE – Plano Nacional de Educação. Disponível na Internet em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/pne.pdf>>. Acesso em: 06 Nov 2009.

¹⁸⁵ É no Estado do Rio Grande do Sul que reside o interesse maior da autora deste trabalho. O desenvolvimento da Modalidade de Ensino Educação a Distância no Estado Gaúcho vem sendo acompanhado pela mesma desde que a Lei nº 9394/96 foi promulgada, uma vez que esta é sua área de atuação profissional.

A seguir, serão apresentadas a CVA-RICESU e as três IES sediadas em Porto Alegre, Canoas e São Leopoldo e que dela fazem parte, e a EST, também localizada neste último município citado da Região Metropolitana da Capital do Estado do Rio Grande do Sul e onde a pesquisa que deu origem a esta tese de doutorado foi desenvolvida. Destaca-se que o interesse principal desta apresentação são os aspectos relativos à Educação a Distância, questão central deste trabalho.

2.3.1 CVA-RICESU¹⁸⁶

A CVA-RICESU – Comunidade Virtual de Aprendizagem – Rede de Instituições Católicas de Ensino Superior é

uma rede de Instituições [...] localizadas em diversos pontos do território brasileiro, que passa a formar uma Comunidade Virtual de Aprendizagem dentro do espírito humanista e ético.¹⁸⁷

Esta Comunidade Virtual de Aprendizagem está

Comprometida com a diversidade e o pluralismo de idéias, visa a formação integral do ser humano e o desenvolvimento do pensamento crítico, do espírito de solidariedade, da cooperação e da autonomia por meio da construção do conhecimento.

Visa, também, desenvolver processos e produtos educacionais que tenham como foco a interação entre os agentes da aprendizagem na busca permanente de inovação educacional.¹⁸⁸

Fazem parte da CVA-RICESU um total de 13 Instituições Católicas de Ensino Superior localizadas em 06 Estados Brasileiros, assim distribuídas: quatro IES no Estado de São Paulo¹⁸⁹ e o mesmo número no Estado do Rio Grande do Sul, uma IES em cada um dos Estados a seguir: Minas Gerais¹⁹⁰, Paraná¹⁹¹, Goiás¹⁹², Mato Grosso do Sul¹⁹³ e uma no Distrito Federal¹⁹⁴.

¹⁸⁶ Disponível na Internet em <<http://www.ricesu.com.br/>>. Acesso em: 23 out 2009.

¹⁸⁷ Disponível na Internet em <<http://www.ricesu.com.br/index.php#quemsomos.php>>. Acesso em: 23 out 2009.

¹⁸⁸ Disponível na Internet em <<http://www.ricesu.com.br/index.php#quemsomos.php>>. Acesso em: 23 out 2009.

¹⁸⁹ No Estado de São Paulo, o Centro Universitário Claretiano (CEUCLAR), em Batatais, bem como a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), em Campinas, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, e a Universidade Católica de Santos (Católica UniSantos), de Santos, são membros da CVA-RICESU. Disponível na Internet em <<http://www.ricesu.com.br/index.php#instituicoes.php>>. Acesso em: 23 out 2009.

¹⁹⁰ No Estado de Minas Gerais, a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), na Capital Mineira, em Belo Horizonte é membro da CVA-RICESU. Disponível na Internet em <<http://www.ricesu.com.br/index.php#instituicoes.php>>. Acesso em: 23 out 2009.

Como já informado, em solo gaúcho, estão localizadas quatro das treze IES integrantes desta Comunidade Virtual de Aprendizagem. Três delas situadas na Capital e Região Metropolitana:

- Centro Universitário La Salle – Unilasalle – Canoas
- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC RS – Porto Alegre
- Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS – São Leopoldo

E uma localizada no interior no Estado:

- Universidade Católica de Pelotas – UCPEL – Pelotas

Como objetivo, a CVA-RICESU pretende

Compartilhar e oferecer novos espaços de aprendizagem mediada pelas tecnologias de informação e comunicação, possibilitando à comunidade educacional brasileira participar de ambientes de aprendizagem e de educação permanente em diversas áreas do conhecimento.¹⁹⁵

A CVA-RICESU sugere diferentes linhas de pesquisa¹⁹⁶, tem vários Grupos de Estudos¹⁹⁷, bem como espera atingir diversos resultados através da rede de

¹⁹¹ No Estado do Paraná, a representante da CVA-RICESU é a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), localizada na Capital do Estado, em Curitiba. Disponível na Internet em <<http://www.ricesu.com.br/index.php#instituicoes.php>>. Acesso em: 23 out 2009.

¹⁹² No Estado de Goiás, é a Universidade Católica de Goiás (UCG), localizada em Goiânia, membro da CVA-RICESU. Disponível na Internet em <<http://www.ricesu.com.br/index.php#instituicoes.php>>. Acesso em: 23 out 2009.

¹⁹³ No Estado do Mato Grosso do Sul, a CVA-RICESU está representada pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), com sede em Campo Grande. Disponível na Internet em <<http://www.ricesu.com.br/index.php#instituicoes.php>>. Acesso em: 23 out 2009.

¹⁹⁴ No Distrito Federal, é a Universidade Católica de Brasília (UCB), localizada em Brasília, membro da CVA-RICESU. Disponível na Internet em <<http://www.ricesu.com.br/index.php#instituicoes.php>>. Acesso em: 23 out 2009.

¹⁹⁵ Disponível na Internet em <<http://www.ricesu.com.br/index.php#objetivos.php>>. Acesso em: 23 out 2009.

¹⁹⁶ As linhas de pesquisa sugeridas pela CVA-RICESU são: Comunidade Virtual de Aprendizagem, Educação a Distância, Gestão do Conhecimento, Aprendizagem Colaborativa e Cooperativa, Informática na Educação, Processos Comunicacionais na Educação a Distância, Cognição e Tecnologia e Sociedade do Conhecimento. Disponível na Internet em <<http://www.ricesu.com.br/index.php#linhas.php>>. Acesso em: 23 out 2009.

¹⁹⁷ Os Grupos de Estudos em Atividade da CVA-RICESU são os seguintes: GE Administração, GE Saúde/Medicina, GE Biblioteca Digital, GE Tecnologias Colaborativas, GE Formação de Professores em Educação Digital, GE Inclusão Digital GE Aprendizagem com Mobilidade, GE Amazônia Legal, GE Documentação e Tecnologia, GE Relações Institucionais, GE COLABOR@ - Revista Digital Colabor@, GE CIQEAD – Congresso Internacional de Qualidade em Educação a

trabalho da Comunidade Virtual de Aprendizagem. Os resultados propostos pela Comunidade são os seguintes:

- Constituição de equipes de trabalho interinstitucionais;
- Compartilhamento de infra-estrutura e serviços;
- Atuação como grupo formador de opinião em políticas referentes a EAD;
- Contribuição para a contínua melhoria dos processos e serviços educacionais oferecidos pelas instituições parceiras;
- Geração de repositório de dados compartilhados, por exemplo: revistas científicas, bibliotecas digitais etc;
- Qualificação dos processos educacionais mediados pelas tecnologias de informação e de comunicação;
- Educação continuada;
- Geração de cursos e pesquisas;¹⁹⁸

Além disso, ela é responsável pela publicação da Revista Colabor@, cuja edição tem periodicidade semestral e seu caráter é acadêmico-científico.

A Revista Colabor@, de formato virtual,

É dedicada preferencialmente às áreas de educação à distância, aprendizagem colaborativa, comunidades virtuais de aprendizagem e à educação mediada pelas tecnologias de comunicação e informação, tratadas sob enfoque multidisciplinar.¹⁹⁹

A última edição publicada até o momento de conclusão e impressão desta tese é a de Fevereiro de 2009, nº 19, Volume 5, ISSN 1519-8529.²⁰⁰

A Comunidade Virtual de Aprendizagem CVA-RICESU é gerida por um comitê formado por treze pessoas, ou seja, um representante de cada uma das IES que dela fazem parte, sendo um desses gestores incumbido do cargo de Coordenador Geral.

A seguir, serão apresentados, em linhas gerais, as três Instituições de Ensino Superior pertencentes à CVA-RICESU localizadas na capital e região

Distância, GE Selo de Qualidade e GE Mercado de EAD. Disponível na Internet em <<http://www.ricesu.com.br/index.php#grupos.php>>. Acesso em: 23 out 2009.

¹⁹⁸ Disponível na Internet em <<http://www.ricesu.com.br/index.php#resultados.php>>. Acesso em: 23 out 2009.

¹⁹⁹ Disponível na Internet em <<http://www.ricesu.com.br/index.php#colabora.php>>. Acesso em: 23 out 2009.

²⁰⁰ Disponível na Internet em <<http://www.ricesu.com.br/colabora/n19/index1.htm>>. Acesso em: 23 out 2009.

metropolitana Gaúcha e os aspectos mais significativos dos setores responsáveis pela Educação a Distância em cada uma delas.

2.3.1.1 UNILASALLE²⁰¹

A Instituição de Ensino Superior UNILASALLE, localizada em Canoas, município limítrofe da Capital gaúcha, foi criada em agosto do ano de 1972,

[...] com o nome de Centro Educacional La Salle de Ensino Superior – CELES, iniciando suas atividades com o Curso de Estudos Sociais em 1976. Vieram depois os cursos de Letras e Pedagogia, com ênfase na preparação de professores, consonante com a orientação filosófica da congregação religiosa a que o Unilasalle pertence. [...] No início dos anos 90, por iniciativa da Mantenedora e da comunidade acadêmica decidiu-se pela sua transformação em universidade.²⁰²

Com a finalidade de ampliar o acesso “à educação, à capacitação permanente e ao aperfeiçoamento profissional à comunidade”²⁰³, foi criada o UNILASALLE Virtual, que é o setor da UNILASALLE que tem por objetivo

dar suporte ao desenvolvimento de atividades educacionais relacionadas a Educação a Distância, pela introdução das novas tecnologias da informação e da comunicação no desenvolvimento de atividades e programas no campo do ensino, da pesquisa e da extensão, orientado pelos fundamentos que regem a modalidade de educação a distância.²⁰⁴

²⁰¹ Disponível na Internet em <<http://www.unilasalle.edu.br/canoas/>>. Acesso em: 10 nov. 2009.

²⁰² “**O Centro Universitário La Salle**, tem a sua história ligada a trajetória das Obras Educativas Lassalistas. Estas têm a sua origem na proposta educativa de São João Batista de La Salle, sacerdote francês (1651-1719) que renunciando a todos os privilégios da sua condição de nobre, dedicou-se à criação de escolas para as crianças das classes menos favorecidas. Sua primeira escola foi fundada em 1679. Criou, também, uma congregação religiosa cujo objetivo central tem sido a dedicação de seus membros à educação de crianças, jovens e adultos e à formação de professores. Esta congregação chamou-se Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs (1684). **Da França, a atuação dos Irmãos Lassalistas** (como são conhecidos no Brasil) espalhou-se pelo mundo. Atualmente, são 82 países que contam com instituições lassalistas; mais de 6.000 irmãos; 55.000 educadores e 1500 Comunidades Educativas que atingem, aproximadamente, 1 milhão de crianças, jovens e adultos. No **Brasil**, os Lassalistas estão presentes desde 1907, quando fundaram a sua primeira escola para os filhos dos operários que residiam no bairro Navegantes, em Porto Alegre. São hoje, mais de 200 Irmãos e 2500 educadores, em 43 Comunidades Educativas, que atendem mais de 50 mil crianças, jovens e adultos, em 11 Estados Brasileiros. Atualmente, o Unilasalle oferece 34 cursos de graduação e já conta com mais de 6.000 alunos matriculados” Disponível na Internet em <<http://www.unilasalle.edu.br/canoas/pagina.php?id=27>>. Acesso em: 10 nov 2009.

²⁰³ Disponível na Internet em <<http://www.unilasalle.edu.br/canoas/pagina.php?id=1085>>. Acesso em: 10 nov 2009.

²⁰⁴ Disponível na Internet em <<http://www.unilasalle.edu.br/canoas/pagina.php?id=1085>>. Acesso em: 10 nov 2009.

O UNILASALLE Virtual tem um coordenador, que atua apoiado por equipes de trabalho (Equipe Didático-Pedagógica e Equipe Técnica e de Apoio) e seu objetivo é “organizar, manter e direcionar as atividades vinculadas ao setor”²⁰⁵. Além disso, conta com o Laboratório de Desenvolvimento de Material Educacional e com a Sala de Produção de Material Multimídia e Vídeo conferência²⁰⁶.

Todos os cursos de graduação da UNILASALLE têm algumas disciplinas que são ofertadas na modalidade a distância.²⁰⁷

Após a publicação da portaria 121 no Diário Oficial da União em 22 de janeiro de 2008, a UNILASALLE passou a oferecer cursos de pós-graduação *lato sensu* a distância.

Além do Campus no município de Canoas, RS, a Instituição conta com os seguintes pólos de apoio às atividades na modalidade a distância:

- Colégio La Salle - Carazinho/RS
- Colégio La Salle Carmo - Caxias do Sul/RS
- Colégio La Salle Hipólito Leite - Pelotas/RS
- Colégio La Salle Peperi – São Miguel do Oeste/SC
- Colégio La Salle Santo Antônio - Porto Alegre/RS
- Faculdade La Salle – Lucas do Rio Verde/MT
- Faculdade La Salle - Manaus/AM²⁰⁸

Constata-se, a partir da lista acima, a capilaridade que a IES tem para a oferta de seus cursos a distância, ou seja, além de estar atuante em cinco

²⁰⁵ Disponível na Internet em <<http://www.unilasalle.edu.br/canoas/pagina.php?id=1085>>. Acesso em: 10 nov 2009.

²⁰⁶ Disponível na Internet em <<http://www.unilasalle.edu.br/canoas/pagina.php?id=1088>>. Acesso em: 10 nov 2009.

²⁰⁷ A seguir, “as disciplinas EAD ofertadas no período 2009/2: Administração, Administração Financeira e Orçamentária/Gestão Financeira, Ciência Política e Teoria Geral do Estado, Comportamento Organizacional nas Pequenas e Médias Empresas/ Comportamento Organizacional, Cultura Religiosa/Fenômenos Culturais Religiosos, Ética/Filosofia e Ética Empresarial, Farmacologia/Interações Fármacos e Nutrientes, Fundamentos de Marketing, História do Design, História do Pensamento Contábil, Inteligência Artificial, Introdução a Nutrição/Nutrição Aplicada a Enfermagem, Leitura, Produção e Revisão de Textos, Mitos, Símbolos e Ritos, Políticas Educacionais/Políticas Educacionais, Projeto de Redes de Computadores, Sociologia, Teorias da Enfermagem, Trabalho de Conclusão de Curso I, Trabalho de Conclusão de Curso II”. Disponível na Internet em <<http://www.unilasalle.edu.br/canoas/pagina.php?id=1205>>. Acesso em: 10 nov 2009.

²⁰⁸ Disponível na Internet em <http://www.unilasalle.edu.br/posgraduacao/index.php?option=com_content&task=view&id=90&Itemid=93>. Acesso em: 10 nov 2009.

municípios do Estado do Rio Grande do Sul, a Instituição está estendendo suas atividades ao Estado vizinho, Santa Catarina, e aos Estados do Mato Grosso e Amazonas.

Com metodologias de ensino²⁰⁹ e avaliação²¹⁰ devidamente organizadas além dos requisitos para a certificação²¹¹ claramente propostos e apresentados, a Instituição busca atingir a excelência e os padrões de qualidade por ela propostos. Tudo isso balizado pelo credenciamento do MEC²¹².

O UNILASALLE tem prevista a oferta de 20 cursos de Pós-Graduação *lato sensu* para o primeiro semestre do ano letivo de 2010, em diversas áreas do conhecimento²¹³. Dentre eles, alguns na modalidade a distância. Nas Ciências Exatas, será oferecido a primeira edição do curso “Educação Matemática – EAD”. Nas Ciências da Saúde, o curso na modalidade mista, ou seja, parte presencial e parte na modalidade a distância, a ser oferecido é o “Saúde da Família – 4ª Edição”. Na área de Ciências Sociais e Aplicadas, o curso a ser oferecido na modalidade a distância será o de “Gestão de Pessoas 2ª Edição – EAD”. Também a área de Ciências Humanas oferecerá curso na modalidade estudada nesta tese: “Gestão e Tecnologias para Educação a Distância 1ª Edição – EAD”.

Salienta-se, ainda, que o UNILASALLE disponibiliza, em sua página na internet²¹⁴, os manuais de uso para *download* tanto para usuário (Estudante) como para formador (Docente) das plataformas de ensino *free* MOODLE e TELEDUC, que a Instituição utiliza para a oferta de seus cursos na modalidade a distância.

²⁰⁹ Disponível na Internet em <http://www.unilasalle.edu.br/posgraduacao/index.php?option=com_content&task=view&id=91&Itemid=93>. Acesso em: 10 nov 2009.

²¹⁰ Disponível na Internet em <http://www.unilasalle.edu.br/posgraduacao/index.php?option=com_content&task=view&id=92&Itemid=93>. Acesso em: 10 nov 2009.

²¹¹ Disponível na Internet em <http://www.unilasalle.edu.br/posgraduacao/index.php?option=com_content&task=view&id=93&Itemid=93>. Acesso em: 10 nov 2009.

²¹² Disponível na Internet em <http://www.unilasalle.edu.br/posgraduacao/index.php?option=com_content&task=view&id=94&Itemid=93>. Acesso em: 10 nov 2009.

²¹³ Disponível na Internet em <http://www.unilasalle.edu.br/posgraduacao/index.php?option=com_content&task=view&id=28&Itemid=78>. Acesso em: 10 nov 2009.

²¹⁴ Disponível na Internet em <<http://www.unilasalle.edu.br/canoas/pagina.php?id=1094>>. Acesso em: 10 nov 2009.

Para proporcionar o melhor aproveitamento e uso da plataforma de ensino MOODLE, já estão previstas e divulgadas, através da página da Instituição na internet²¹⁵, para os meses de março e agosto de 2010, oficinas gratuitas de uso da plataforma educacional para os estudantes.

Também é oportuno destacar que a IES oferece, através de seu portal na web²¹⁶, acesso às bibliotecas digitais da ABED, CVA-RICESU, INEP, SBC, Portal Domínio Público, Banco Internacional de Objetos Educacionais, Portal de Periódicos da CAPES e Portal Universia.

2.3.1.2 PUC RS²¹⁷

A origem da PUC RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, sediada na capital do Estado do Rio Grande do Sul, está na vinda para o Brasil dos Irmãos Maristas²¹⁸ e na fundação da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, por eles, em 1931, sendo, portanto, uma das mais antigas Universidades do País.

Em 1940, foi fundada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, seguida pela Escola de Serviço Social, no ano de 1945, e pela Faculdade de Direito, em 1947. Com as quatro faculdades, a União Sul Brasileira de Educação e Ensino (USBEE), entidade civil dos Irmãos Maristas, requereu ao Ministério da Educação a equiparação de universidade²¹⁹

No final do ano de 1948, através do Decreto nº 25.794, “as faculdades passaram a constituir a Universidade Católica do Rio Grande do Sul, a primeira criada pelos Irmãos Maristas no mundo”²²⁰ Em 1950, foi-lhe outorgada, “por

²¹⁵ Disponível na Internet em <<http://www.unilasalle.edu.br/canoas/pagina.php?id=2211>>. Acesso em: 10 nov 2009.

²¹⁶ Disponível na Internet em <<http://www.unilasalle.edu.br/canoas/pagina.php?id=1104>>. Acesso em: 10 nov 2009.

²¹⁷ Disponível na Internet em <<http://www3.pucrs.br/portal/page/portal/pucrs/Capa/>>. Acesso em: 11 nov. 2009.

²¹⁸ Irmãos Maristas - congregação religiosa fundada por São Marcelino Champagnat no ano de 1817, em La Vallá (perto de Lyon – França). Disponível na Internet em <<http://www3.pucrs.br/portal/page/portal/pucrs/Capa/AUniversidade/HistoriadaUniversidade>>. Acesso em: 11 nov 2009.

²¹⁹ Disponível na Internet em <<http://www3.pucrs.br/portal/page/portal/pucrs/Capa/AUniversidade/HistoriadaUniversidade>>. Acesso em: 11 nov 2009.

²²⁰ Disponível na Internet em <<http://www3.pucrs.br/portal/page/portal/pucrs/Capa/AUniversidade/HistoriadaUniversidade>>. Acesso em: 11 nov 2009.

solicitação da Mantenedora e do Arcebispo Dom Vicente Scherer”²²¹, o título de Pontifícia.

Além do campus situado na Capital Gaúcha, que é o Campus Central, a Universidade é constituída fisicamente também pelo “Campus Uruguaiana, em Uruguaiana, e pelo Campus Viamão, na cidade de Viamão, todos localizados ao sul do Brasil”²²².

A PUC RS oferece cursos de Graduação, Pós-Graduação (*lato e stricto sensu*) e Extensão.

No ano de 1998, a Universidade criou a Diretoria de Educação a Distância, com o propósito de estudar, analisar e avaliar a possibilidade de utilização da modalidade de educação estudada nesta tese. Esta diretoria reportava-se diretamente à reitoria da Instituição.

No início do ano de 1999, a PUC RS encaminhou ao MEC o Projeto de Credenciamento da PUCRS VIRTUAL²²³, tendo obtido o deferimento do mesmo para o

pedido para oferta de Curso de Graduação em Engenharia Química, com ênfase em Petroquímica e Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu (Especialização e MBA) a Distância, conforme Parecer 1285/01 da Câmara

²²¹ Disponível na Internet em <<http://www3.pucrs.br/portal/page/portal/pucrs/Capa/AUniversidade/HistoriadaUniversidade>>. Acesso em: 11 nov 2009.

²²² Disponível na Internet em <<http://www3.pucrs.br/portal/page/portal/pucrs/Capa/AUniversidade#p2>>. Acesso em: 11 nov 2009.

²²³ “A **PUCRS VIRTUAL** é uma unidade de serviços cujo papel é apoiar e gerir as ações e políticas da PUCRS no que tange a modalidade de Educação a Distância. Como tal, ela possui cursos de capacitação para docentes, Auxiliares Técnicos em EAD (ATEDs) e gerentes de cursos em modalidade virtual, suportada por Tecnologias de Informação e Comunicação. A **PUCRS VIRTUAL** foi credenciada em 2002 pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) (<http://www.mec.gov.br/seed>), para atuar na Educação a Distância (EAD), conforme a Portaria MEC 71/02, publicada no Diário Oficial da União de 18/01/2002. Os cursos da **PUCRS VIRTUAL** são reconhecidos pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e autorizados a funcionar, segundo o Parecer CNE/CES 1285/2001, pois atendem, também, aos requisitos da Resolução CNE/CES 01/2007 que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação presenciais e a distância: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces001_07.pdf Essa Resolução exige, entre outros quesitos, que o aluno de curso de especialização a distância (*lato sensu*) realize provas presenciais e defesa de trabalho de conclusão presencial. Além disso, o candidato a um curso de pós-graduação deve ter uma graduação completa. Os certificados dos cursos de pós-graduação da PUCRS VIRTUAL têm validade nacional devido ao credenciamento da Instituição e ao reconhecimento de seus cursos. Sendo assim, na Área da Educação, permitem a promoção na carreira do magistério.” Disponível na Internet em <<http://www.ead.pucrs.br/>>. Acesso em: 11 nov 2009.

de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, homologado pelo MEC, através da Portaria nº 71, de 16 de janeiro de 2002.²²⁴

Localizado no 8^o²²⁵ e no 9^o²²⁶ andares do Prédio 40, a PUCRS VIRTUAL tem a sua disposição uma área de aproximadamente 2000 m², “onde estão instaladas as salas de geração de aula, bem como o suporte tecnológico, administrativo e sociopedagógico”²²⁷.

A geração das três primeiras aulas ocorreu em junho de 2000, “com os cursos de especialização em Gestão Empresarial, Direito Processual Civil e Psicologia Escolar. O Curso de Gestão em Saúde iniciou-se no segundo semestre do mesmo ano”²²⁸.

Entre a criação da PUCRS VIRTUAL e o mês de junho de 2009, mais de 45 cursos de especialização de diversas áreas e muitos cursos de extensão foram oferecidos, “sendo certificado mais de 6000 alunos”²²⁹. Além destes, mais de 50 cursos de capacitação de docentes em EAD, atendendo a professores da PUCRS e de outras instituições parceiras²³⁰ foram também oferecidos no decorrer deste período.

A partir de 2007, os cursos de capacitação docentes passaram a ser oferecidos na plataforma MOODLE, até então, era utilizada outra plataforma de ensino, proprietária, a WEBCT²³¹.

²²⁴ Disponível na Internet em <<http://www.ead.pucrs.br/>>. Acesso em: 11 nov 2009.

²²⁵ No 8^o andar, estão concentrados os recursos e infraestrutura associados a parte de produção e gerenciamento dos cursos. Neste andar estão os Técnicos em EAD (ATED) e estagiários, Núcleo de Mídias e Design. Disponível na Internet em <<http://www.ead.pucrs.br/>>. Acesso em: 11 nov 2009.

²²⁶ No 9 andar estão localizados os seguintes setores: Estúdio para gravação de áudios/vídeos com capacidade para acomodar 30 pessoas; Sala de Videoconferência com capacidade para acomodar 30 pessoas; Sala dos Professores Assessores; Sala da Coordenação; Sala de reuniões; Secretaria; Núcleo de Informática; Helpclass e Recepção. Disponível na Internet em <<http://www.ead.pucrs.br/>>. Acesso em 11 nov 2009.

²²⁷ Disponível na Internet em <<http://www.ead.pucrs.br/>>. Acesso em: 11 nov 2009.

²²⁸ Disponível na Internet em <<http://www.ead.pucrs.br/>>. Acesso em: 11 nov 2009.

²²⁹ Disponível na Internet em <<http://www.ead.pucrs.br/>>. Acesso em: 11 nov 2009.

²³⁰ Estas oficinas permitem aos docentes conhecer a plataforma e suas funcionalidades, auxiliando-os a organizar sua sala de aula virtual. Mais de 70% dos professores da universidade concluíram com sucesso estes cursos e estão aptos a trabalhar com este recurso nas disciplinas semipresenciais nos cursos de Graduação ou utilizar o **MOODLE** como repositório de apoio as atividades de aulas presenciais. Disponível na Internet em <<http://www.ead.pucrs.br/>>. Acesso em: 11 nov 2009.

²³¹ WEBCT – *Web Course Tools*, desenvolvido pela *Blackboard*, com sede em *Washington*, Estados Unidos da América. WEBCT é uma plataforma proprietária. A Instituição de Ensino que a utiliza

Auxiliar na produção e na difusão do conhecimento “de forma inovadora, observando orientações e critérios da pedagogia Marista, fundamentada na formação humana, orientada por critérios de qualidade e ética”²³² é a Missão da PUC RS VIRTUAL.

Como principais objetivos, a **PUCRS VIRTUAL** pretende auxiliar na capacitação, qualificação e formação dos profissionais “através dos seus cursos, de forma inovadora, ágil e flexível. Para tal utiliza modernos recursos oriundos das TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação)”²³³.

A PUCRS VIRTUAL tem salas de apoio virtual em diversas localidades do país²³⁴ e, dependendo do projeto de cada curso, pode buscar outros locais.

Em função da estrutura, projeto e parcerias existentes entre a Unidade Universitária que ancora o curso, novos locais podem ser disponibilizados aos alunos.²³⁵

No momento de conclusão desta tese, os cursos a seguir estavam sendo oferecidos pela PUCRS VIRTUAL:

Curso de Extensão em Desenvolvimento Neuropsicopedagógico
 Curso de Extensão em Desenvolvimento Sustentável e Políticas Ambientais
 2ª edição
 Curso de Especialização em Direito Processual Civil – TRF
 Curso de Especialização em Informática na Educação
 Curso de Especialização em Psicoterapia Cognitivo Comportamental²³⁶

A Equipe²³⁷ que atua na PUCRS VIRTUAL é composta por “professores, técnicos administrativos, técnicos em telecomunicações, técnicos em comunicação,

tem que pagar pelo seu uso. A cobrança normalmente é feita pelo número de acessos à plataforma). Nota da autora desta tese.

²³² Disponível na Internet em <<http://www.ead.pucrs.br/>>. Acesso em: 11 nov 2009.

²³³ Disponível na Internet em <<http://www.ead.pucrs.br/>>. Acesso em: 11 nov 2009.

²³⁴ Os locais onde a PUCRS VIRTUAL tem salas são os seguintes: Balsas - MA, Batatais - SP, Belo Horizonte - MG, Campinas - SP, Campo Grande - MS, Canela - RS, Chapecó - SC, Criciúma - SC, Curitiba - PR, Goiânia - GO, Jaraguá do Sul - SC, Joaçaba - SC, Pelotas - RS, Rio Grande - RS, Santa Cruz do Sul - RS, Santo Ângelo - RS, Santos - SP, São Paulo - SP, Taguatinga - DF, Uruguaiana - RS e Viamão - RS. Disponível na Internet em <<http://www.ead.pucrs.br/>>. Acesso em: 11 nov. 2009.

²³⁵ Disponível na Internet em <<http://www.ead.pucrs.br/>>. Acesso em: 11 nov 2009.

²³⁶ Disponível na Internet em <<http://www.ead.pucrs.br/>>. Acesso em: 11 nov 2009.

²³⁷ “A equipe permanente da **PUCRS VIRTUAL** é composta por professores oriundos das Unidades Acadêmicas da PUCRS, cedidos para as funções de gestão e condução dos trabalhos no que tange ao assessoramento de cursos e organização de cursos de capacitação docente. A equipe de técnicos foi organizada visando atender todas as demandas necessárias para a condução do trabalho de forma interdisciplinar. A equipe de estagiários é constituída por alunos da graduação

técnicos em informática, auxiliares técnicos em EAD (ATED) e estagiários de diversas áreas do conhecimento”, empenhados em “viabilizar ações de educação à distância no âmbito da PUCRS e de instituições parceiras”²³⁸.

A Instituição oferece em seu portal na Internet a possibilidade de o estudante de seus cursos solicitarem Gravação e/ou Duplicação de Mídias²³⁹ e a realização de Bancas ou Reuniões Virtuais²⁴⁰.

2.3.1.3 UNISINOS²⁴¹

Mantida pela Associação Antônio Vieira, da Companhia de Jesus, a ordem dos jesuítas fundada por Santo Inácio de Loyola, a UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos – sediada no município de São Leopoldo, região metropolitana de Porto Alegre, Capital do Rio Grande do Sul, foi fundada no ano de 1969.

Com a Missão de “Promover a formação integral da pessoa humana e sua capacitação ao exercício profissional, incentivando o aprendizado contínuo e a atuação solidária para o desenvolvimento da sociedade”²⁴², a Instituição vem há 40 anos atuando no Sul do Brasil.

Inicialmente teve seu campus situado no centro da cidade de São Leopoldo, em frente à Rodoviária da Cidade, porém, na década de 70, com a abertura de uma nova avenida (Av. Unisinos, que liga a Instituição à BR 116), foi instalando-se no bairro Cristo Rei.

da PUCRS com formação bastante diversificada e rotativa em função dos cursos em realização.”

Disponível na Internet em <<http://www.ead.pucrs.br/>>. Acesso em: 11 nov 2009.

²³⁸ Disponível na Internet em <<http://www.ead.pucrs.br/>>. Acesso em: 11 nov 2009.

²³⁹ Disponível na Internet em <<http://www.ead.pucrs.br/>>. Acesso em: 11 nov 2009.

²⁴⁰ Disponível na Internet em <<http://www.ead.pucrs.br/>>. Acesso em: 11 nov 2009.

²⁴¹ Disponível na Internet em <<http://www.unisinos.br/principal/>>. Acesso em: 10 nov 2009.

²⁴² Disponível na Internet em <http://www.unisinos.br/principal/index.php?option=com_content&task=view&id=48&Itemid=98&menu_ativo=active_menu_sub&marcador=98>. Acesso em: 10 nov 2009.

Os primeiros passos para a existência da atual UNISINOS VIRTUAL²⁴³ foi a criação do Programa Gênese, que é o precursor do Projeto de EAD da UNISINOS e que promoveu a vinda do Prof. Dr. Otto Peters, da *FernUniversität in Hagen*, Alemanha, a São Leopoldo, para tratar do tema EAD e para o lançamento da tradução de seu primeiro livro em 2001²⁴⁴. Além disso, a Universidade traduziu para a Língua Portuguesa e publicou uma segunda obra²⁴⁵ desse autor, que é um ícone da EAD no mundo.²⁴⁶

Outro exemplo é que, em 2003, durante três dias (de 7 a 9 de outubro), a UNISINOS foi ponto receptor das teleconferências do IIIº Telecongresso Internacional de Educação de Jovens e Adultos, evento promovido pelo SESI²⁴⁷, UNB²⁴⁸ e UNESCO²⁴⁹, do qual mais de 15 mil pessoas participaram no Brasil, França, Inglaterra e Ilhas Canárias e que abordou, entre outros assuntos, as estratégias, as metodologias, os conteúdos e o papel dos meios de comunicação para que se possa cumprir com a proposta daquele Telecongresso.

É preciso destacar que, já naquela época, a UNISINOS tinha à disposição, desenvolvido pela própria Universidade, o software AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem²⁵⁰, que, inclusive, já fora traduzido para a Língua Espanhola, tradução essa autorizada pela Instituição, em função de que IES do Uruguai, ligadas

²⁴³ A **Unisinos Virtual** é um órgão dentro da Unisinos que atua na promoção de cursos e disciplinas com mediação digital virtual, com a proposta de desenvolver um ensino qualificado, que se baseia na troca entre os diversos participantes. A Unisinos Virtual oferece uma forma diferente de estudar e construir conhecimento, quebrando as barreiras tradicionais de tempo e espaço. Disponível na Internet em http://www.unisinos.br/virtual/index.php?option=com_content&task=view&id=16&Itemid=35&s=1. Acesso em: 10 nov 2009.

²⁴⁴ PETERS, 2001.

²⁴⁵ PETERS, 2001 e PETERS, 2003.

²⁴⁶ Notas da autora desta tese.

²⁴⁷ SESI – Serviço Social da Indústria

²⁴⁸ UNB – Universidade de Brasília

²⁴⁹ UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

²⁵⁰ Disponível na Internet em: <http://www.unisinos.br/ava/>. Acesso em: 18 mar. 2005.

à Rede Jesuíta de Educação, têm interesse em utilizar essa ferramenta em cursos que oferecem.

A Universidade domina, também, a tecnologia para gerar e transmitir videoconferências. Um exemplo disso foi a transmissão, por Videoconferência, da Mesa Redonda com Pierre Lévy²⁵¹, filósofo e professor da Universidade Paris VIII, Departamento de Hiperfídia, que tem vários livros publicados em Língua Portuguesa, como por exemplo, “Cibercultura”²⁵², “A Conexão Planetária”²⁵³, “A Inteligência Coletiva”²⁵⁴, “As Árvores do Conhecimento”²⁵⁵ e “O que é Virtual?”²⁵⁶, entre outros, e que esteve na Unisinos em 23.5.2000, em atividade promovida pelo Programa Gênesis, que é o precursor do Projeto de EAD da UNISINOS.

Essa transmissão foi feita para um telão, no Auditório Central, dentro do próprio Campus da Universidade e, também, para a UNB, PUC SP, PUC RS, USP, UFRGS, entre outras. Na transmissão em questão foram utilizados recursos de Intranet, Internet e Internet II.

Poder-se-ia citar, também, a transmissão da Mesa Redonda, também por Videoconferência, com o Prof. Dr. Otto Peters²⁵⁷, em setembro de 2001, quando ocorreu o lançamento da tradução, pela Unisinos, de seu livro “Didática do Ensino a Distância”²⁵⁸.

²⁵¹ Disponível na Internet em: <<http://www.unisinos.br/busca/?busca=pierre+l%e9vy&x=6&y=7>>. Acesso em: 19 mar. 2005.

²⁵² LEVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo : Ed. 34, 1999.

²⁵³ _____. A Conexão Planetária. O mercado, o civerespaço, a consciência. São Paulo : Ed. 34, 2001.

²⁵⁴ _____. A Inteligência Coletiva. São Paulo : Loyola, 1998.

²⁵⁵ LEVY, Pierre e AUTHIER, Michel. As Árvores do Conhecimento. São Paulo : Ed. Escuta, 1995.

²⁵⁶ Levy, Pierre. O que é virtual? São Paulo : Ed. 34, 1996.

²⁵⁷ Disponível na Internet em <<http://www.unisinos.br/busca/?busca=otto+peters&x=13&y=6>>. Acesso em: 19 mar. 2005.

²⁵⁸ PETERS, 2001.

Esses exemplos demonstram a trajetória de interesse e trabalho para o desenvolvimento da modalidade de ensino abordada por esta tese por parte da Universidade de São Leopoldo.

A UNISINOS VIRTUAL oferece disciplinas da Graduação e cursos de “Pós-Graduação Lato Senso para o mercado corporativo”²⁵⁹. Além disso, “oferece assessoria de gestão na modalidade EaD, assessoria tecnológica e pedagógica, desenvolvimento de objetos de aprendizagem digitais/virtuais e capacitações docentes para professores autores, tutores e monitores”²⁶⁰.

O Escritório de EAD²⁶¹, da UNISINOS, localiza-se na Sala 1L 100 - campus universitário.

Além deste ponto de referência, em São Leopoldo, a Instituição também tem pólos fora de sua sede para atendimento aos estudantes. Estes pólos estão localizados nos seguintes municípios: Canoas - Colégio Maria Auxiliadora, Florianópolis - Colégio Catarinense e Curitiba - Colégio Medianeira²⁶².

Para a Instituição, os pólos

funcionam na estrutura da Unisinos Virtual como uma sede presencial que congrega o oferecimento de um curso de Graduação a distância numa localidade ou região. Esses espaços oferecem aos estudantes a infraestrutura para desenvolverem os seus estudos com a qualidade própria da Companhia de Jesus.

²⁵⁹ Disponível na Internet em http://www.unisinos.br/virtual/index.php?option=com_content&task=view&id=16&Itemid=35&s=1 >. Acesso em: 10 nov 2009.

²⁶⁰ Disponível na Internet em http://www.unisinos.br/virtual/index.php?option=com_content&task=view&id=16&Itemid=35&s=1 >. Acesso em: 10 nov 2009.

²⁶¹ O Escritório de Gestão de Projetos em EaD apóia o planejamento e o desenvolvimento de projetos que envolvem atividades de ensino-aprendizagem inteira ou parcialmente a distância. O trabalho é realizado junto a todas as áreas de conhecimento e níveis de ensino acadêmico da Unisinos. O Escritório atua também em projetos corporativos, num âmbito não-acadêmico, que tem o ambiente digital como mediação. Disponível na Internet em http://www.unisinos.br/virtual/index.php?option=com_content&task=view&id=19&Itemid=39&s=1 >. Acesso em: 10 nov 2009.

²⁶² Disponível na Internet em http://www.unisinos.br/virtual/index.php?option=com_content&task=view&id=41&Itemid=28&s=2 >. Acesso em: 10 nov 2009.

Nos pólos, os alunos participam do processo seletivo de ingresso no curso, realizam as atividades presenciais, como as avaliações, por exemplo. Nesse ambiente, contam com o suporte do professor tutor, que tem por função acompanhar a trajetória do aluno, prestando apoio com dúvidas e questões que surjam.²⁶³

2.3.2 EST²⁶⁴

A EST – Escola Superior de Teologia, Instituição de Ensino Superior em que as pesquisas para elaboração desta tese foram desenvolvidas, localiza-se, como a Unisinos, no município de São Leopoldo, que dista 31,4 km da capital gaúcha²⁶⁵

A Faculdades EST é um importante centro de formação e pesquisa no Brasil e um dos mais conceituados da América Latina. Ela tem como objetivo geral promover a formação acadêmica e fomentar a pesquisa científica no campo das ciências humanas, sociais aplicadas, lingüística, letras, artes e saúde. Visa à capacitação de profissionais qualificados para atuação nos diversos âmbitos sócio-culturais que demandem conhecimentos especializados nestas áreas.²⁶⁶

Ligada à Rede Sinodal de Educação²⁶⁷, a Faculdades EST tem a identidade da IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil) e promove o diálogo

²⁶³ Disponível na Internet em http://www.unisinos.br/virtual/index.php?option=com_content&task=view&id=41&Itemid=28&s=2. Acesso em: 10 nov 2009.

²⁶⁴ Disponível na Internet em <http://www.est.edu.br/>. Acesso em: 10 nov. 2009.

²⁶⁵ Disponível na Internet em https://www.saoleopoldo.rs.gov.br/home/show_page.asp?id_CONTEUDO=37&codID_CAT=21&id_SERVICO=&categoria=Cidade. Acesso em: 10 nov 2009.

²⁶⁶ Disponível na Internet em http://www.est.edu.br/index.php?option=com_aest&id=102&Itemid=95. Acesso em: 10 nov 2009.

²⁶⁷ As origens da Rede Sinodal de Educação estão vinculadas às dificuldades por que passaram as Comunidades Evangélico-Luteranas durante a 2ª Guerra Mundial, especialmente com a "nacionalização", a política adotada pelo Governo Vargas proibindo que estrangeiros exercessem determinadas atividades - inclusive o magistério - e proibindo o uso da língua alemã. Como na maioria destas escolas, na época lecionavam professores não habilitados ou que somente falavam o alemão, o Sínodo Rio-Grandense, através de um Departamento de Ensino, auxiliou as comunidades no processo de regularização de escolas e professores.

A migração das escolas fundamentais para escolas de ensino médio levou a decisão, por parte dos diretores, da criação do Centro de Diretores de Ensino Secundário. O encontro freqüente dos diretores levou a criação de formas de integração entre os estabelecimentos, fazendo surgir, em 1952, o Congresso de Professores, e em 1954, a Olimpíada Estudantil. Estes eventos, além de outros como "ATESE - Amostra de Teatro e Encontro de Conjuntos Instrumentais" são cultivados, até hoje, movimentando intensamente a Rede Sinodal de Educação.

Em 1981 surge o Departamento de Educação, resultante da fusão do Departamento de Ensino e do Centro de Diretores. Em 2000, o nome Departamento de Educação é alterado para Rede Sinodal de Educação. Coube às escolas incorporarem ao seu material e ao seu discurso o pertencimento a esta Rede.

A participação na Rede Sinodal de Educação ocorre com a expressão do desejo de participação pela escola e sua entidade mantenedora. A origem comunitária das escolas é a primeira condição.

“inter-eclesial, inter-religioso e inter-cultural”²⁶⁸ através da oferta de cursos de extensão, ensino profissionalizante, graduação e pós-graduação.

A Instituição busca promover:

- a formação de profissionais qualificados nas áreas das ciências humanas, sociais aplicadas, lingüística, letras, artes e saúde;
- a formação profissional, científica e a pesquisa nos níveis técnico, graduação e pós-graduação em suas áreas de atuação;
- a capacitação básica de pessoas e instituições para atuarem em comunidades religiosas, civis e em âmbito público através de formação complementar em suas áreas de atuação.²⁶⁹

E fomentar

- por meio da extensão e especialização, o aperfeiçoamento e a atualização em suas áreas de atuação;
- a produção, a difusão e o intercâmbio científico, cultural e artístico.²⁷⁰

Abrigando originalmente cinco institutos: “Faculdade de Teologia, Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa (o atual IEPG), Instituto de Educação Cristã, Instituto de Capacitação Teológica Especial e Instituto de Pastoral”²⁷¹, a EST tem sua origem na Escola de Teologia criada no início do ano de 1946. “Posteriormente foram criados o Instituto de Música e o Instituto de Formação Diaconal, a Escola Sinodal de

O vínculo histórico identificado com os evangélico-luteranos, é base cristã que pauta a sua atuação.

A Rede Sinodal de Educação compõe-se atualmente de 59 instituições, em 6 estados brasileiros, com principal concentração no Sul. São 42 instituições no Rio Grande do Sul, 10 em Santa Catarina, 4 no Paraná e uma em cada um dos estados: São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso. No País são 36.000 alunos.

A atuação na formação continuada de professores e coordenadores pedagógicos, no preparo de diretores, a participação nos processos educacionais do país e nas discussões que envolvem assistência social, são movimentos que mantêm a qualidade e garantem o respaldo político. O aluno é atingido mediante a promoção de intercâmbios no país e no exterior, a realização de atividades culturais e esportivas, como música, teatro, dança, canto-coral. Ao todo, calendário da Rede Sinodal de Educação reúne aproximadamente 60 eventos por ano.

Disponível na Internet em <<http://www.redesinodal.com.br/rede/index.php>>. Acesso em: 10 nov 2009.

²⁶⁸ Disponível na Internet em <http://www.est.edu.br/index.php?option=com_aest&id=102&Itemid=95>. Acesso em: 10 nov 2009.

²⁶⁹ Disponível na Internet em <http://www.est.edu.br/index.php?option=com_aest&id=102&Itemid=95>. Acesso em: 10 nov 2009.

²⁷⁰ Disponível na Internet em <http://www.est.edu.br/index.php?option=com_aest&id=102&Itemid=95>. Acesso em: 10 nov 2009.

Educação Profissional (Esep) e o Instituto Superior de Música de São Leopoldo (ISMSL) ²⁷².

Desde o início dos anos 2000, a EST tem se ocupado com o tema da Educação a Distância. Em 2003, foi criada a Comissão de EAD e

através de consulta aos diversos setores da instituição, foi constatado o reconhecimento da modalidade de EaD e a necessidade de sua implantação como forma de adequação aos novos tempos e de responder a demandas. ²⁷³

Após elaborar projeto, que contemplou a capacitação docente para a modalidade de Educação a Distância, bem como efetuar investimentos em infraestrutura tanto física quanto tecnológica, a EST criou, no ano de 2005, a Coordenadoria de EaD e contratou “um especialista em EaD em regime de tempo integral” ²⁷⁴.

A Coordenadoria de EaD da Faculdades EST tem como responsabilidades o planejamento, a organização e a execução de atividades na modalidade de EaD da Instituição.

A partir do ano de 2006, a EST passou a oferecer cursos livres e de extensão na modalidade a distância. Além disso, oferece “disciplinas no regime semi-presencial, de acordo com a Portaria MEC nº 4.059/04” ²⁷⁵.

O ambiente virtual de aprendizagem Moodle também é utilizado como apoio a disciplinas presenciais dos cursos de bacharelado em teologia e

²⁷¹ Disponível na Internet em <http://www.est.edu.br/index.php?option=com_content&task=view&id=95&Itemid=86&n1=86&menu_image=-1unique_itemid=0>. Acesso em: 10 nov 2009.

²⁷² Disponível na Internet em <http://www.est.edu.br/index.php?option=com_content&task=view&id=95&Itemid=86&n1=86&menu_image=-1unique_itemid=0>. Acesso em: 10 nov 2009.

²⁷³ Disponível na Internet em <http://www.est.edu.br/index.php?option=com_content&task=view&id=149&Itemid=175>. Acesso em: 10 nov 2009.

²⁷⁴ Disponível na Internet em <http://www.est.edu.br/index.php?option=com_content&task=view&id=149&Itemid=175>. Acesso em: 10 nov 2009.

²⁷⁵ Disponível na Internet em <http://www.est.edu.br/index.php?option=com_content&task=view&id=149&Itemid=175>. Acesso em: 10 nov 2009.

musicoterapia, do mestrado profissionalizante e do programa de integralização de currículos.²⁷⁶

A Faculdades EST conta também com o apoio da CAPES (PROBRAL) e do DAAD (Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico), o que permitiu a participação da mesma num “programa de intercâmbio e colaboração na área da EaD”²⁷⁷.

Neste programa, pesquisadores(as) da Faculdades EST e das universidades alemãs de Bayreuth, Duisburg-Essen e Rostock trabalham em questões que envolvem gestão de conhecimento e de conteúdo digital na área das Ciências da Religião e da Teologia. Com auxílio das tecnologias de informação e comunicação, pretende-se promover a criação, a estruturação e o compartilhamento de conhecimentos através da internet. Em 2007 foram realizados dois encontros - um na Alemanha e outro no Brasil - envolvendo participantes do projeto. Nos encontros foram discutidas possibilidades de elementos curriculares comuns e definidos critérios para a criação de unidades de aprendizagem para EaD. Em 2008 foi realizado um seminário virtual para estudantes dos dois países.²⁷⁸

A modalidade de educação abordada por esta tese está contemplada pela Faculdades EST em seu Projeto Político-Pedagógico, através do item “3.1.7 Políticas e práticas de Educação a Distância”²⁷⁹, que prevê a oferta de cursos nesta modalidade nos níveis de graduação (Bacharelado em Teologia), Pós-Graduação *lato sensu* (Ensino Religioso; Aconselhamento e Psicologia Pastoral; Assessoria Bíblica; Gerontologia; Ética, Cidadania e Subjetividade; Diaconia e Cidadania; Aconselhamento Pastoral: Gestão na Família; Teologia e História) e Pós-Graduação *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado em Teologia).

A Faculdades EST tem como grande preocupação a qualidade dos cursos oferecidos nesta outra modalidade de ensino, que não a presencial: “[...] terá o mesmo currículo e as mesmas ênfases que o curso presencial, de modo que a formação oferecida se caracterize pela mesma qualidade e busca de excelência que são parte da identidade do curso presencial”²⁸⁰.

²⁷⁶ Disponível na Internet em <http://www.est.edu.br/index.php?option=com_content&task=view&id=149&Itemid=175>. Acesso em: 10 nov 2009.

²⁷⁷ Informações obtidas por E-mail a partir de contato com o Prof. Dr. Emilio Voigt, ex-coordenador de EaD da Faculdades EST. Em: 20 out 2009.

²⁷⁸ Informações obtidas por E-mail a partir de contato com o Prof. Dr. Emilio Voigt, ex-coordenador de EaD da Faculdades EST. Em: 20 out 2009.

²⁷⁹ Informações obtidas por E-mail a partir de contato com o Prof. Dr. Emilio Voigt, ex-coordenador de EaD da Faculdades EST. Em: 20 out 2009.

²⁸⁰ Informações obtidas por E-mail a partir de contato com o Prof. Dr. Emilio Voigt, ex-coordenador de EaD da Faculdades EST. Em: 20 out 2009.

Na justificativa do projeto de bacharelado em Teologia na modalidade a distância, tem-se listadas vantagens da EAD para a oferta do mesmo, bem como fundamentada a importância de a Instituição oportunizar cursos nesta modalidade de ensino.²⁸¹

A partir da análise e reflexão sobre as trajetórias das Instituições de Ensino Superior apresentadas nos itens 2.3.1 e 2.3.2, é possível observar o grande empenho que as IES vêm tendo para o desenvolvimento da modalidade de ensino Educação a Distância, tema central desta tese.

Também verifica-se que a trajetória trilhada por elas, mesmo particulares e únicas, têm traços e características semelhantes, o que pode e deve ser melhor analisado e observado pelas instituições que pretendem percorrer os mesmos

²⁸¹ **Justificativa para um curso de teologia na modalidade de EaD**

A educação presencial tem longa história de sucessos na transmissão e construção de conhecimentos. Ao longo dos séculos, diferentes métodos e abordagens pedagógicas incrementaram as formas de ensinar e aprender. Também a teologia colhe os frutos desta evolução e desta modalidade de educação baseada em presença física simultânea e relações sociais face a face. Mas vivemos tempos de transformações profundas na sociedade, que requerem também das instituições de ensino mudanças fundamentais nos serviços, mais rapidez e flexibilidade. As modernas tecnologias de comunicação permitem novas formas de ensino e aprendizagem, e ao mesmo tempo estimulam mudanças de conceitos e paradigmas. Pode-se falar aqui em uma nova cultura de aprendizagem, marcada pela busca e necessidade de maior autonomia e flexibilidade em termos de tempo, espaço e ritmo. A educação exclusivamente presencial não consegue mais dar uma resposta efetiva a estes novos desafios. Sem repensar sua estrutura e fundamentos, a instituição de ensino não terá como continuar a cumprir seu papel de forma eficiente. Repensar os fundamentos significa também repensar a modalidade de educação exclusivamente presencial.

A educação teológica não pode ficar alheia às mudanças e ao novo contexto tecnológico. A dependência de informações e serviços on-line cresce continuamente em todos os setores da vida e da sociedade. A instituição precisa saber utilizar as ferramentas e as informações disponíveis e também preparar estudantes para utilização e convivência com as novas tecnologias. Os avanços promovidos pelas novas tecnologias de informação e comunicação impulsionam novas formas de interação, de preparo e disponibilização de fontes e outros materiais teológicos. Para a Faculdades EST, o uso das tecnologias de informação e comunicação oferece possibilidades significativas que permitem um melhor aproveitamento de seus recursos humanos e uma ampliação do seu raio de ação. Programas de pesquisa e educação teológica a distância permitem manter a atratividade da instituição e atender a crescentes demandas.

A EaD pode ser entendida como uma resposta às necessidades e tendências atuais, pois oferece a maleabilidade que não é possível em formas convencionais de ensino: flexibilidade em termos de tempo, espaço, ritmo e profundidade no processo de aprendizagem. Também é possível alcançar um número maior de pessoas, o que é um fator positivo considerando a extensão territorial do país e as desigualdades regionais. A Faculdades EST acolhe estudantes de todas as regiões do Brasil, que necessitam deslocar-se à sede, em São Leopoldo. Com a EaD, a localização geográfica da instituição deixa de ser fator determinante. Estudantes que habitam nas regiões dos pólos não precisam mais migrar em busca de boa formação, podendo permanecer em seu meio social e cultural. Em suma, a EaD não é simplesmente uma opção, mas apresenta-se como necessidade.

Informações obtidas por E-mail a partir de contato com o Prof. Dr. Emilio Voigt, ex-coordenador de EaD da Faculdades EST. Em: 20 out 2009.

caminhos com o intuito de ofertar cursos na modalidade de Educação a Distância, para, desta forma, encurtar caminhos e evitar erros e tropeços já realizados por aquelas que trilharam o caminho na busca pela qualidade na oferta de cursos na modalidade abordada por esta tese, ou seja, aprender com as experiências anteriores.

Outra questão comum às IES é o uso das novas tecnologias de comunicação e informação disponíveis. Por exemplo, a UNILASALLE e a PUCRS VIRTUAL sugerem que os interessados as “sigam” no *twitter*,²⁸² a UNISINOS VIRTUAL divulga seu *blog*²⁸³, onde as novidades são postadas. Estas duas

²⁸² Segundo a Wikipédia, “**Twitter** é uma rede social e servidor para microblogging que permite aos usuários que enviem e leiam atualizações pessoais de outros contatos (em textos de até 140 caracteres, conhecidos como “tweets”), através da própria Web, por SMS e por softwares específicos instalados em dispositivos portáteis como o Twitterberry desenvolvido para o Blackberry.

As atualizações são exibidas no perfil do usuário em tempo real e também enviadas a outros usuários que tenham assinado para recebê-las. Usuários podem receber atualizações de um perfil através do site oficial, RSS, SMS ou programa especializado. O serviço é grátis na internet, mas usando SMS pode ocorrer cobrança da operadora telefônica.” Disponível na Internet em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Twitter>>. Acesso em: 20 nov. 2009.

²⁸³ Segundo a Wikipédia, “Um **blog** (contração do termo “**Web log**”), também chamado de **blogue** em Portugal, é um site cuja estrutura permite a atualização rápida a partir de acréscimos dos chamados artigos, ou “posts”. Estes são, em geral, organizados de forma cronológica inversa, tendo como foco a temática proposta do blog, podendo ser escritos por um número variável de pessoas, de acordo com a política do blog.

Muitos blogs fornecem comentários ou notícias sobre um assunto em particular; outros funcionam mais como diários online. Um blog típico combina texto, imagens e links para outros blogs, páginas da web e mídias relacionadas a seu tema. A capacidade de leitores deixarem comentários

ferramentas fazem parte do arcabouço de opções que a WEB 2.0 disponibiliza e que permitem uma maior interação entre os integrantes de determinado grupo, seja ele de estudo, de trabalho ou social, por exemplo.

É importante destacar, ainda, a relevância demonstrada pelas IES em relação a manutenção de pólos distantes de atendimento a estudantes²⁸⁴, ou seja, mesmo distantes, as Instituições querem estar próximas de seu público-alvo.

de forma a interagir com o autor e outros leitores é uma parte importante de muitos blogs." Disponível na Internet em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Blog>>. Acesso em: 20 nov. 2009.

²⁸⁴ Sobre a questão de Pólos Distantes e relativas à questão de "lugar" para a Educação a Distância, ver item 3.2. desta tese. Nota da autora desta tese.

3 EAD: REFLEXÕES ACERCA DE QUESTÕES RELEVANTES E INQUIETANTES

A partir do que foi apresentado nos dois primeiros capítulos desta tese, das lições aprendidas através do diálogo com pesquisadores brasileiros e estrangeiros da área de EAD em inúmeros momentos e encontros presenciais e virtuais, síncronos e assíncronos, da observação do “fazer” Educação a Distância por parte de Instituições de Ensino tanto Superior quanto de Educação Básica e suas coordenações de EAD e da reflexão aprofundada acerca do tema em estudo, alguns questionamentos merecem destaque e comentários em função de sua relevância para a área:

- ✓ com tanta regulamentação, onde está o espaço para a autonomia, tão importante para esta modalidade de ensino?
- ✓ há justificativa para todo o arsenal legal criado?
- ✓ porquê a EAD ainda sofre tanto preconceito no Brasil?
- ✓ o que fazer para melhorar/aumentar a credibilidade de cursos a distância?
- ✓ diálogo, autonomia e emancipação são realmente importantes para esta modalidade de ensino?
- ✓ existe EAD sem as três categorias mencionadas?
- ✓ é a EAD uma modalidade de ensino para todos?
- ✓ há necessidade de momentos presenciais em cursos a distância?

Os questionamentos acima listados, com certeza, não expressam todas as dúvidas e desconfianças acerca da modalidade de ensino a distância, nem todas elas têm respostas rápidas, diretas e objetivas. Para muitas questões relativas à EAD não há consenso entre pesquisadores da área e profissionais que a utilizam e, muito menos, entre a opinião pública.

A seguir, serão apresentadas possíveis respostas aos questionamentos postos, que, de forma alguma se pretendem definitivas, prontas, completas, uma vez que, hoje, com muito mais rapidez do que outrora, as mudanças ocorrem de maneira rápida e, muitas vezes, radical, e num volume nunca antes imaginado.

Destaca-se que as considerações a seguir registradas de maneira alguma almejam encerrar a discussão, mas sim, instigar a reflexão e, esta, transformar-se em ações que gerem novas reflexões e subseqüentes e conseqüentes ações e,

desta forma, neste movimento constante, contribuir para o desenvolvimento da Educação a Distância em específico e da Educação geral como um todo.

Salienta-se, ainda, que como as questões são complexas e não-estanques, optou-se por dividir este capítulo em cinco sub-capítulos (Como? Onde? Para quem? Por quê? Quando?), para sistematizar a explanação e a abordagem dos temas escolhidos e sua respectiva complexidade.

3.1 Como? Regulamentação

Na tentativa de organizar e regular a oferta de cursos na modalidade a distância é que o arcabouço de leis apresentado no capítulo 2 desta tese, e tantas outras leis que regulamentam a Educação e são próprias da sociedade do conhecimento, foi elaborado. Segundo Atila Lira, Secretário de Educação Média e Tecnologia do Ministério da Educação, no prefácio do Livro LDB Fácil, de Moaci Alves Carneiro, escrito em outubro de 1997,

O texto da 9.394/96 oferece um espaço de **flexibilidade** para que os sistemas de ensino operem, criativamente, os seus ordenamentos. A Lei respalda a prática da **autonomia** pedagógica e administrativa e de gestão financeira como condição para a escola executar, realmente, o seu projeto pedagógico.²⁸⁵

E complementa que

Por outro lado, a União, instância coordenadora da política nacional de educação, vai-se guiar pelo princípio colaborativo com Estados e Municípios, desaparecendo, assim, o histórico comando vertical da educação nacional.²⁸⁶

Entretanto, faz-se necessário destacar o que enfatiza Chiantia, em seu Parecer de abril de 2008, acerca do amparo legal para a Educação a Distância no Brasil:

a legislação e os atos normativos que norteiam a educação a distância tornam a “realidade dessa modalidade de educação”, distante de seu principal objetivo que é a democratização do ensino. Em que pese que a

²⁸⁵ CARNEIRO, 2008, p. 10. Grifo da autora.

²⁸⁶ CARNEIRO, 2008, p. 10.

Constituição Federal garante o direito a educação não fazendo objeção à educação na sua modalidade a distância, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação preveja a educação, nessa modalidade, entendo que, diversos dispositivos legais, decretos e portarias ministeriais, ora incentivam, ora dificultam a implementação da modalidade da educação a distância em determinados níveis da educação. Isso porque, [...] a LDB ao mesmo tempo em que prevê a educação na sua modalidade a distância, tem o seu campo de ação reduzido através dos decretos, portarias, resoluções e demais atos normativos, que burocratizam os trâmites para a implementação da educação na modalidade a distância em todos os níveis, restringindo, assim, o acesso do cidadão a esta modalidade de educação.²⁸⁷

A partir da análise destas duas citações, tem-se “estampada” a falta de consenso entre aqueles que estudam e trabalham com educação sobre o tema EAD. Enquanto um destaca que a legislação permite e induz à flexibilidade, o outro afirma que justamente esta legislação toda faz com que a mesma (flexibilidade) deixe de existir.

Entretanto, é importante atentar às ações do MEC, em abril de 2005, e do CEED/RS, em junho de 2009, que, antes de promulgarem o Decreto n. 5622/05²⁸⁸ e a Resolução n. 300/09,²⁸⁹ respectivamente, publicaram as minutas destes dois textos legais em suas respectivas páginas na internet para a leitura e análise de todos os interessados e, pelo período de aproximadamente um mês, aceitaram receber sugestões de melhoria e alterações.

O Decreto n. 5.622/05, com 37 artigos, dispõe sobre o credenciamento de instituições, públicas e privadas, para oferecer cursos e programas na modalidade de Educação Básica, Profissional Técnica e de nível Superior. Ele ainda revogou os Decretos n. 2.494/98 e 2.561/98.

O site da Universidade Aberta do Brasil – UAB – destaca as seguintes questões como relevantes neste Decreto:

- ✓ Caracteriza a educação à distância como modalidade educacional, organizada segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares;
- ✓ Prevê a obrigatoriedade de momentos presenciais e os níveis e modalidades educacionais em que poderá ser ofertada;

²⁸⁷ CHIANTIA, 2008.

²⁸⁸ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm>. Acesso em: 10 ago. 2009.

²⁸⁹ CEED. Disponível em: <http://www.ceed.rs.gov.br/arquivos/1248266208reso_0300.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2009.

- ✓ Estabelece regras de avaliação do desempenho do estudante para fins de promoção, conclusão de estudos e obtenção de diplomas e certificados, sendo que estes terão validade nacional;
- ✓ Confere ao MEC a competência de organizar a cooperação e integração entre os sistemas de ensino, objetivando a padronização de normas e procedimentos em credenciamentos, autorizações e reconhecimentos de cursos e instituições de ensino a distância;
- ✓ Apresenta instruções para oferta de cursos e programas na modalidade à distância na educação básica, ensino superior e pós-graduação.²⁹⁰

Através deste episódio isolado que acaba de ser relatado, tem-se a demonstração do interesse do MEC, órgão governamental brasileiro responsável pela regulamentação da educação, em “ouvir”, em “saber”, em “conhecer” a opinião e as necessidades e contribuições de quem está diretamente executando ações na área de EAD, para que o texto da lei pudesse ser o mais adequado e próximo possível da realidade, à prática e à ação educativa, transformando a legislação em aliada das boas práticas da educação.

Outra questão legal inquietante e geradora de inúmeros conflitos é a relativa aos direitos autorais e à propriedade intelectual. Tanto Palloff e Pratt²⁹¹ quanto Maia e Mattar²⁹² destinam um capítulo em seus livros de 2004 (Capítulo 9) e 2007 (Capítulo 6), respectivamente, para abordar esta questão, e, a partir do estudo de ambos, conclui-se que também neste ponto não há unanimidade ou consenso, nem tão pouco se pode afirmar que é esta uma questão de fácil solução, uma vez que, segundo Maia e Mattar,

o principal problema é que a legislação é complexa e está em constante mutação, além de o acesso pela Internet não ter fronteiras, e as leis serem diferentes em cada país [...] é necessário sempre consultar a legislação de cada país, o que torna a tarefa praticamente impossível.²⁹³

Para Palloff e Pratt, “as questões legais envolvidas na aprendizagem on-line surgem, sem dúvida, a toda a hora. Não existem ainda políticas ou regras claras nessa área”.²⁹⁴

²⁹⁰ Disponível em: <http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=87:decreto-no-5622--19122006-decreto&catid=48:legislacao&Itemid=37>. Acesso em: 10 ago. 2009.

²⁹¹ PALLOFF, Rena M.; PRATT, Keith. *O aluno virtual: um guia para trabalhar com estudantes on-line*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

²⁹² MAIA; MATTAR, 2007.

²⁹³ MAIA; MATTAR, 2007, p. 117.

²⁹⁴ PALLOFF; PRATT, 2004, p. 131.

De acordo com Maia e Mattar, no Brasil, diferentemente da situação norte-americana, ainda não se tem adequações à legislação de direitos autorais e propriedade intelectual em relação à EAD. Além disso,

a legislação atual de direitos autorais, entretanto, mesmo com suas revisões, dificilmente será capaz de lidar com a enorme complexidade de proteger os direitos de propriedade intelectual nesse imenso mercado internacional de informações, principalmente porque a EAD tende a, cada vez mais, internacionalizar-se.²⁹⁵

Porém, destacam que todos, docentes, discentes e instituições de ensino, têm a responsabilidade e a obrigação legal e ética de seguir a legislação e não podem ser omissos em relação a esta questão “uma vez que podem se tornar réus em processos que em geral envolvem valores monetários altíssimos”.²⁹⁶

Palloff e Pratt destacam que é importante capacitar tanto alunos quanto professores e a todos os envolvidos nas instituições de ensino nas questões de direitos autorais e propriedade intelectual, uma vez que, segundo Morgan e O'Reilly “a maior parte dos plágios ocorre como resultado da ignorância das regras de citação, não sendo algo intencional”²⁹⁷ e recomenda que se adote “uma postura bem intencionada” visto que

[...] os alunos não são trapaceiros por natureza; eles, em geral, plágiam sem saber o que fazem. Adotar uma postura positiva pode reduzir ou eliminar problemas antes de eles começarem, além de ajudar os alunos a aprender como pesquisar.²⁹⁸

Estas autoras indicam ainda que sejam dadas muito mais atenção e orientação aos alunos referente às questões legais relativas à propriedade intelectual e de direitos autorais na medida em que haja progressão no desenvolvimento de cursos e programas on-line. Além disso, o modo como as aulas são ministradas também merece a devida atenção para que haja tranquilidade na questão que acaba de ser abordada.

²⁹⁵ MAIA; MATTAR, 2007, p. 117.

²⁹⁶ MAIA; MATTAR, 2007, p. 117.

²⁹⁷ PALLOFF; PRATT, 2004, p. 129.

²⁹⁸ PALLOFF; PRATT, 2004, p. 130 - 131.

É importante, ainda, um olhar atento para a estrutura das chamadas Universidades Corporativas, criadas por empresas²⁹⁹ com o objetivo de oferecer cursos específicos e pontuais a seus funcionários, a fim de que estes desenvolvam seus talentos e competências, aumentando desta forma a competitividade e melhorando os resultados nos negócios. Além disso, levam em conta os valores e a imagem interna e externa da empresa.

Marisa Eboli, em seu livro *Educação corporativa no Brasil: mitos e verdades*, apresenta um referencial teórico, que compreende “sete princípios de sucesso para a concepção de sistemas de educação corporativa: competitividade, perpetuidade, conectividade, disponibilidade, cidadania, parceria e sustentabilidade”.³⁰⁰

Segundo Eboli, “a Universidade Corporativa surge no final do século XX como o setor de maior crescimento no ensino superior”.³⁰¹ A autora destaca cinco questões que determinaram o surgimento dessas instituições, são elas:

1. Organizações Flexíveis;
2. Era do conhecimento;
3. Rápida obsolescência do conhecimento;
4. Empregabilidade;
5. Educação para estratégia global.³⁰²

A autora ainda destaca que

a realidade mudou, exigindo que todas as pessoas em todos os níveis da empresa tenham bem desenvolvida a capacidade de criar trabalho e

²⁹⁹ Como exemplo de Universidade Corporativa pode-se citar a Universidade Corporativa do Banco do Brasil, Petrobrás, Vale do Rio Doce, Natura, Renner, Embratel, Amil e Correios, entre outras. A partir desta breve lista, pode-se constatar que esse tipo de organização educacional foi/está sendo criada nas mais diferentes áreas e ramos: de bancos ao petróleo, de moda à comunicação e saúde. Além disso, a área tem se desenvolvido tanto, que eventos têm ocorrido com frequência e publicações têm surgido no mercado editorial (Exemplos: BAYMA, Fátima (Org.). *Educação corporativa: desenvolvendo e gerenciando competências*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.; EBOLI, Marisa. *Educação corporativa no Brasil: mitos e verdade*. São Paulo: Gente, 2004.; MEISTER, Jeanne C. *Educação corporativa: a gestão do capital intelectual através das universidades corporativas*. São Paulo, Pearson Makron Books, 1999. e RICARDO, Eleonora Jorge. *Educação corporativa: casos, reflexões e ações em educação a distância*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007).

³⁰⁰ EBOLI, 2004, p. 24.

³⁰¹ EBOLI, 2004, p. 45.

³⁰² EBOLI, 2004, p. 46.

conhecimento organizacional, contribuindo de maneira efetiva para o sucesso dos negócios.³⁰³

O desenvolvimento de talentos humanos é um dos principais objetivos das Universidades Corporativas dentro das empresas.

A não-submissão das Universidades Corporativas à legislação educacional permite a elas um conseqüente não-engessamento de seus sistemas e a não-restrição de seu escopo em função de regulação exagerada.

As Universidades Corporativas são flexíveis, ágeis e de rápida adaptação às demandas mais urgentes.

A flexibilidade em educação também está presente na determinação – OU NÃO – do local onde se pretende que ocorra situações de ensino e aprendizagem. A questão “ESPAÇO FÍSICO” será abordada no sub-capítulo a seguir.

Porém, antes disso, é preciso destacar que Peters, nos materiais estudados, não aborda o tema legislação. Entretanto, na Alemanha, assim como no Brasil, há órgãos e leis que regulam a oferta de cursos na modalidade a distância. A *ZFU – Staatliche Zentralstelle für Fernunterricht*³⁰⁴ (Centro Nacional de Educação a Distância), com sede em Colônia,³⁰⁵ é o responsável pelo acompanhamento das atividades desta área no país. A ZFU tem por objetivos principais³⁰⁶ observar e fomentar o desenvolvimento da EAD, prestar orientações aos estados, estudantes e instituições sobre EAD, divulgar oportunidades e cursos na modalidade a distância, bem como controlar as atividades nesta modalidade. O ZFU também regula questões relativas a taxas escolares,³⁰⁷ definindo valores mínimos para essas taxas.

³⁰³ EBOLI, 2004, p. 46.

³⁰⁴ *ZFU – Staatliche Zentralstelle für Fernunterricht* - Centro Nacional de Educação a Distância. Este centro disponibiliza informações e orientações para estudantes, instituições e interessados em geral nesta modalidade de ensino através de sua página na internet. Disponível em: <<http://www.zfu.de>>. Acesso em: 20 ago. 2009.

³⁰⁵ Contato ZFU: Peter-Welter-Platz 2 - 50676 Köln - Tel.: +49 221 921207 – 0 - Fax: +49 221 921207 – 20 - Email: poststelle@zfu.nrw.de

³⁰⁶ *ZFU – Staatliche Zentralstelle für Fernunterricht*. Disponível em: <<http://www.zfu.de>>. Acesso em: 20 ago. 2009. Tradução livre da autora deste trabalho.

³⁰⁷ O último material publicado neste sentido foi em 2001. *ZFU – Staatliche Zentralstelle für Fernunterricht*. Disponível em: <<http://www.zfu.de/Downloads/Rechtsgrundlagen/PDF/verwaltungsgeuehren130503.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2009.

A legislação também está acessível na WEB.³⁰⁸ A Lei Federal de 1977, que sofreu alterações em 2000 e nova modificação em 2002, que tem por título “Lei de Proteção aos Participantes de Cursos na modalidade a Distância”³⁰⁹ é atualmente válida nos 16 estados Alemães³¹⁰ e garante a qualidade e a credibilidade da EAD naquele país.

Na primeira seção, a mesma traz orientações quanto à contratação de cursos na modalidade em questão, bem como direitos e deveres dos contratantes (estudantes e instituições), a forma e o conteúdo do contrato de aprendizagem a distância, questões relativas à rescisão contratual e conseqüências jurídicas quando da rescisão contratual. A segunda seção é destinada à organização dos cursos a distância: aprovação de cursos por correspondência; ingresso e desligamento de cursos profissionalizantes; cursos profissionalizantes livres, bem como questões relativas à informações publicitárias sobre os cursos além de regulamentação quanto ao papel de representantes e consultores dos cursos a distância. A terceira seção aborda a questão da organização, responsabilização e contravenções em cursos a distância. A quarta e última seção desta lei traz as disposições transitórias e regras finais sobre EAD. As demais questões seguem o código civil alemão.

3.2 Onde? Momentos presenciais são imprescindíveis para a EAD?

Para divulgar seus cursos, as instituições de ensino utilizam motes do tipo “Estude onde estiver”,³¹¹ “EAD: sempre perto de você”,³¹² “EAD UNISC – A sua formação sem limites”³¹³ e “Aqui o seu futuro acontece”³¹⁴ em suas campanhas e peças publicitárias. Apesar destas “chamadas”, os cursos oferecidos, com exceção

³⁰⁸ ZFU – Staatliche Zentralstelle für Fernunterricht. Disponível em: <<http://www.zfu.de/Downloads/Rechtsgrundlagen/HTML/FernUSG>>. Acesso em: 20 ago. 2009.

³⁰⁹ Em Alemão: Fernunterrichtsschutzgesetz – FernUSG.

³¹⁰ Das Land Baden-Württemberg, der Freistaat Bayern, das Land Berlin, das Land Brandenburg, die Freie Hansestadt Bremen, die Freie und Hansestadt Hamburg, das Land Hessen, das Land Mecklenburg-Vorpommern, das Land Niedersachsen, das Land Nordrhein-Westfalen, das Land Rheinland-Pfalz, der Freistaat Sachsen, das Land Sachsen-Anhalt, das Saarland, das Land Schleswig-Holstein und das Land Thüringen. Baden-Wuerttemberg, Baviera, Berlim, Brandemburgo, Cidade Livre Hanseática de Bremen, Cidade Livre e Hanseática de Hamburgo, Hessen, Mecklemburgo-Pomerânia Ocidental, Baixa Saxônia, Renânia do Norte-Vestfália, Renânia-Palatinado, Saxônia, Saxônia-Anhalt, Saarland, Schleswig-Holstein e Turíngia. Tradução livre da autora.

³¹¹ PUCRS

³¹² ULBRA ORBE

³¹³ UNISC

dos cursos livres que, por serem livres, não estão sujeitos a regras e leis, normalmente exigem momentos presenciais.

Uma das premissas da Educação a Distância e que consta na definição do que é esta modalidade de ensino, publicada no Decreto n. 5622/05, é que o processo de ensino e aprendizagem ocorra em tempos e **lugares** distintos:

caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a **mediação didático-pedagógica** nos **processos de ensino e aprendizagem** ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em **lugares ou tempos diversos**.³¹⁵

Marisa Eboli destaca o princípio da disponibilidade para o sucesso das Universidades Corporativas e explicita que é importante para a construção do conhecimento “oferecer e disponibilizar atividades e recursos educacionais de fácil uso e acesso, propiciando condições favoráveis para que os colaboradores realizem a aprendizagem a qualquer hora e **em qualquer lugar**”.³¹⁶

Quanto à necessidade de momentos, eventos e atividades presenciais em cursos a distância, verifica-se a rejeição de pesquisadores e estudiosos da área à implementação desta obrigatoriedade.

Maia e Mattar afirmam que o aluno não tem mais a obrigatoriedade de estar presente fisicamente em um determinado local para aprender. Segundo eles, a aprendizagem dá-se em qualquer lugar.

De acordo com o Informe Digital n. 358, de 07 de maio de 2009, no dia anterior, em 06 de maio de 2009, ocorreu uma Audiência Pública na Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal, para tratar do projeto de lei, n. 0118 de 2004, que buscava assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância. Segundo Marcos Formiga, Vice-Presidente da ABED, que participou desta reunião,

³¹⁴ UNISUL.

³¹⁵ Decreto 5622/05. Dispõe sobre o credenciamento de instituições, públicas e privadas, para oferecer cursos e programas na modalidade de Educação Básica, Profissional Técnica e de nível Superior. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109743/decreto-5622-05>>. Acesso em: 10 ago. 2009.

³¹⁶ EBOLI, 2004, p. 145. Grifo da autora.

a obrigatoriedade de aulas presenciais, em cursos de EAD, significaria um grande retrocesso, se vier a ser aprovada pelo Senado Federal, e sua subsequente homologação transformaria o promissor universo da Educação Flexível em educação inflexível.³¹⁷

O representante da ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância complementou seu discurso salientando que

não discordamos da utilização de momentos presenciais em algumas poucas oportunidades ao longo de um curso de EAD. Mas, a obrigatoriedade contraria toda a prática internacional da bem sucedida experiência em EAD. Ela se consagrou sem a necessidade da prática presencial; daí a essência da natureza da EAD que ao longo de sua experiência de quase dois séculos, progressivamente, se libertou do determinismo de espaço e tempo.³¹⁸

Acrescentando, Formiga chamou a atenção dos demais participantes do Evento ressaltando que

[...] sugerir que a EAD necessita do apoio da educação presencial, simplesmente não corresponde com a literatura científica sobre o tema. Portanto, trata-se de um argumento sofismático, além do fato de que, a obrigatoriedade de aulas presenciais poderá encarecer os custos para o aluno.

O Artigo 207 da Constituição Brasileira assegura às universidades plena autonomia acadêmica, administrativa, e financeira, dispensando a essas instituições "instruções" de como instruir.³¹⁹

Finalizando esse informativo, consta que houve concordância entre as posições externadas pelo Senhor Paulo Alcântara Gomes, Reitor da Universidade Castelo Branco, do Rio de Janeiro, e a ABED e que nenhum dos Senadores que se fizeram presentes mostrou-se favorável à proposta contida no projeto de Lei em questão.

Como expositor, além de Marcos Formiga, representando a ABED, e do Reitor da Universidade Castelo Branco do Rio de Janeiro, Paulo Alcântara Gomes, estava presente o Professor Carlos Eduardo Bielschowsky, Secretário de Educação a Distância do Ministério da Educação – MEC, e, presidindo a Audiência, o Senador Flávio Arns.

³¹⁷ Informe Digital n. 358, 07 mai. 2009. E-mail recebido pela autora em 07 mai. 2009.

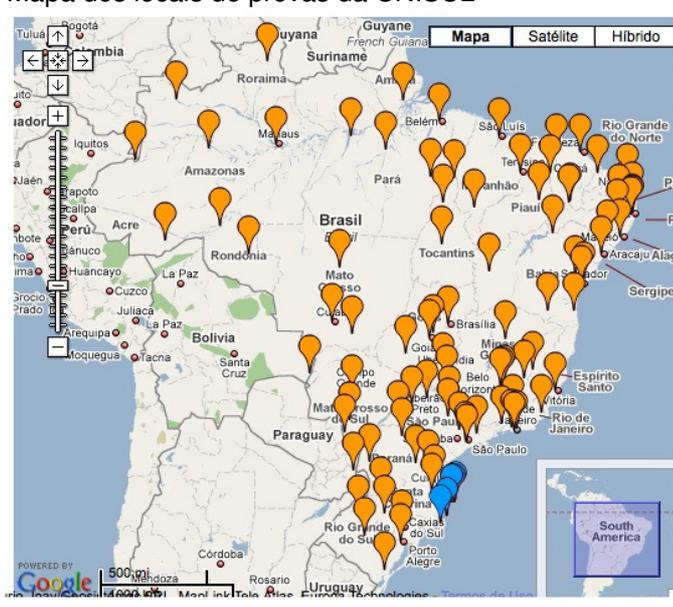
³¹⁸ Informe Digital n. 358, 07 mai. 2009. E-mail recebido pela autora em 07 mai. 2009.

³¹⁹ Informe Digital n. 358, 07 mai. 2009. E-mail recebido pela autora em 07 mai. 2009.

Com a finalidade de aproximar as instituições de Ensino e os estudantes, é que foram criados e são autorizados pelo Ministério da Educação pólos de apoio a cursos a distância.

Para ilustrar essa questão é que o mapa a seguir é reproduzido. Nele, é possível visualizar onde é a sede (em azul) da UNISUL e onde estão localizados seus 96 locais de prova, ou pólos de apoio presencial (em amarelo),³²⁰ locais em que são realizadas as avaliações presenciais, como já exposto, exigência da legislação brasileira da área de EAD.

MAPA 2: Mapa dos locais de provas da UNISUL³²¹



Fonte: Unisul.

³²⁰ No quesito “Avaliação da Aprendizagem”, a Unisul tem o seguinte publicado em sua página na Internet: “*UnisulVirtual: um modelo de universidade virtual que garante **flexibilidade, qualidade, segurança e economia para você estudar a distância.** Estudar na UnisulVirtual significa que você vai precisar se **deslocar** apenas uma vez no final de cada bimestre para fazer as sua provas presenciais, sempre aos sábados. O seu acompanhamento semanal pelos professores tutores é feito pela internet, diretamente no computador que você estiver utilizando, **sem precisar comparecer a um local determinado. Você pode escolher o local e o horário para estudar.** Disponível em:*

<<http://portal2.unisul.br/content/site/auniversidade/campusdaunisulvirtual/locaisdeprovas.cfm>>.

Acesso em: 10 set. 2009. Grifos da autora.

³²¹ Origem: UNISUL - Prof. João Vianney. E-mail recebido em 11 set. 2009. Tb. Disponível em: <<http://portal2.unisul.br/content/site/auniversidade/campusdaunisulvirtual/locaisdeprovas.cfm>>. Acesso em: 10 set. 2009.

Também com o objetivo de proporcionar maior proximidade e a distância entre alunos e professores seja transposta, as instituições de ensino que oferecem cursos na modalidade a distância, através do uso da Internet, utilizam plataformas de ensino, sejam elas proprietárias ou livres, e suas TICs – Tecnologias da Informação e Comunicação.

Quanto à escolha do tipo de plataforma ou LMS (*Learning Management System*)³²² a ser utilizada, há vantagens e desvantagens tanto numas quanto noutras. As Plataformas livres ou “free”, como são conhecidas, não impõem pagamento de taxa de uso, porém a instituição que a adota tem que arcar com as despesas de contratação de profissionais da área da informática para que os mesmos façam a customização da plataforma escolhida, deixando-a com a identidade visual da instituição de ensino que a adota, além de prestarem auxílio e suporte aos professores e alunos que a utilizam. Essas plataformas *free* têm seu código-fonte aberto.³²³

³²² Sistema de Gestão da Aprendizagem. Tradução livre da autora.

³²³ A definição do *Open Source* foi criada pela *Open Source Initiative* (OSI) a partir do texto original da *Debian Free Software Guidelines* (DFSG) e determina que um programa de código aberto deve garantir:

1. Distribuição livre

A licença não deve restringir de nenhuma maneira a venda ou distribuição do programa gratuitamente, como componente de outro programa ou não.

2. Código fonte

O programa deve incluir seu código fonte e deve permitir a sua distribuição também na forma compilada. Se o programa não for distribuído com seu código fonte, deve haver algum meio de se obter o mesmo seja via rede ou com custo apenas de reprodução. O código deve ser legível e inteligível para qualquer programador.

3. Trabalhos Derivados

A licença deve permitir modificações e trabalhos derivados, e deve permitir que eles sejam distribuídos sobre os mesmos termos da licença original.

4. Integridade do autor do código fonte

A licença pode restringir o código fonte de ser distribuído em uma forma modificada apenas se a licença permitir a distribuição de arquivos patch (de atualização) com o código fonte para o propósito de modificar o programa no momento de sua construção. A licença deve explicitamente permitir a distribuição do programa construído a partir do código fonte modificado. Contudo, a licença pode ainda requerer que programas derivados tenham um nome ou número de versão diferentes do programa original.

5. Não discriminação contra pessoas ou grupos

A licença não pode ser discriminatória contra qualquer pessoa ou grupo de pessoas.

6. Não discriminação contra áreas de atuação

A licença não deve restringir qualquer pessoa de usar o programa em um ramo específico de atuação. Por exemplo, ela não deve proibir que o programa seja usado em uma empresa, ou de ser usado para pesquisa genética.

7. Distribuição da Licença

Os direitos associados ao programa devem ser aplicáveis para todos aqueles cujo o programa é redistribuído, sem a necessidade de uma licença adicional para estas partes.

8. Licença não específica à um produto

Já as Plataformas proprietárias, quando contratadas, disponibilizam sua customização, bem como serviços de apoio e suporte a seus usuários, sejam eles docentes ou discentes. O valor pago normalmente é de acordo com o número de acessos (*login* e senha) às mesmas.

Além da customização, as plataformas exigem certas habilidades e competências para que os conteúdos sejam disponibilizados nas mesmas. Isso também é tarefa do suporte da área de informática, seja ele contratado diretamente pela instituição de ensino ou disponibilizado pela empresa que é a fornecedora da ferramenta escolhida.

Outra questão para a qual também é necessário o domínio de habilidades e competências da área da informática é a elaboração dos conteúdos didáticos a serem oferecidos através da plataforma eleita. Esta atividade normalmente é realizada por uma equipe de profissionais de mais de uma área de conhecimento, ou seja, além daquela pessoa que domina o conteúdo a ser trabalhado (o chamado Professor Conteudista), é necessário o auxílio de Pedagogos, Designers Instrucionais e Web Designers, por exemplo, para que o material apresentado seja de fácil e intuitiva navegação.

Muitas instituições de ensino superior decidiram pela criação de plataformas de ensino próprias, por receio de perderem a autonomia e o controle sobre “seus” materiais, conteúdos e acessos. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por exemplo, tem duas plataformas desenvolvidas “dentro de seus muros”, a plataforma RODA (Rede Cooperativa de Aprendizagem) e o NAVI (Núcleo de Aprendizagem Virtual); a Universidade do Vale do Rio dos Sinos desenvolveu o AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) e, a Centro Universitário Feevale, o Virtuale (Ambiente

Os direitos associados ao programa não devem depender que o programa seja parte de uma distribuição específica de programas. Se o programa é extraído desta distribuição e usado ou distribuído dentro dos termos da licença do programa, todas as partes para quem o programa é redistribuído devem ter os mesmos direitos que aqueles que são garantidos em conjunção com a distribuição de programas original.

9. Licença não restrinja outros programas

A licença não pode colocar restrições em outros programas que são distribuídos juntos com o programa licenciado. Isto é, a licença não pode especificar que todos os programas distribuídos na mesma mídia de armazenamento sejam programas de código aberto.

10. Licença neutra em relação a tecnologia

Nenhuma cláusula da licença pode estabelecer uma tecnologia individual, estilo ou interface a ser aplicada no programa.

Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%B3digo_aberto>. Acesso em: 18 ago. 2009.

Virtual de Aprendizagem). Destaca-se, porém, que todas elas também desenvolvem atividades em cursos oferecidos na modalidade a distância utilizando a plataforma MOODLE³²⁴.

Dentre as Instituições de Ensino Superior da região metropolitana de Porto Alegre que optaram por utilizar plataformas proprietárias, tem-se a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, que iniciou suas atividades utilizando o WEBCT (*Web Course Tools*, desenvolvido pela *Blackboard*, com sede em *Washington*, Estados Unidos da América), mas que, aos poucos, tem migrado para a utilização da plataforma MOODLE (*Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment*, idealizado pelo australiano Martin Dougiamas), que é *free*, e a Universidade Luterana do Brasil, que inicialmente utilizou a plataforma criada e comercializada pela brasileira Web Aula, mas que, a partir da criação de sua própria plataforma, passou a utilizá-la.

A Universidade Estadual do Rio Grande do Sul é um exemplo de Instituição de Ensino Superior que, desde a sua criação, utiliza plataformas *free*. Inicialmente utilizou o TELEDUC (Ambiente para a criação, participação e administração de cursos na web, desenvolvido pela Universidade Estadual de Campinas), e, mais recentemente, passou também a utilizar a plataforma MOODLE.

Também a UNILASALLE, que iniciou seu processo de oferta de cursos na modalidade a distância utilizando o TELEDUC optou por, paulatinamente, utilizar também a plataforma MOODLE, ambas *free*.

Importante, ainda salientar que foi pactuado entre os desenvolvedores de plataformas de ensino que o SCORM³²⁵ é o padrão a ser utilizado por todos eles,

³²⁴ Destaca-se que também a PUCRS VIRTUAL e a EST também vêm utilizando esta plataforma de ensino.

³²⁵ **Sharable Content Object Reference Model (SCORM)** é uma coleção de padrões e especificações para e-learning baseado na web. A norma SCORM define comunicações entre o conteúdo do lado do cliente e um host/anfitrião chamado de ambiente de execução (comumente uma função de um LMS (Learning Management System - Sistema de Gerenciamento de Aprendizado)). SCORM também se define como o conteúdo que pode ser compactado em um arquivo de transferência (ZIP). Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/SCORM>>. Acesso em: 17 ago. 2009.

para que a migração de conteúdos de uma plataforma para outra seja possível e viável³²⁶.

Outro exemplo de exigência de momentos presenciais é o que a UAB – Universidade Aberta do Brasil tem publicado em sua página na Internet e já citado no segundo item da página 123, item 3.1., ou seja, “[...] Prevê a obrigatoriedade de momentos presenciais e os níveis e modalidades educacionais em que poderá ser ofertada”³²⁷ que também destaca a necessidade de obrigatoriedade de atividades presenciais para cursos na modalidade a distância.

Além dessas questões, cabe aqui retomar o que abordamos no capítulo 1, item 1.4.6, páginas 49 a 52 desta tese, ou seja, a chamada distância transacional, conceito de Moore que Peters destaca em sua obra e que apregoa que, quanto menos diálogo um curso proporcionar e menos estruturado o mesmo tiver, maior será a distância transacional, ou seja, maior será a distância entre o aluno, o curso e o docente, enquanto que, no outro extremo, quanto mais possibilidade de diálogo, de interação um curso oferecer e quanto menor for a estrutura (e o conseqüente “engessamento”) do mesmo, menor será a distância e maior será a autonomia do estudante.

Como é possível constatar também a partir desta breve exposição, realmente não há unanimidade quanto à necessidade da existência de atividades presenciais ou não em cursos na modalidade a distância. Peters destaca que os estudantes alcançam seu nível máximo de autonomia,

quando objetivos e caminhos do ensino são determinados por eles [pelos estudantes - acréscimo da autora], o controle do ensino é feito por eles e quando nesse ensino não são limitados nem por diálogos, tampouco por estruturas preestabelecidas, como, por exemplo, num auto-estudo particular.³²⁸

Da leitura e análise feita do texto de Peters, é possível depreender que momentos formais presenciais não são de fundamental importância e necessidade,

³²⁶ Informação obtida do Sr. Wilson Cypriano, em apresentação das funcionalidades da plataforma desenvolvida e comercializada pela Web Aula eu reunião no dia 14 de agosto de 2009.

³²⁷ Disponível em http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=87:decreto-no-5622--19122006-decreto&catid=48:legislacao&Itemid=37. Acesso em: 10 ago. 2009.

portanto, imprescindíveis para o sucesso de atividades de ensino e aprendizagem em cursos na modalidade a distância.

Entretanto, Peters também deixa claro que essa distância deve ser estabelecida “de acordo com as exigências de cada uma das situações educativas e de aprendizagem”,³²⁹ ou seja, cada projeto de curso exigirá de seus coordenadores a análise criteriosa e a definição do quanto de diálogo e do quanto de rigidez estrutural um determinado curso terá que empregar para que os alunos atinjam os objetivos do mesmo e o conseqüente sucesso ao realizá-lo.

E, ao abordar o termo autonomia, chega-se a outra questão importante e de grande relevância para a Educação a Distância, ou seja, para quem “serve”, para quem é esta modalidade de ensino. Quais as características, que habilidades, que competências esse tipo de aluno tem que ter desenvolvidas? Este tema será o cerne do próximo sub-capítulo.

3.3 Para quem? Quem é o Aluno de Cursos a Distância?

A Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988, a lei maior que rege toda a sociedade brasileira, afirma, em seu artigo 6º, que a Educação é um dos direitos sociais de todos os cidadãos brasileiros.

Em seu artigo 205, apregoa que

A educação, direito de **todos** e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.³³⁰

³²⁸ PETERS, 2001, p. 65.

³²⁹ PETERS, 2001, p. 65.

³³⁰ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 10 ago. 2009. Grifo da autora.

Como já abordado, abaixo da Constituição Federal, e sujeita a ela, está a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei 9394/96,³³¹ onde consta, no Art. 2º, que a educação é “dever da família e do Estado”.

No Art. 4º, tem-se a garantia de que a educação é dever do Estado. Isso pode ser constatado com a consulta ao texto da lei:

Art. 4º - O **dever do Estado** com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII - atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

IX - padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem;

X - vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade.³³²

Além disso, tem-se, no Art. 5º que:

Art. 5º O acesso ao ensino fundamental é **direito público subjetivo**, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo.³³³

³³¹ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 29 jan. 2007.

³³² PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 29 jan. 2007. Grifo da autora.

³³³ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 29 jan. 2007. Grifo da autora.

Especificamente sobre a Educação a Distância, a LDB de 1996 afirma, em seu artigo 80, que “o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”.

Seguindo uma breve e pontual análise da mesma Lei, no Art. 32, parágrafo 4º, tem-se que a EAD, em situações emergenciais, pode ser ofertada no Ensino Fundamental; no Art. 36, não está explícito, mas deixa aberta a possibilidade de EAD para o Ensino Médio; no Art. 40 para a Educação Profissional; no Art. 41, tem-se a EAD para a certificação de estudos; o Art. 47 prevê a EAD para o Ensino Superior; no art. 59 tem-se a possibilidade de oferta de EAD para educandos com necessidades especiais; no Art. 61, a EAD está presente na capacitação em serviço; no Art. 67, EAD para o aperfeiçoamento profissional continuado para profissionais da Educação e, no Art. 87, parágrafo 3º EAD para EJA e capacitação para professores em exercício.

Em síntese, a possibilidade de acesso à educação na modalidade a distância no Brasil, que é a modalidade abordada nesta tese, está “posta”, disponível para todas as pessoas, porém são poucas as discussões e orientações quanto ao perfil do aluno desta modalidade.

Palloff e Pratt, em seu livro *O aluno virtual: um guia para trabalhar com estudantes on-line*, apresentam o perfil do aluno virtual. Segundo elas,

tem-se como um fato dado que os alunos que estudam on-line são adultos, pois essa espécie de aprendizagem, que se dá em qualquer lugar e a qualquer hora, permite-lhes continuar trabalhando em turno integral sem deixar de também dar atenção à família.³³⁴

Elas complementam, ainda, logo no início do primeiro capítulo de seu livro que “cerca de 60% de pessoas de todas as raças participaram de tais cursos. E, divulgando estatísticas, afirmam que

em 13 de dezembro de 1999, 65% das pessoas com menos de 18 anos haviam ingressado em um curso on-line, o que indica a popularidade crescente dos cursos virtuais de ensino médio. Cinquenta e sete por cento

³³⁴ PALLOFF; PRATT, 2004, p. 23.

dos alunos universitários considerados tradicionais, com idade entre 19 e 23 anos, também ingressaram em tais cursos. Cinquenta e seis por cento das pessoas com idade entre 24 e 29 anos matricularam-se, e o índice de pessoas com mais de 30 anos que fizeram o mesmo foi de 63%.³³⁵

Além disso, segundo as autoras, não há grandes diferenças entre o número de homens e de mulheres que realizam tais cursos, ou seja, questão do gênero não é decisivo para a realização ou não um curso a distância.

Palloff e Pratt ainda caracterizam os alunos on-line de acordo com o tipo de acesso e habilidades que eles possuem, descrevem como deve ser realizada a abertura dos cursos para esses alunos, como deve ser a comunicação para com os mesmos e apresentam técnicas para estimular o comprometimento, a colaboração e a reflexão, bem como para trabalhar a flexibilidade.

Essas autoras ainda listam características que devem estar presentes nos alunos on-line, quando estes participam de uma comunidade. São elas:

- Abertura em relação a detalhes de sua vida;
- Flexibilidade e humor;
- Honestidade;
- Responsabilidade pela formação da comunidade;
- Desejo de trabalhar em conjunto.³³⁶

A partir desta relação de características, habilidades e competências que os alunos on-line devem ter, acredita-se que, de fato, Educação a Distância é uma modalidade oferecida a todas as pessoas, porém nem todas as pessoas têm o perfil para serem alunos de cursos da modalidade.

Palloff e Pratt chamam a atenção para o fato de que há diferenças de estilos de aprendizagem entre os alunos e afirmam que

à medida que adquirimos maior experiência no curso on-line, descobrimos que nem tudo serve para todos os alunos. Assim, prestar atenção à diversidade quando se projeta e elabora um curso é algo que, sem dúvida, auxilia todos os alunos a atingir seus objetivos de aprendizagem.³³⁷

³³⁵ PALLOFF; PRATT, 2004, p. 23.

³³⁶ PALLOFF; PRATT, 2004, p. 41-45.

³³⁷ PALLOFF; PRATT, 2004, p. 49.

Além disso, elas afirmam que as diferenças culturais, de gênero, geográficas, de religião e espiritualidade e de alfabetização, esta como competência lingüística, bem como os diferentes tipos de deficiência devem ser considerados quando da elaboração de cursos na modalidade a distância.

Citando Strong e Harmen, Palloff e Pratt listam que

[...] os alunos procuram o seguinte em um programa de educação a distância: um programa baseado na capacidade de atender às necessidades educacionais de alunos não-tradicionais; foco no aluno, e não no professor; bom custo-benefício; tecnologia confiável, de fácil navegação e transparente para o usuário; níveis adequados de informação e de interação humana.³³⁸

As autoras alertam ainda para o fato de nem todos os alunos virtuais terem desenvolvida a capacidade de agir de forma independente e que, quando isso ocorrer, o professor é que deve “indicar-lhes o que fazer para se tornarem mais autônomos”.

Outro limitador é a questão da falta de acesso de grande parte da população tanto à educação formal, quanto a cursos na modalidade a distância, principalmente àqueles que utilizam as novas Tecnologias da Informação e Comunicação, além do analfabetismo digital. “O mundo percebe hoje um dos maiores obstáculos para a expansão das novas tecnologias. Trata-se de um novo tipo de exclusão, não mais baseado no acesso aos alimentos, terra ou letras. Mas a exclusão digital”.³³⁹

Ainda segundo o Jornal A Página da Educação de Portugal,

o analfabeto de ontem era o iletrado, não conhecedor do alfabeto. Caso o cidadão lesse uma linha ou escrevesse seu próprio nome já não era reconhecido como tal. [...] E o analfabeto de hoje é aquele indivíduo que mesmo sabendo ler não consegue interpretar texto, ou seja, não entende o que leu. Isso muda drasticamente o cenário de muitos países, sobretudo o Brasil cujo ensino não prevalece a leitura, a abstração e o pensamento.³⁴⁰

Essa grande massa da população é que pode (e deve) ser atendida pela modalidade de ensino a distância.

³³⁸ PALLOFF; PRATT, 2004, p. 73 – 74.

³³⁹ Disponível em: <<http://www.apagina.pt/arquivo/Artigo.asp?ID=3215>>. Acesso em: 25 ago. 2009.

³⁴⁰ Disponível em: <<http://www.apagina.pt/arquivo/Artigo.asp?ID=3215>>. Acesso em: 25 ago. 2009.

Rosilene Horta, da Universidade Federal de Minas Gerais, em artigo intitulado como “A Educação a Distância diante da Exclusão Digital no Brasil”, de maio de 2007, apresenta as funções sociais da educação a distância no país “em processo de ampliação quantitativa do uso da EAD e de inclusão social e apropriação das tecnologias informacionais por setores populares”³⁴¹ e destaca que há “contradições entre educação, educação à distância, novas tecnologias da informação e comunicação (TIC) e a problemática da *exclusão social-digital-educacional*”.³⁴²

O texto da autora conclui que

[...] se as estruturas sociais, mundial e brasileira, se mantêm como estão não é possível que se produza uma mudança estrutural da técnica ou a *conexão em massa*; ficando ao mesmo tempo condicionados os limites para a ampliação também quantitativa da EAD no Brasil, assim como, por seu intermédio, de processos de inclusão social.³⁴³

A partir das leituras pelas “lentes” acima apresentadas, é possível deduzir que grande é o número de possíveis potenciais usuários de cursos na modalidade a distância, desde que suas peculiaridades sejam observadas, suas necessidades respeitadas e as condições mínimas de acesso sejam disponibilizadas e/ou propiciadas.

Maia e Mattar destacam que “são necessárias também a seleção e a integração entre meios de comunicação em função das características dos alunos e do conteúdo a ser ministrado”³⁴⁴ e afirmam que “[...] métodos como manuais de auto-estudo, gravações de áudio e vídeo, correio, teleconferências, audioconferências e conferências pelo computador podem ser usados e combinados para procurar diminuir a distância transacional”.³⁴⁵

Peters chama a atenção ainda para o fato de que os alunos passam a ser os atores principais nos cursos a distância, uma vez que “os estudantes trabalham em relativo isolamento dos outros e que todas atividades na aquisição de conhecimento

³⁴¹ HORTA, Rosilene. *A educação a distância diante da exclusão digital no Brasil*. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2007/tc/52200732540PM.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2009.

³⁴² HORTA, 2009.

³⁴³ HORTA, 2009.

³⁴⁴ MAIA; MATTAR, 2007, p. 16.

têm que, e devem, ter início neles mesmos”³⁴⁶. O autor complementa ainda que “Desta forma, suas condições individuais (motivação, interesses, necessidades, inteligência, conhecimento prévio, atitudes, *background* social) atuam sem restrições”.³⁴⁷

O autor alemão lista 12 fatores que podem influenciar no complexo processo de aquisição de conhecimento através de cursos a distância, são eles:

- Motivação e interesse
- Conhecimento anterior relevante
- Situação biográfica
- Objetivos do conhecimento e da aprendizagem
- Estruturação da informação identificada (fatos, conceitos, procedimentos, princípios)
- Construção em vez de simplesmente assumir resultados
- Possibilidades de transferência e aplicação (referência à atividade)
- Integração em estruturas existentes de conhecimento
- Inserção no aqui agora (localizar e colocar em um contexto temporal)
- Inserção nos contextos social e cultural
- Teste de validade
- Possibilidade de apresentação eficaz do novo conhecimento.³⁴⁸

A partir desta relação de fatores, depreende-se que as inúmeras questões envolvidas no processo dizem respeito diretamente ao perfil do estudante de educação a distância e que, dependendo deste perfil, a modalidade de ensino será ou não benéfica e positiva para ele.

Assim como tem que haver mudança de atitudes quando o trabalho com educação a distância é iniciado, também novas competências devem ser desenvolvidas para que o conhecimento seja construído. Onde antes havia o formalismo, agora há a complexidade e a flexibilidade. Onde havia uma programação determinada, tem-se o desenvolvimento da capacidade de aprender e o não-determinismo.

Conforme já citado na página 55 desta tese, Otto Peters destaca que, através do “diálogo, o falar torna-se uma ação social, na leitura isolada de material

³⁴⁵ MAIA; MATTAR, 2007, p. 16-17.

³⁴⁶ PETERS, 2003, p. 379.

³⁴⁷ PETERS, 2003, p. 379.

³⁴⁸ PETERS, 2003, p. 382.

didático impresso”³⁴⁹ o mesmo não acontece. Para o autor, o diálogo é pedagogicamente de suma importância para o processo de ensino e aprendizagem, uma vez que, através dele há a ligação íntima entre ação, linguagem e pensamento, permitindo, desta forma, que haja o desenvolvimento individual e social do ser humano e, também, a promoção da autonomia dos sujeitos envolvidos neste processo.

Segundo o autor alemão, “pessoas que estudam autonomamente não são mais objetos, mas, sim, **sujeitos do processo ensino-aprendizagem**”,³⁵⁰ podendo escolher, portanto, o que fazer, como agir, para onde ir. É a liberdade tão importante e fundamental para os atos de aprender e ensinar, destacado por Teixeira, no artigo “O Significado da Liberdade de Aprender e Ensinar”.³⁵¹

Acredita-se que através da oferta mais ampla de cursos na modalidade a distância, o país terá a possibilidade de ter um número muito maior de cidadãos escolarizados. E com isso, aumentar a escolarização de sua população e, conseqüentemente, atingir patamares de desenvolvimento social, cultural e econômico também maiores.

A seguir, serão abordados alguns motivos que levam instituições de ensino e empresas a oferecerem cursos na modalidade a distância e o que leva os alunos a buscarem este tipo de formação.

3.4 Por quê? Que motivos levam as Instituições de Ensino e Empresas a oferecerem cursos na modalidade a distância? O que fazem os alunos procurarem por cursos a distância?

Diversos são os modelos de educação a distância³⁵² oferecidos pelas inúmeras instituições de ensino. A questão que se sobrepõe é o motivo que leva as Instituições de Ensino Superior e as áreas de Treinamento e Desenvolvimento das empresas, que criaram as Universidades Corporativas, a saírem de uma “situação de conforto”, que é o domínio das metodologias, didáticas e práticas do ensino

³⁴⁹ PETERS, 2001, p. 80.

³⁵⁰ PETERS, 2001, p. 95. Grifo da autora.

³⁵¹ TEIXEIRA, Gilberto. *O significado da liberdade de aprender e ensinar*. Disponível em: <<http://www.serprofessoruniversitario.pro.br/ler.php?modulo=19&texto=1181>>. Acesso em: 02 jul. 2007.

presencial, e se aventurarem a atuar nesta “nova” seara que é a do ensino na modalidade a distância.

Peters destaca que, com o uso do rádio e da TV consciente e integradamente à educação, na década de 1970, observou-se um grande desenvolvimento da EAD. Ele destaca o interesse crescente por esta modalidade como uma “forma atraente e popular de ensino e aprendizagem”,³⁵³ tornando-a muito necessária. Além disso, o autor afirma que

há ainda outro indicador da importância cada vez maior da educação a distância [...]: uma grande demanda, ainda crescente, por esta forma em particular de educação. Governos, empresas comerciais, universidades, igrejas em empresas supranacionais ficaram ansiosas para introduzi-la e implementá-la, para ela.³⁵⁴

Ele acrescenta impressionado que “a maior demanda é por parte dos alunos”³⁵⁵ que, “ [...] estão correndo para se matricular em instituições de ensino a distância, especialmente universidades, por todo o mundo”.³⁵⁶

O autor profetiza que,

com o tempo, a maioria das universidades tradicionais vai complementar seus métodos de ensino e aprendizagem incluindo técnicas de educação a distância. [...] várias, ou mesmo um grande número de universidades vão cooperar e formar consórcios especiais. [...] haverá uma grande expansão de cursos [...] oferecidos pelas universidades convencionais, especialmente para propósitos de educação continuada.³⁵⁷

Peters ressalta que as mudanças rápidas e dramáticas que vêm ocorrendo nos processos educacionais são fruto da pressão de várias forças tecnológicas, sociais e econômicas e destaca, dentre elas,

o surgimento do aluno adulto que trabalha, a aprendizagem aberta, o aumento do número de alunos, novos tipos de alunos, inclusive alunos capazes mas mal preparados e deixados de lado, as cambiantes funções, conteúdos e estrutura pedagógica da educação superior, comercialismo,

³⁵² Sobre os diferentes modelos de educação a distância possíveis, ver item 1.6.

³⁵³ PETERS, 2003, p. 34.

³⁵⁴ PETERS, 2003, p. 35.

³⁵⁵ PETERS, 2003, p. 35.

³⁵⁶ PETERS, 2003, p. 35.

³⁵⁷ PETERS, 2003, p. 39.

globalização e competição com outros provedores de recursos intelectuais.³⁵⁸

A partir do exposto, tem-se a sinalização para a amplitude que terá a modalidade de ensino a distância no mundo futuramente. Isso tudo faz com que o interesse de quem quer oferecer cursos na modalidade a distância aumente e, da mesma forma, faça crescer, também, o interesse daqueles que utilizarão esta modalidade de ensino e dela se beneficiarão.

Sílvia Fichmann, da Escola do Futuro da USP, introduz seu artigo “Educação Formal Básica/Fundamental e a EAD” com as seguintes palavras: “a educação em nosso país está em crise confirmada pelas últimas pesquisas realizadas e que apontam o baixo aproveitamento dos alunos que freqüentam as escolas públicas brasileira”.³⁵⁹

É possível deduzir, da citação acima, que algo tem que ser feito para que o aproveitamento desses alunos que estão na idade escolar aumente e, aumente conseqüentemente, a qualidade de suas formações.

Na tentativa de sanar tais lacunas, tem-se o exemplo da Fundação Bradesco,³⁶⁰ cujas propostas pedagógicas

[...] levam em conta as reflexões contemporâneas, o que conduz à implantação de infra-estruturas que utilizam avanços tecnológicos associados aos recursos das regiões onde estão as 40 escolas. Há uma preocupação constante [...] com a inovação e com a busca permanente de novas tecnologias que permitam o aprimoramento do processo educacional em uma era de mudança permanente.³⁶¹

³⁵⁸ PETERS, 2003, p. 42.

³⁵⁹ FICHMANN, Sílvia. A educação formal básica/fundamental e a EAD. In: LITTO, Fredric; FORMIGA, Marcos (Org.). *Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 172.

³⁶⁰ “A Fundação Bradesco é uma instituição sem fins lucrativos que, há 50 anos, oferece educação básica, educação profissional, EJA e EAD [...] mais de 100 mil alunos são atendidos anualmente nas suas 40 escolas localizadas em comunidades carentes de todo o país”. MARCUSSO, Nivaldo Tadeu. EAD e tecnologia no ensino médio. In: LITTO, Fredric; FORMIGA, Marcos (Org.). *Educação a Distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 184.

³⁶¹ MARCUSSO, 2009, p. 184

Regina Maria de Fátima Torres informa que o SEBRAE, “por meio da EAD pela Internet, tem oferecido condições técnicas, atitudinais e conceituais que facilitam o desenvolvimento das competências necessárias”³⁶² de seus alunos.

O SENAI justifica o emprego de EAD, segundo Torres, em “função de uma série de fatores”,³⁶³ dentre elas a possibilidade e necessidade de atualização constante de conteúdos e do trabalho educacional em si,

as transformações espaciais na localização das indústrias no país, com uma tendência a abandonar os grandes centros, interiorizando atividades [...]; a ampliação de oportunidades de formação com a desejada articulação entre o mundo da educação e o mundo do trabalho,³⁶⁴

aliados à missão das instituições de educação profissional, que é preparar as pessoas para o trabalho e para o exercício da cidadania.

Além destas instituições apresentadas, pode-se destacar também o empenho do SENAC, que, através de transmissões satelitais

veicula programas educativos e tem pontos de interatividade em todas as unidades do sistema SENAC, incluindo suas escolas sobre rodas e balsas-escola. Em março de 2002, a rede foi ampliada para mais de 400 pontos de recepção.³⁶⁵

Também o Instituto Monitor, cujos cursos a distância inicialmente tinham por objetivo o preparo de pessoas moradoras tanto dos grandes centros urbanos como de localidades de difícil acesso, “capacitando-os para oferecer a necessária assistência técnica”.³⁶⁶

Maia, no artigo “Educação pelo trabalho – *work based learning*” informa que a quantidade de adultos que trabalham e que não têm formação superior é muito grande e que “essa falta de profissionais qualificados gera; uma defasagem muito

³⁶² TORRES, Regina Maria de Fátima. EAD no ensino profissionalizante. In: LITTO, Fredric; FORMIGA, Marcos (Org.). *Educação a Distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 196.

³⁶³ TORRES, 2009, p. 197.

³⁶⁴ TORRES, 2009, p. 197.

³⁶⁵ TORRES, 2009, p. 197.

³⁶⁶ TORRES, 2009, p. 196.

grande entre o Brasil e os países emergentes, já que a educação é fator preponderante de competitividade entre as nações”³⁶⁷ e complementa que

[...] as forças de trabalho brasileiras estão muito aquém do desejado, tanto em quantidade quanto em qualidade, para atender às demandas de crescimento da economia. No entanto, são inúmeros os profissionais que já se encontram no mercado de trabalho, com uma vasta experiência profissional, mas que não possuem um curso superior.³⁶⁸

Maia salienta, na conclusão deste artigo, a urgência na atualização de oferta de cursos que as universidades têm, em função das necessidades das novas gerações, daqueles que irão ingressar no ensino superior e complementa que

é preciso que a universidade cumpra seu papel de produtora e multiplicadora de conteúdos e ofereça o maior número de possibilidades e oportunidades para que os alunos não se sintam desmotivados a frequentar um curso superior.³⁶⁹

A autora conclui seu texto destacando que é de fundamental importância a inovação por parte das instituições que oferecem ensino superior, através da oferta de novas alternativas e metodologias de aprendizagem e do emprego das novas TICs, uma vez que, desta forma atenderiam “às necessidades de formação e qualificação acadêmica de adultos trabalhadores no Brasil”.³⁷⁰

Maia e Mattar publicaram em seu livro *O ABC da EAD*, de 2007, estatísticas com o número de brasileiros matriculados em cursos na modalidade a distância. O mesmo chegou a 2.279.070, segundo dados do ano de 2006, do ABRAED 2007, sendo que 778.458 alunos eram de Instituições autorizadas e de cursos credenciados pelo Sistema de Ensino. A Oi Futuro (Instituto Telemar) era responsável por 515.000, Educação Corporativa e Treinamentos por 306.858, o SEBRAE por 300.000, enquanto que os demais 378.754 alunos estavam distribuídos entre a Fundação Bradesco (88.981), o Governo do Estado de São Paulo (85.470), o

³⁶⁷ MAIA, Marta. Educação pelo trabalho – *work based learning*. In: LITTO, Fredric; FORMIGA, Marcos (Org.). *Educação a Distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 202.

³⁶⁸ MAIA, 2009, p. 202.

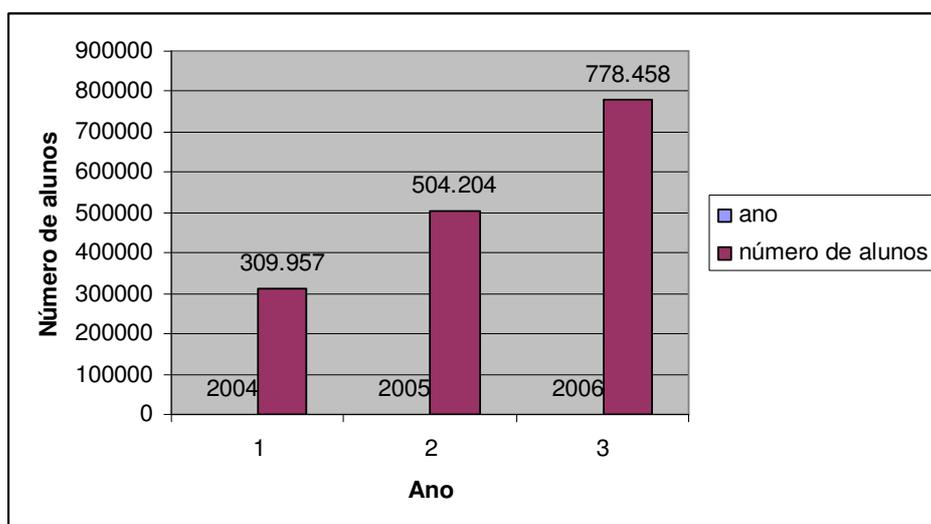
³⁶⁹ MAIA, 2009, p. 207.

³⁷⁰ MAIA, 2009, p. 207.

SENAC (73.000), a Secretaria Especial de Educação a Distância do MEC (50.872), CIEE (33.771), a Brasil Telecom (30.934), a Vale do Rio Doce (12.726), e a Fundação Roberto Marinho (3.000).³⁷¹

Na mesma obra, os autores destacam o crescimento entre os anos de 2004 e 2006 do número de alunos de cursos na modalidade a distância.³⁷² Esse crescimento equivale a um aumento de mais de 60% entre 2004 e 2005 e mais de 50%, no período seguinte (2005-2006) e, considerando o intervalo todo analisado, ou seja, de 2004 a 2006, tem-se o fenomenal aumento de 151% no número de cursos na modalidade a distância no Brasil.

GRÁFICO 2: Crescimento do número de alunos de EaD entre 2004 e 2006

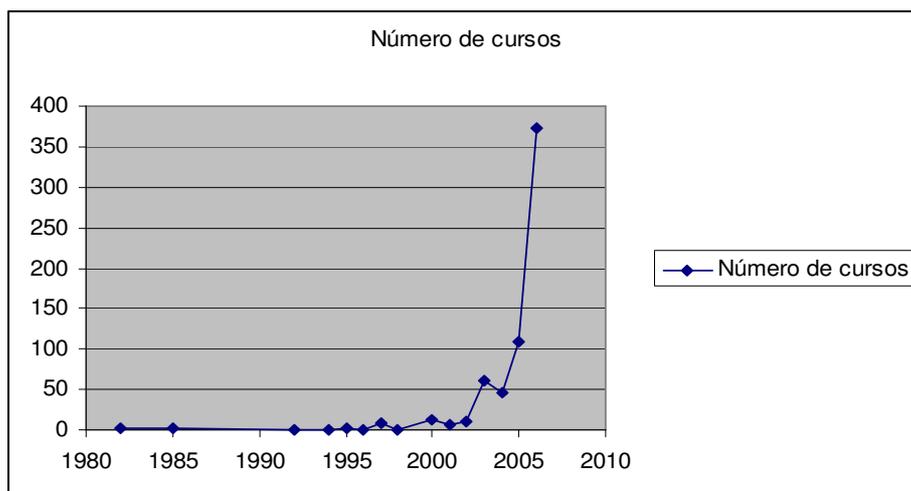


Fonte: HICKEL, Pesquisa EAD, 2008.

Outro dado de grande relevância para esta análise que vem sendo realizada nesta tese é o crescimento do número de cursos lançados por ano. As informações apresentadas são do período que compreende os anos de 1982 e 2006, um período de 24 anos, portanto.

³⁷¹ MAIA; MATTAR, 2007, p. 33.

³⁷² MAIA; MATTAR, 2007, p. 33.

GRÁFICO 3: Crescimento do número de cursos lançados entre 1983 e 2006

Fonte: HICKEL, Pesquisa EAD, 2008.

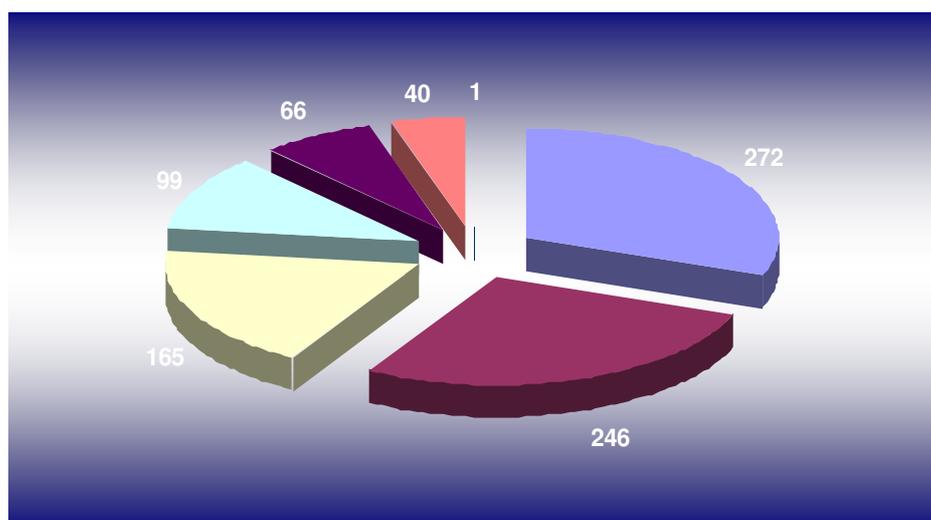
Fazendo a análise deste gráfico e dos dados que o geraram, observa-se que, até os anos 2000, tem-se um número muito reduzido de cursos na modalidade a distância, variando entre um, dois e nove cursos novos sendo lançado por ano. A partir de 2000, o número de cursos oferecidos nesta modalidade deu um salto para 12, 7, 10, 61, 46, 108, chegando a 373 em 2006.

Entre o primeiro ano apresentado (1982) e o último (2006), constata-se o aumento de praticamente 190 vezes.

Outra informação importante desta obra é a distribuição por tipo de curso, a saber, de um total de 889 cursos na modalidade a distância, 272 eram de Extensão/Aperfeiçoamento/Qualificação; 246, de Pós-Graduação (lato sensu); 165, de graduação; 99, EJA; 66 Técnico; 40, Tecnólogo e Complementação Pedagógica e 1 de Mestrado.³⁷³

O Gráfico a seguir ilustra essa realidade:

³⁷³ MAIA e MATTAR, 2007, p. 34.

GRÁFICO 4: Distribuição dos cursos na modalidade a distância por tipo de curso

Fonte: HICKEL, Pesquisa EAD, 2008.

Depreende-se do até aqui exposto, que a oferta de cursos na modalidade a distância, seja na educação básica ou no ensino superior, é uma necessidade que o mercado, que a sociedade brasileira apresenta.

Segundo Bernardo Kipnis, no artigo “Educação Superior a distância no Brasil: tendências e perspectivas,

[...] podemos considerar o momento atual como um período de transição da revolução tecnológica iniciada na década de 1970 até a entrada no século XXI, com maior clareza sobre não somente a necessidade de mudanças, mas também quanto a seu direcionamento.³⁷⁴

Com tantas mudanças ocorrendo na sociedade, nas relações entre as pessoas, nas tecnologias da informação e comunicação e no mercado de trabalho, não há motivos para que as instituições de ensino se isolem e não entrem em sintonia com o cotidiano das pessoas, atendendo a suas necessidades de educação e formação profissional e acadêmica.

³⁷⁴ KIPNIS, Bernardo. Educação superior a distância no Brasil: tendências e perspectivas. In: LITTO, Fredric; FORMIGA, Marcos (Org.). *Educação a Distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 209.

Kipnis apresenta dados do ensino superior referentes ao ano de 2006 e destaca que “a oferta de cursos superiores na modalidade de EAD cresceu 571 por cento entre 2003 e 2006, passando de 52 para 349 cursos”.³⁷⁵

Porém, o autor alerta para o controle governamental. Segundo ele, “o poder centralizador e controlador do Estado brasileiro pode limitar nosso avanço e com isso perdermos o potencial competitivo, no qual uma diferença de dois ou três anos pode ser crucial”.³⁷⁶

Em cursos de pós-graduação a EAD tem encontrado terreno mais fértil, perdendo apenas para os cursos de Extensão, conforme já apresentado no Gráfico 5, na página anterior.

Carlos Roberto Juliano Longo, em seu artigo “A EAD na pós-graduação” destaca o fator preponderante que o conhecimento e a informação têm para o sucesso das organizações. Segundo ele, “o paradigma gerencial contemporâneo exige formas flexíveis de gestão, descentralização de funções, redesenho de estruturas e criatividade de seus recursos humanos”.³⁷⁷

E complementa que

[...] é papel da EAD fornecer acessibilidade permanente, ou seja, possibilidade de acesso a informação exatamente no momento em que esse deseje, sem limitações de espaço e de tempo, tendo em vista o aumento da produtividade com o auxílio da interação constante, o que reforça, de maneira relevante, a aquisição de conhecimento e significa amplo acesso de todos ao ensino de qualidade.³⁷⁸

Longo, em seu texto, destaca a importância de se utilizar a larga experiência de cursos presenciais para o bom desenvolvimento de cursos na modalidade a distância, para que não se comece, de novo, do ponto zero, mas que se aproveite os erros e acertos já cometidos, para que se chegue a uma educação de melhor qualidade. Ele afirma que “a criatividade necessita da espontaneidade e do risco,

³⁷⁵ KIPNIS, 2009, p. 210.

³⁷⁶ KIPNIS, 2009, p. 210. A questão do controle e do perigo de “engessamento” das instituições, e conseqüente falta de flexibilidade, via legislação, foi tratado no item 3.1.

³⁷⁷ LONGO, Carlos Roberto Juliano. A EAD na pós-graduação. In: LITTO, Fredric; FORMIGA, Marcos (Org.). *Educação a Distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 215.

³⁷⁸ LONGO, 2009, p. 217.

mas ela não poderia existir sem o suporte de capacidades previamente desenvolvidas, sem a assimilação da herança cultural”.³⁷⁹

Ainda é necessário destacar a necessidade que o mundo atual nos apresenta que é a de, constantemente, estarmos em processo de aprendizagem, é o aprender a aprender, que, juntamente com o aprender a ser, o aprender a fazer e o aprender a conviver fazem parte dos quatro pilares para a Educação do Futuro.³⁸⁰

A partir dessas novas necessidades, a educação terá que ser, segundo Peters,

aberta, centrada no aluno, baseada em resultados, interativa, participativa, flexível quanto ao currículo, às estratégias de aprendizagem e ensino e não muito preso a instituições de aprendizagem superior, porque pode também se dar nos lares e nos locais de trabalho.³⁸¹

Como já foi apresentado, acredita-se que o motivo principal para que as instituições, sejam elas de Ensino Tradicional ou Corporativas, invistam na criação de cursos na modalidade a distância é a grande demanda e o espaço que há para a oferta desses cursos.

Para encerrar esta parte do trabalho, no sub-capítulo a seguir, discorreremos sobre a questão do tempo em cursos na modalidade a distância.

3.5 Quando? O fator TEMPO é importante para a EAD?

Os cursos na modalidade a distância, desde o seu surgimento, apresentam como característica principal a distinção dos tempos de professores e alunos no processo de ensino e aprendizagem.

Na categoria de análise “tempo”, tem-se o tempo cronológico, histórico, e o tempo de sincronia. Para esta reflexão, os dois aspectos do tempo serão abordados, ou seja, tanto a linha cronológica de desenvolvimento da EAD será retomada, com

³⁷⁹ LONGO, 2009, p. 221.

³⁸⁰ “Os quatro pilares da educação” é o título de um documento publicado no livro “Educação: um tesouro a descobrir”, organizado por Jacques Delors, da Editora Cortez, São Paulo, 1999. Esse material foi encomendado pela UNESCO.

³⁸¹ PETERS, 2003, p. 42.

suas principais características, quanto o sincronismo ou não de atividades nesta modalidade.

Quando o Instituto Universal Brasileiro passou a oferecer cursos por correspondência de corte e costura, datilografia e técnico em eletrônica, por exemplo, ele partia do pressuposto de que, primeiro os interessados iriam adquirir os materiais instrucionais, depois, iriam estudar, trabalhar, se debruçar sobre esse material e, por fim colocar em prática as habilidades e competências construídas com o desenvolvimento das atividades propostas pelos materiais impressos. Claro que, antes disso tudo acontecer, houve o momento de preparação dos materiais instrucionais por parte dos organizadores dos cursos oferecidos. Essa foi a primeira geração de EAD, segundo Maia e Mattar, a geração dos cursos por correspondência.

Da mesma forma, os mineiros no Alasca, que no início de 1900 foram formados em cursos por correspondência, realizavam as atividades em tempos diferentes daquelas atividades desenvolvidas pelos mentores dos cursos oferecidos.

Depois, segundo Maia e Mattar, foi a vez da segunda geração de cursos na modalidade a distância, quando passou-se a utilizar novas mídias e surgiram as universidades abertas. Também neste período eram distintos os tempos de construção de material didático, estudo dos mesmos por parte dos alunos e a posterior colocação em prática das aprendizagens realizadas.

Atualmente, com o uso das novas Tecnologias da Informação e Comunicação, é possível que sejam oferecidos nos cursos na modalidade a distância atividades tanto em momentos assíncronos, através do uso do e-mail e atividades nos fóruns de discussões, como, também, há meios de se desenvolver atividades síncronas, como, por exemplo, realizando um chat, quando todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, num horário pré-estabelecido e combinado, devem se fazer presentes na sala de bate-papo virtual estabelecida e dar sua contribuição, além de conhecer a opinião dos demais acerca do tema proposto para debate. Esta, segundo Maia e Mattar, é a terceira geração da EAD, ou o período da EAD on-line.

Maia e Mattar apresentam um quadro-síntese dos principais momentos do desenvolvimento da EAD no Brasil, que está reproduzido a seguir.

TABELA 6: Principais Momentos do desenvolvimento de EaD no Brasil³⁸²

Ano	Momento
1904	Ensino por correspondência
1923	Educação pelo rádio
1939	Instituto Monitor
1941	Instituto Universal Brasileiro
1947	Universidade do Ar (SENAC e SESC)
1961	Movimento de Educação de Base (MEB)
1965	Criação das TVs educativas pelo poder público
1967	Projeto Saci (INPE)
1970	Projeto Minerva
1977	Telecurso (Fundação Roberto Marinho)
1985	Uso do computador stand alone ou em rede local nas universidades
1989	Criação da rede Nacional de Pesquisa (uso de BBS, Bitnet e e-mail)
1990	Uso intensivo de teleconferência (cursos via-satélite) em programas de capacitação a distância
1991	Salto para o Futuro
1994	Início da oferta de cursos superiores a distância por mídia impressa
1995	Fundação da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED) Disseminação da Internet nas Instituições de Ensino Superior via RNP
1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Criação da Secretaria de Educação a Distância Seed)
1997	Criação de Ambientes Virtuais de Aprendizagem Início da oferta de especialização a distância, via Internet, em universidades públicas e particulares
1998	Decretos e portarias que normatizam a EaD
1999	Criação de redes públicas e privadas para cooperação em tecnologia e metodologia para o uso das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) na EaD
2000	Fundação do Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (Cederj)
2005	Universidade Aberta do Brasil (UAB)
2006	Congresso ICDE no Rio de Janeiro

Fonte: MAIA; MATTAR, 2007.

³⁸² MAIA; MATTAR, 2007, p. 32.

Importante se faz, também, destacar a web 2.0, suas propriedades tecnológicas e pedagógicas e as ferramentas oferecidas por ela³⁸³, que permitem a realização de atividades colaborativas entre os integrantes de grupos de trabalho/estudo, onde, segundo Demo, “os interessados deixam a posição de simples usuário, consumidor, para se tornarem co-produtores de textos multimodais”³⁸⁴, ou seja, o uso da web 2.0 propicia mudanças nos papéis desempenhados por professores e alunos.

A seguir, a lista das ferramentas disponibilizadas pela web 2.0 que Pedro Demo apresenta em sua obra publicada em 2009: Blogs, Wikis, Podcasting, E-Portfolios, Social Networking, Social Bookmarking, Photo Sharing/Flickr, Second Life, On line Forums, Video Messaging, E-Books, Instant Messaging, Skype, Jogos e Simulações, Mashups, Mobile Learning (M-Learning), RSS Feeds, Video Clips e YouTube, Audiographics ou quadros brancos interativos/eletrônicos,³⁸⁵

Ao fazer uso pedagógico dessas ferramentas oferecidas pela Web 2.0, proporciona-se o envolvimento maior dos estudantes no processo de aprendizagem através do desenvolvimento de habilidades de construção do conhecimento autônoma e coletivamente.

Assim como o desenvolvimento da Educação a Distância como um todo foi um processo que ocorreu paulatinamente, em tempos distintos, pressupõe-se que também o processo de ensino e aprendizagem nesta modalidade de ensino ocorra em tempos próprios.

Segundo Maia e Mattar, “há uma ruptura no ritmo de estudos e do aprendizado do ensino presencial para o da EaD”.³⁸⁶ Os autores complementam ainda que, na EAD,

[...] o aluno tem mais liberdade para o estudo, o que também gera maior necessidade de organização e de gerenciamento do tempo e das atividades

³⁸³ De forma didática, elucidativa e clara, Pedro DEMO, em sua obra “Educação Hoje: “novas” tecnologias, pressões e oportunidades” trata da WEB 2.0 nos capítulos dois e três, destacando neste último, as ferramentas oferecidas por esta “filosofia digital iniciada por volta de 2003 e hoje em franco desdobramento”. DEMO, Pedro. *Educação hoje: “novas” tecnologias, pressões e oportunidades*. São Paulo: Atlas, 2009. (p. 15).

³⁸⁴ DEMO, 2009. p. 15.

³⁸⁵ DEMO, 2009. p. 38 – 54.

³⁸⁶ MAIA; MATTAR, 2007, p. 88.

a serem realizadas. É necessário maior comprometimento e é preciso aprender a se autogerenciar.³⁸⁷

Os autores destacam que as exigências da educação na modalidade a distância são diferentes das do ensino presencial, por isso, aquele que sai deste para o ensino na modalidade a distância deve alterar seus hábitos de estudo. Segundo eles, “é essencial ter um plano em que os horários de estudo estejam bem distribuídos. Ou seja, é necessário que o aluno virtual se organize,³⁸⁸ portanto, o gerenciamento do tempo, por parte de alunos, é fundamental para a realização do curso na modalidade escolhida.

Maia e Mattar chamam a atenção para o fato de que a realização de cursos a distância toma mais tempo do que a realização dos presenciais. Eles destacam também a necessidade da aprendizagem de gerenciamento de prioridades, ou seja, o aluno a distância tem que ter clareza quanto ao que é mais importante e quanto ao que é urgente.

Apesar destes apontamentos, os autores afirmam que, o mais importante para o sucesso da aprendizagem a distância, é o método que o aluno utiliza, uma vez que “A EAD exige interesse, curiosidade, proatividade, atenção e concentração, senso crítico, raciocínio lógico e persistência”³⁸⁹ e complementam que

o aluno deve estar disposto, em todos os momentos, a relacionar o que estiver estudando tanto com outras disciplinas do curso quanto com situações externas ao ambiente acadêmico, principalmente no âmbito profissional. Deve estar preparado para analisar criticamente tudo que estuda, resumindo e fazendo esquemas quando conveniente.³⁹⁰

Além disso, destacam que é fundamental que

o aluno virtual procure sempre respostas para suas dúvidas em diversas fontes, independentemente das sugeridas pelo professor. Ele precisa se acostumar a questionar constantemente e procurar respostas para as perguntas que ele mesmo formular durante seu curso.³⁹¹

³⁸⁷ MAIA; MATTAR, 2007, p. 88.

³⁸⁸ MAIA; MATTAR, 2007, p. 88.

³⁸⁹ MAIA; MATTAR, 2007, p. 89.

³⁹⁰ MAIA; MATTAR, 2007, p. 89.

³⁹¹ MAIA; MATTAR, 2007, p. 89.

Observa-se que, a partir da fala dos dois autores, é necessário que o aluno de curso a distância esteja constantemente atento a tudo o que vê, ouve, faz e aprende e comece a fazer ligações entre todos esses pontos. Somente agindo desta forma é que ele construirá seu conhecimento de forma mais significativa e permanente.

Peters destaca que a autonomia dos alunos reflete-se quando os estudantes mesmos executam suas tarefas a partir da organização e seleção de conteúdos e estratégias de estudo, nos tempos por eles mesmos projetados e determinados, a partir do reconhecimento de suas necessidades de aprendizagem. O controle e a avaliação também ficam por conta dos aprendizes, bem como a escolha dos meios didáticos e de materiais.

Também para os professores a questão de tempo se modifica do ensino presencial para a educação a distância. Para o primeiro, o professor determinava o tempo que estaria em sala de aula, em atividades presenciais, face a face com seus alunos e os momentos de preparo das aulas e correção das provas. Além disso, as aulas iam sendo planejadas, organizadas e executadas, de acordo com o andamento das atividades em sala de aula, podendo, inclusive, alterar o percurso definido no decorrer do processo.

Quando se trata de educação a distância, as tarefas todas de execução de um determinado conteúdo, de realização de um determinado curso têm que estar preparadas, organizadas, estruturadas antes mesmo das atividades começarem a ser propostas. Os ajustes e adequações que forem necessárias normalmente são realizados entre uma edição e outra, não sendo possível ocorrerem no decorrer do processo que estiver em andamento.

Apesar desta aparente falta do que fazer do docente durante a realização do curso, no decorrer do processo ele tem outras atividades a desenvolver: avaliar se o que foi proposto está bom ou tem que ser melhorado, como esse material pode/deve ser melhorado, prestar atendimento aos alunos, dirimindo dúvidas, oferecendo atividades e explicações complementares sobre o trabalho em desenvolvimento, comentando tarefas e orientando o educando em seu processo de formação. Além

disso, cabe ao professor organizar os relatórios e documentos de registro do desenvolvimento de seus cursos.

Professores e alunos, portanto, têm suas funções e tarefas modificadas de uma modalidade de ensino para outra. Mas não somente eles, a instituição de ensino também “sofre” alterações quando migra de uma para a outra, ou seja, no modelo presencial, nos corredores e salas das instituições de ensino havia inúmeros alunos e professores circulando, além de funcionários da limpeza, manutenção, secretaria e pais. Na modalidade a distância, o espaço anteriormente ocupado passa a ficar ocioso, uma vez que tanto professores quanto alunos estão cada um em suas casas ou seus locais de trabalho e não mais no prédio escolar. A Instituição passa a ter alguns de seus custos fixos como limpeza (material e pessoal) e manutenção diminuídos. Claro que terá despesas com a contratação de pessoal qualificado para formar a equipe³⁹² que irá executar as atividades propostas, porém, a partir do momento que esta equipe estiver formada e entrosada, muito poderá ser construído para o desenvolvimento da EAD.

Maia e Mattar destacam que

[...] tornou-se imperioso, com a EaD, que as instituições de ensino mensurem e avaliem constantemente seus processos e resultados. A EaD tornou o ambiente de educação muito mais competitivo, pois empresas pequenas e enxutas começam a abocanhar suas fatias de mercado e [...] em pouco tempo as instituições de ensino tradicionais que não se transformarem rapidamente poderão deixar de existir. Portanto, a avaliação contínua deve servir para orientar a decisão pela continuidade, pelo aperfeiçoamento e expansão, ou pela extinção dos projetos.³⁹³

Depreende-se do acima exposto que, assim como a modalidade de educação a distância é flexível, as instituições de ensino também devem tornar-se flexíveis, sob o risco de, se não o fizerem, perder mercado para as menores e, portanto, menos “engessadas”. Os autores complementam que “a bibliografia sobre

³⁹² Para que um curso a distância tenha qualidade é importante que haja o trabalho conjunto de diversos profissionais: professor conteudista, aquele que domina o conteúdo a ser trabalhado nas aulas; web designer, para os cursos a distância que utilizam a web para serem veiculados, designer instrucional, para adequar os conteúdos a serem ministrados à modalidade a distância, informatas, que dominam as ferramentas de informática para a criação de objetos de aprendizagem, pedagogos, que indicarão a melhor forma de abordar cada conteúdo a ser desenvolvido pelo curso, entre outros.

³⁹³ MAIA; MATTAR, 2007, p. 94.

EaD fala da necessidade de modelos cada vez mais flexíveis, não apenas pedagógicos, mas também nos desenhos organizacionais”.³⁹⁴

Maia e Mattar observam que

inovação e criatividade devem passar a fazer parte do planejamento estratégico das instituições envolvidas com educação a distância, de sua estrutura geral, e não apenas de um ou outro curso ou departamento que tenham um pouco mais em destaque essas características.³⁹⁵

E complementam que

o futuro é imprevisível, por isso cabe às instituições corajosas visualizá-lo, construí-lo e criá-lo, concretizando simultaneamente o espaço para a sua sobrevivência, sob o risco de o futuro não reservar espaço para as instituições que não perceberem as mudanças.³⁹⁶

Além das questões até aqui abordadas quanto ao tempo da EAD, é preciso, ainda, destacar que esse tempo irá variar de aprendente para aprendente, de modelo para modelo e, pelo menos, de tecnologia empregada para tecnologia empregada para a execução de cursos na modalidade a distância. Com certeza, os tempos de um curso que utiliza o correio serão diferentes daqueles que utilizam o rádio, dos que utilizam o computador e, também, dos que utilizam as tecnologias, por exemplo, que permitem o *e-learning*, para citar apenas algumas das opções que estão disponíveis. Ou seja, assim como o tempo de construção de conhecimento varia de pessoa para pessoa, variará, também com a opção tecnológica realizada.

Romero Tori, no artigo “Cursos híbridos ou *blended learning*” afirma que

em geral, quanto menos o tempo de resposta de determinada mídia, ou seja, quanto mais síncrona for a interação que esta propicie, maior será o sentido de presença e, portanto, maior a proximidade percebida pelo envolvidos. No entanto, **nem sempre o máximo sincronismo é a melhor opção para todas as atividades de aprendizagem.**³⁹⁷

³⁹⁴ MAIA; MATTAR, 2007, p. 96.

³⁹⁵ MAIA; MATTAR, 2007, p. 97.

³⁹⁶ MAIA; MATTAR, 2007, p. 97.

³⁹⁷ TORI, Romero. Cursos híbridos ou *blended learning*. In: LITTO, Fredric; FORMIGA, Marcos (Org.). *Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 125. Grifo da autora.

A partir da citação acima, volta-se à questão da distância transacional abordada em outros pontos desta tese. O tempo também deverá ser dosado de acordo com a proposta pedagógica de cada curso, de acordo com os objetivos e propósitos de cada projeto.

Também é importante, quando se aborda a questão tempo, refletir sobre os tempos necessários para a construção do conhecimento de pessoas portadoras de necessidades especiais.

Flávia Amaral Rezende, no artigo “Educação especial e a EAD”, destaca que

entender como se desenvolve a aprendizagem em crianças, jovens e adultos com deficiência e/ou altas habilidades/superdotação é entender como se processa a educação. Compreender especificidade da educação especial, sobretudo com a possibilidade de uso das TICs, é explicitar ainda mais a diversidade dos processos de aprendizagem existentes numa sala de aula, presencial ou mediada por computador.³⁹⁸

É, talvez, a modalidade de ensino a distância a “luz no final do túnel” para a construção do conhecimento significativo daqueles que, por serem diferentes, sejam deficientes ou superdotados, são excluídos dos processos de ensino e aprendizagem tradicionais.

Segundo Gilda Helena Bernardino de Campos, no artigo “EAD: mediação e aprendizagem durante a vida toda” destaca que,

para o aluno, a EAD significa maior facilidade de acesso, uma gama maior de possibilidade de relacionamento em rede, além da qualificação e aquisição de habilidades e competências. A aprendizagem cooperativa desenvolvida a distância possibilita a superação não só da questão geográfica como também a criação de uma rede de relacionamentos ampla e fora do ‘limite’ do pensamento local, favorecendo, desta forma uma visão mais universal das necessidades e empregabilidade.³⁹⁹

³⁹⁸ REZENDE, Flávia Amaral. Educação especial e a EAD. In: LITTO, Fredric; FORMIGA, Marcos (Org.). *Educação a Distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 129.

³⁹⁹ CAMPOS, Gilda Helena Bernardino de. “EAD: mediação e aprendizagem durante a vida toda”. In: LITTO, Fredric; FORMIGA, Marcos (Org.). *Educação a Distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 275.

Assim, o aluno pode adequar sua formação ao tempo de que dispõe e às necessidades das atividades que lhe são inerentes, ou seja, ele passa a ser sujeito de sua formação.

Andréia Inamorato dos Santos conclui o artigo “O conceito de abertura em EAD” com as seguintes palavras

em quaisquer contextos de educação aberta, a democratização do acesso ao conhecimento é a palavra de ordem. E, por fim, a disponibilidade de recursos educacionais abertos gratuitamente na Internet possibilita a socialização da aprendizagem e o enfoque na educação continuada.⁴⁰⁰

E, complementando, ao longo da vida.

Essa aprendizagem continuada e ao longo da vida faz-se necessária em função das rápidas mudanças que têm ocorrido no mundo. Para Peters,

tudo tem acontecido muito rápido, porque os avanços na tecnologia de informação e comunicação têm se sucedido rapidamente e foram adotados não só na educação, em particular no treinamento profissional continuado, mas também na política, cultura, sociedade e mercado de trabalho em todo o mundo. Nunca houve uma ruptura destas proporções na história do ensino e da aprendizagem [...].⁴⁰¹

Com base no exposto ao longo deste capítulo e após a realização da reflexão aprofundada dos temas e idéias apresentados no decorrer do mesmo, voltamos a afirmar que, de fato, quando se trata do tema EAD, falta consenso.

Retomando os questionamentos feitos no início deste capítulo, temos que para as duas primeiras questões:

- ✓ com tanta regulamentação, onde está o espaço para a autonomia, tão importante para esta modalidade de ensino?
- ✓ há justificativa para todo o arsenal legal criado?

É possível constatar já a partir de uma rápida e superficial comparação entre a legislação brasileira e a alemã sobre EAD que, a do Brasil prende-se a questões

⁴⁰⁰ SANTOS, Andréia Inamorato dos. O conceito de abertura em EAD. In: LITTO, Fredric; FORMIGA, Marcos (Org.). *Educação a Distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 296.

específicas de oferta dos cursos, como, por exemplo, para que níveis é permitida a oferta desta modalidade de ensino ou qual a carga horária que tem que ser presencial ou, ainda, a idade mínima para o ingresso em cursos a distância e a composição do corpo docente dos cursos, enquanto que a alemã nem entra nestes méritos, permitindo à autonomia das Instituições a organização, da melhor forma possível, dos cursos e apenas regula a proteção daqueles que serão usuários desta modalidade.

- ✓ porquê a EAD ainda sofre tanto preconceito no Brasil?
- ✓ o que fazer para melhorar/aumentar a credibilidade de cursos a distância?

Essa é uma questão de resposta extremamente subjetiva e singular. Acredita-se que esta modalidade de ensino sofra preconceito, assim como tudo o que é diferente do que habitual e corriqueiramente é feito o sofre. Sabe-se que EAD não é uma modalidade de ensino nova, porém ganhou legalidade com a promulgação da Lei Federal n. 9394/96. 13 anos é pouco tempo para que a modalidade de ensino em estudo produza frutos e comprove que ela é, sim, uma modalidade de ensino eficaz, útil e de extrema importância para o Brasil, país que carece formar sua população e oportunizar possibilidade de desenvolvimento e formação a grande parte do seu povo.

Peters destaca que, “de acordo com uma força-tarefa do *International Council on Distance Education* (Conselho Internacional de Educação a Distância), houve mais de vinte transformações que causaram mudanças de paradigma educacional”⁴⁰² e salienta que “todas essas mudanças (e outras) se combinam e se mesclam e causam e reforçam uma sensação de insegurança e profunda irritação. Se quisermos superar isso, devemos estar determinados a agir como agentes de mudança”.⁴⁰³

- ✓ diálogo, autonomia e emancipação são realmente importantes para esta modalidade de ensino?
- ✓ existe EAD sem as três categorias (diálogo, autonomia e emancipação) mencionadas?

⁴⁰¹ PETERS, 2003, p. 193.

⁴⁰² PETERS, 2003, p. 51.

⁴⁰³ PETERS, 2003, p. 53.

Paulo Freire dizia que o conhecimento é construído através do diálogo, portanto, não há como pensar no sucesso de uma modalidade de ensino que despreze essa categoria. Conforme já apresentado no primeiro capítulo,⁴⁰⁴ Peters considera a categoria “diálogo” de fundamental importância para a EAD, tanto que realiza a análise da mesma sob diversos aspectos. São eles: aspecto didático-científico, didático-universitário, pedagógico, filosófico antropológico e sociológico.

Quanto à categoria “autonomia”, sua importância também é destacada pelo Prof. Otto Peters, que, da mesma forma que ao diálogo, dispensa grande atenção à autonomia, analisando-a em três dimensões, a saber: filosófica, pedagógica e didática.⁴⁰⁵

Quanto à “emancipação”, essa categoria se justifica, pois é decorrente e fruto das duas primeiras. Para Peters, “o estudo autônomo [...] visava a autonomia e **independência** dos estudantes”⁴⁰⁶ e, citando Gaudig, ressalta que “no labor espiritual livre estamos diante de um **agir de própria iniciativa**, com **forças próprias**, em **rumos auto-escolhidos** em direção a objetivos **escolhidos livremente**”.⁴⁰⁷ Portanto, considera-se que tanto a categoria emancipação, quanto as categorias autonomia e diálogo são fundamentais para a modalidade de ensino estudada nesta tese.

✓ é a EAD uma modalidade de ensino para todos?

Como nem todas as pessoas têm desenvolvidas as habilidades e competências necessárias ao bom aproveitamento de cursos nesta modalidade de ensino (como por exemplo auto-disciplina, autonomia, organização, desejo de aprender, além de habilidades com as ferramentas utilizadas pela modelo de educação a distância escolhido), a mesma, que segundo a Legislação brasileira da área está disponível para todos os cidadãos, **não é adequada a todas as pessoas**,⁴⁰⁸ pois há quem não está preparado para realizar cursos a distância, justamente por não dominar as habilidades e competências necessárias a ela nem

⁴⁰⁴ Ver Páginas 53 a 56 desta tese.

⁴⁰⁵ Ver Páginas 58 a 60 desta tese.

⁴⁰⁶ PETERS, 2001, p. 99. Grifo da autora.

⁴⁰⁷ GAUDIG apud PETERS, 2001, p. 99. Grifos da autora.

⁴⁰⁸ Grifo da autora.

ter o perfil adequado às atividades a serem desenvolvidas no decorrer do curso nesta modalidade.

✓ há necessidade de momentos presenciais em cursos a distância?

Quando se tem momentos presenciais obrigatórios em cursos a distância, eles deixam de ser cursos puramente a distância para se tornarem cursos semi-presenciais. Essa obrigatoriedade de que as avaliações sejam presenciais que a legislação brasileira impõe aos cursos na modalidade estudada tem por finalidade o controle de quem realiza as atividades de avaliação.

A avaliação presencial, na opinião da autora, poderia tornar-se desnecessária a partir do momento em que o professor que acompanha a construção do conhecimento de seus alunos tivesse maior disponibilidade de tempo para, de fato, estar observando e orientando o trabalho de seus pupilos. Desta forma, o docente teria a oportunidade de conhecer cada aluno, saber sua forma particular de expressão e o quanto de crescimento e de construção de conhecimento cada um realizou e quais as necessidades e lacunas que tem.

Por outro lado, o aluno, sentindo-se comprometido com sua própria formação e sujeito da mesma, não teria interesse algum em burlar o sistema avaliativo, permitindo que outra pessoa realize as atividades a ele destinadas. Além disso, as avaliações teriam que ser, de fato, realizadas no decorrer do desenvolvimento das atividades educacionais, ou seja, durante a realização do processo de construção dos conhecimentos e não apenas em momentos pontuais e não-naturais. Porém, sabe-se, que esta é uma questão cultural e que envolve a mudança de uma gama muito grande de hábitos e costumes. Como Peters salienta, tem que ocorrer a mudança de paradigma e “estas mudanças exigem novos comportamentos de ensino e aprendizagem”.⁴⁰⁹

Muitas perguntas ainda ficaram sem respostas definitivas ou foram apenas parcial e/ou superficialmente respondidas, isso não por falta de esforço, mas por ser uma discussão ainda em construção, em que não há vencedores e perdedores, certos e errados. Quem mostrará quais são as melhores práticas em educação a

distância e quais devem ser descartadas e evitadas é o tempo, a análise, a reflexão, a organização dos materiais construídos, além da pesquisa séria e aprofundada sobre o tema.

A seguir, serão apresentadas algumas conclusões a que se chegou no momento em que se faz o recorte de encerramento da mesma, mas, de forma alguma o trabalho maior, que tem por objetivo auxiliar na construção de uma educação de melhor qualidade e acessível ao maior número de pessoas possível, está sendo encerrado.

⁴⁰⁹ PETERS, 2003, p. 47.

CONCLUSÃO

Finalizando este trabalho, afirmamos novamente com e como Otto Peters, que “a história da educação a distância tem sempre sido a história de sua crescente importância”⁴¹⁰ no mundo e que “se quisermos saber para onde nos leva a viagem no desenvolvimento do ensino a distância, é preciso reconhecer primeiramente de onde vem essa forma de ensinar e estudar”.⁴¹¹

Pude constatar, a partir das participações em eventos, dos diálogos, de leituras realizadas, do trabalho de pesquisa, enfim, que, se não houver real interesse dos dirigentes, do alto escalão, das instituições, os projetos de Educação a Distância não se desenvolvem e tendem ao insucesso.

Muitas vezes, é necessário que a Reitoria/Direção imponha a realização de atividades a distância aos diversos setores e áreas da Instituição, para que a modalidade de ensino possa iniciar sua trajetória na instituição.

Além disso, o investimento inicial de tempo, com contratação de pessoal especializado em EAD e envolvido com tal proposta educacional e o aporte financeiro também são elevados, como elevada também é a resistência por parte tanto do corpo docente como do discente, que normalmente não acreditam nesta modalidade de ensino.

Também foi possível verificar que a maioria dos interlocutores com quem tive o privilégio de dialogar, mesmo ficando inicialmente surpresos por minha pesquisa estar sendo desenvolvida em um Doutorado em Teologia, destacam a importância de a Academia voltar a unir as diversas áreas do conhecimento e que teologia e educação, mesmo sendo duas áreas distintas, necessitam uma da outra, pois são complementares.

Muito já foi conquistado na área de Educação a Distância, mas muito ainda tem a ser feito, pois o preconceito contra essa modalidade de ensino ainda é muito grande.

⁴¹⁰ PETERS, 2003, p. 27.

⁴¹¹ PETERS, 2001, p. 69.

Alguns pensam que realizar um curso na modalidade a distância é algo muito fácil, outros que terão menos trabalho e há, ainda, aqueles que acreditam que EAD é modismo e algo recente.

Educação a Distância não é nem modismo nem uma modalidade de ensino recente – como apresentado no capítulo 2. Por volta de 1900 já era utilizada na Indústria de Mineração no Alasca, para treinamento de seus técnicos. No Brasil, surgiu em 1939, através da Rádio Monitor e em 1941, do Instituto Universal Brasileiro.

O que acontece é que, com o uso da internet, ela tem a possibilidade de atingir um número muito maior de pessoas, em locais muito mais diversos e distantes, do que os meios de comunicação e informação anteriormente disponíveis permitiam.

Realizar um curso a distância é tarefa que exige muita dedicação, trabalho e autonomia, pois o volume de leituras e as atividades a serem realizadas síncrona e assincronamente é bastante grande e complexo. Têm, portanto, tanto professores quanto alunos, muito trabalho.

A facilidade e/ou dificuldade que os cursos a distância oferecem depende da instituição que os ministra, do nível de ensino em que são oferecidos e do conhecimento anterior que cada discente tem, bem como de habilidades e competências dos docentes que atuam nos mesmos.

É necessário ainda salientar que a prática bastante comum no nosso país em muitos setores de atividades de “copiar” algo que deu certo, que funciona bem em outros lugares do mundo, e tentar aplicar tal qual na nossa realidade e, além disso, pensar que tudo funcionará perfeitamente, é muito criticada e com razão, pois na maioria das vezes se esquece de analisar a realidade para a qual se está tentando transpor alguma solução.

Tem-se a certeza de que, por melhor que esteja funcionando a EAD na Alemanha, na *FernUniversität in Hagen*, e/ou em outras partes do mundo, se tentássemos copiar o que é feito em qualquer outro lugar e aplicar aqui na nossa realidade, se fosse essa uma “receita de sucesso”, a mesma perderia “seu poder”,

pois as diferenças gritantes entre duas realidades diversas normalmente não são devidamente analisadas, avaliadas e consideradas.

Apesar dessa consciência, acredito que muito do que já foi realizado em outros lugares pode ser utilizado aqui, desde que feitas as devidas reflexões e adequações. A roda já foi descoberta. Não há a necessidade de redescobri-la toda a vez que quisermos usá-la. Acredito, portanto, que devemos aprender com os erros e com os acertos já realizados.

Sabe-se que a criação e o desenvolvimento de plataformas próprias por parte de cada IES ocorre em função do medo da perda da autonomia institucional e sua conseqüente soberania, porém os gastos de tempo, energia e financeiro são tão elevados que essa questão deveria ser revista por parte das Coordenações de Educação a Distância das Instituições.

Constatou-se que as práticas de Educação a Distância nas Instituições Brasileiras de Ensino Superior regulamentadas refletem o que lhes é imposto pela Legislação Brasileira, isto é, as IES pesquisadas adéquam (ou pelo menos tentam adequar) seus programas e projetos de oferta de cursos na modalidade a distância às exigências legais, o que, na opinião da autora, deixa as instituições engessadas e presas, não lhes dando total autonomia de ação e criação. Por outro lado, foram observadas, porém não registradas neste trabalho por não ser o objeto do mesmo, práticas na área de EAD por parte de instituições “ditas” de ensino e que, sem qualquer controle nem credenciamento ou reconhecimento legais do Ministério da Educação e Cultura, acabam por lesar os usuários desta modalidade de ensino, o que contribui, em muito, para a falta de credibilidade que a Educação a Distância vem enfrentando.

Por fim, destaca-se que este trabalho é apenas o começo de uma longa trajetória que poderá vir a ser percorrida, pois muito a respeito de EAD tem-se a estudar, aprender e aprimorar. Além disso, estudiosos da área afirmam que há carência em pesquisas na área.

REFERÊNCIAS

ALVES, Lynn; NOVA, Cristiane. *Educação a distância: uma nova concepção de aprendizado e interatividade*. São Paulo: Futura, 2003.

AQUIFOLIUM. Disponível em: <<http://www.aquifolium.com.br>>.

ASSESSORIA DE IMPRENSA DA TAM. *TAM inaugura mock-ups no maior centro de treinamento da América Latina*. Disponível em: <<http://www.tam.com.br/b2c/jsp/default.jhtml?adPagina=529&adArtigo=8634>>. Acesso em: 14 fev. 2007.

BARROS, Daniela Melaré Vieira. *Educação a distância e o universo do trabalho*. Bauru: EDUSC, 2003.

BAYMA, Fátima (Org.). *Educação corporativa: desenvolvendo e gerenciando competências*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

BLOG. Disponível na Internet em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Blog>>. Acesso em: 20 nov. 2009.

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>>. Acesso em: 06 abr 2009.

_____. *Diário Oficial da União*, n. 239, 13 dez. 2007. p. 39 – 43.

_____. Lei n. 9394: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 20 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=289&Itemid=356>. Acesso em: 14 abr. 2009.

_____. Programa Nacional de Tecnologia Educacional. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=244&Itemid=823>. Acesso em: 14 abr. 2009.

_____. E-Proinfo. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=138%3Ae-proinfo&catid=114%3Asistemas-do-mec&Itemid=823>. Acesso em: 14 abr. 2009.

_____. Pró-Letramento. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12346&Itemid=823>. Acesso em: 14 abr. 2009.

_____. Pró-Licenciatura. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12349&Itemid=823>. Acesso em: 14 abr. 2009.

_____. TV Escola. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12336&Itemid=823>. Acesso em: 14 abr. 2009.

_____. Universidade Aberta do Brasil. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12265&Itemid=823>. Acesso em: 14 abr. 2009.

_____. Domínio Público. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12329&Itemid=823>. Acesso em: 14 abr. 2009.

_____. Sistema de Consulta de Instituições Credenciadas para a Educação a Distância e Pólos de Apoio Presencial. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13260:novo-mecanismo-de-busca-de-polos-pode-ser-acessado-pela-internet&catid=210>. Acesso em: 08 set. 2009.

_____. Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/index.php?option=content&task=view&id=245&Itemid=329>>. Acesso em: 03 nov. 2007.

_____. Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/index.php?option=content&task=view&id=244&Itemid=328>>. Acesso em: 03 nov. 2007.

_____. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/index.php?option=com_content&task=view&id=61>. Acesso em: 03 jun 2008.

_____. Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE n. 1*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/CES0101.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2009.

CAMPOS, Gilda Helena Bernardino de. EAD: mediação e aprendizagem durante a vida toda. In: LITTO, Fredric; FORMIGA, Marcos (Org.). *Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 271-281.

CAPES. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>>. Acesso em: 09 set. 2009.

CARNEIRO, Moaci Alvez. *LDB fácil: leitura crítico-compreensiva artigo a artigo*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CEED/RS. Disponível em: <http://www.ceed.rs.gov.br/arquivos/1244461041ead_site.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2009.

_____. Disponível em: <http://www.ceed.rs.gov.br/arquivos/1248266208reso_0300.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2009.

_____. Disponível em: http://www.ceed.rs.gov.br/arquivos/1252929791pare_0640.pdf. Acesso em: 17 set. 2009.

_____. Disponível em: <http://www.ceed.rs.gov.br/portal/index.php>. Acesso em: 17 jul. 2009.

_____. Disponível em: <http://www.ceed.rs.gov.br/portal/index.php>. Acesso em: 10 ago. 2009.

_____. Disponível em: http://www.ceed.rs.gov.br/arquivos/1242411303CD_RELACAO_DE_ESCOLAS_CR_EDENCIADAS_PARA_OFERTA_EaD__18_AN.pdf. Acesso em: 05 mai. 2009

_____. Documento em: http://www.ceed.rs.gov.br/arquivos/1242411303CD_RELACAO_DE_ESCOLAS_CR_EDENCIADAS_PARA_OFERTA_EaD__18_AN.pdf. Acesso em: 05 mai. 2009.

_____. Parecer n. 0302/2006. Disponível em: http://www.ceed.rs.gov.br/ceed/dados/usr/html/atos/CD_EAD.pdf. Acesso em: 16 set. 2007.

_____. Parecer n. 0073/2006. Disponível em: http://www.ceed.rs.gov.br/ceed/dados/usr/html/atos/CD_EAD.pdf. Acesso em: 16 set. 2007.

_____. Parecer n. 0168/2006. Disponível em: http://www.ceed.rs.gov.br/ceed/dados/usr/html/atos/CD_EAD.pdf. Acesso em: 16 set. 2007.

_____. Parecer n. 0197/2007. Disponível em: http://www.ceed.rs.gov.br/ceed/dados/usr/html/atos/CD_EAD.pdf. Acesso em 16 set. 2007.

_____. Parecer n. 0209/2007. Disponível em: http://www.ceed.rs.gov.br/ceed/dados/usr/html/atos/CD_EAD.pdf. Acesso em: 16 set. 2007.

_____. Parecer n. 0514/2007. Disponível em: http://www.ceed.rs.gov.br/ceed/dados/usr/html/atos/CD_EAD.pdf. Acesso em: 16 set. 2007.

_____. Parecer n. 0527/2006. Disponível em: http://www.ceed.rs.gov.br/ceed/dados/usr/html/atos/CD_EAD.pdf. Acesso em: 16 set. 2007.

CHIANTIA, Fabrizio Cezar. Parecer "Qual o amparo legal para a Educação a Distância no Brasil?", de 14 de abril de 2008. Disponível em: <http://www2.abed.org.br/documentos/ArquivoDocumento255.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2009.

CVA-RICESU. Disponível na Internet em <<http://www.ricesu.com.br/>>. Acesso em: 23 out 2009.

DECRETO n. 5622. Disponível na Internet em <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109743/decreto-5622-05>>. Acesso em: 17 set. 2009.

DECRETO. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Decreto>>. Acesso em: 06 abr. 2009.

DELORS, Jacques (Org.). *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez, 1999.

DEMO, Pedro. *Educação hoje: "novas" tecnologias, pressões e oportunidades*. São Paulo: Atlas, 2009.

EBOLI, Marisa. *Educação corporativa no Brasil: mitos e verdade*. São Paulo: Gente, 2004.

EST – Faculdades EST – Escola Superior de Teologia. Disponível na Internet em <<http://www.est.edu.br/>>. Acesso em: 10 nov. 2009.

FEPLAM. Disponível em: <<http://www.feplam.org.br/>>. Acesso em: 15 abr. 2009

FERNUNIVERSITÄT IN HAGEN. Disponível em: <<http://www.fernuni-hagen.de>>. Acesso em: 03 jan. 2008. Tradução livre da autora.

FERNUNIVERSITÄT IN HAGEN. Disponível em: <http://www.fernuni-hagen.de/universitaet/einrichtungen/studienzentren/stdz_karte.shtml>. Acesso em: 03 jan. 2008.

FERNUNIVERSITÄT IN HAGEN. Disponível em: <http://www.fernuni-hagen.de/arbeiten/statistik/open_m/studstat/global/Tab1P1_Dia_Internet.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2006.

FERNUNIVERSITÄT IN HAGEN. Zentrales Institut für Fernstudienforschung. Disponível em: <<http://www.fernuni-hagen.de/ZIFF/holmbio.htm>>. Acesso em: 20 jun 2008. Tradução livre da autora.

FICHMANN, Sílvia. A educação Formal básica/fundamental e a EAD. In: LITTO, Fredric; FORMIGA, Marcos (Org.). *Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 172-181.

HORTA, Rosilene. *A educação a distância diante da exclusão digital no Brasil*. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2007/tc/52200732540PM.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2009.

ICDE - *International Council for Distance Education*. Disponível em: <<http://www.icde.org>>. Acesso em: 11 nov. 2003. Tradução da autora.

INFORMATIONSDIENST WISSENSCHAFT. Disponível em: <<http://idw-online.de/pages/de/news157954>>. Acesso em: 20 jan. 2008. Tradução livre da autora.

INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL. Disponível em: <http://www.ilape.edu.br/ARQUIVOS/PN-2009-10-MEC_.pdf>. Acesso em: 11 set. 2009.

INSTITUTO MONITOR. Disponível em: <<http://www.institutomonitor.com.br>>. Acesso em: 20 mar. 2008.

INSTITUTO UNIVERSAL BRASILEIRO. Disponível em: <<http://www.institutouniversal.g12.br/docs/iubfrset.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2008.

JORNAL CORREIO DO POVO. Porto Alegre, 10 ago. 2009.

KIPNIS, Bernardo. Educação superior a distância no Brasil: tendências e perspectivas. In: LITTO, Fredric; FORMIGA, Marcos (Org.). *Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 209-214.

LEVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo : Ed. 34, 1999.

_____. *A Conexão Planetária*. O mercado, o civerespaço, a consciência. São Paulo : Ed. 34, 2001.

_____. *A Inteligência Coletiva*. São Paulo : Loyola, 1998.

LEVY, Pierre e AUTHIER, Michel. *As Árvores do Conhecimento*. São Paulo : Ed. Escuta, 1995.

Levy, Pierre. *O que é virtual?* São Paulo : Ed. 34, 1996.

LITTO, Fredric; FORMIGA, Marcos (Org.). *Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

LONGO, Carlos Roberto Juliano. A EAD na pós-graduação. In: LITTO, Fredric; FORMIGA, Marcos (Org.). *Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 215 – 222.

LUTERO, Martinho. Aos Conselhos de todas as cidades da Alemanha para que criem e mantenham escolas cristãs [1524]. In: LUTERO, Martinho. *Obras selecionadas: fundamentos, oração, sexualidade, educação, economia*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1995. v. 5. p. 302-325.

_____. *Da Liberdade do Cristão: Prefácios à Bíblia*. São Paulo: UNESP, 1998.

MAIA, Carmem; MATTAR, João. *ABC da EAD: a educação a distância hoje*. São Paulo : Pearson Prentice Hall, 2007.

MAIA, Marta. Educação pelo trabalho – *work based learning*. In: LITTO, Fredric; FORMIGA, Marcos (Org.). *Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 202-208.

MARCUSSO, Nivaldo Tadeu. EAD e tecnologia no ensino médio. In: LITTO, Fredric; FORMIGA, Marcos (Org.). *Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 182-187.

MEB. Disponível em: <<http://momidi.com.br/meb>>.

MEC. Portaria n. 01/2007. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/download/superior/institucional/Portaria%20Normativa%20MEC%20n%C2%BA1%20de%2010.01.2007.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2008.

_____. Portaria n. 02/2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/portarias/portaria_n_2-07_polo.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2008.

MEISTER, Jeanne C. *Educação corporativa: a gestão do capital intelectual através das universidades corporativas*. São Paulo: Pearson Makron Books, 1999.

MOORE, Michael G.; KEARSLEY, Greg. *Educação a Distância: uma visão integrada*. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MOREIRA ALVES, João Roberto. A história da EAD no Brasil. In: LITTO, Fredric; FORMIGA, Marcos (Org.). *Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 9-13.

NEVES, Carmen Moreira de Castro. A legislação na educação a distância. Porto Alegre: Hotel Everest, 23 ago. 2003. Palestra ministrada durante o Seminário *Educação a distância... Qual a distância?* promovido pelo SINPRO/RS. Anotações da autora.

PALLOFF, Rena M.; PRATT, Keith. *O aluno virtual: um guia para trabalhar com estudantes on-line*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PARECER. Disponível em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Parecer>>. Acesso em: 06 abr. 2009.

PETERS, Otto. *A educação a distância em transição: tendências e desafios*. Tradução de Leila Ferreira de Souza Mendes. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

_____. *Der Fernunterricht*. Weinheim: Beltz, 1965.

_____. *Didática do ensino a distância: experiências e estágio da discussão numa visão internacional*. Tradução de Ilson Kayser. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

_____. *Die Didaktik des Fernstudiums: Erfahrungen und Diskussionsstand in nationaler und internationaler Sicht*. Berlin: Hermann Luchterhand Verlag, 1997.

_____. *Die didaktische Struktur des Fernunterrichts*. Weinheim: Beltz, 1973.

_____. *Die FernUniversität im fünften Jahr*. Köln: v.d.g.s., 1981.

_____. *Die FernUniversität: Das erste Jahr*. Hagen: von Linepe, 1976.

_____. *Distance Education in Transition. Trends and Challenges*. Oldenburg: University of Oldenburg, 2002.

_____. *Distance Education: Current Issues. Pedagogical Considerations* by Otto Peters. A series of working papers (2003 - 2008). Hagen: FU, Faculty of Cultural- and Social Sciences. 2008.

_____. *Otto Peters on Distance Education*. London: Routledge, 1994.

_____. *Videoconferência*. Disponível em: <<http://www.unisinos.br/busca/?busca=otto+peters&x=13&y=6>>. Acesso em: 19 mar. 2005.

_____. *Visions of Autonomous Learning*. Manuscrito.

PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/pee.jsp?ACAO=acao1>>. Acesso em: 03 nov. 2007.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Disponível na Internet em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/pne.pdf>>. Acesso em: 06 nov 2009.

PORTARIA. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Portaria>>. Acesso em 06 abr. 2009.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 29 jan. 2007.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm>. Acesso em: 10 ago. 2009.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 10 ago. 2009. Grifo da autora.

PUCRS. Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do Sul. Disponível na Internet em <<http://www3.pucrs.br/portal/page/portal/pucrs/Capa/>>. Acesso em: 11 nov. 2009.

PUCRS VIRTUAL. Disponível na Internet em <<http://www.ead.pucrs.br/>>. Acesso em: 11 nov 2009.

REDE SINODAL DE EDUCAÇÃO. Disponível na Internet em <<http://www.redesinodal.com.br/rede/index.php>>. Acesso em: 10 nov 2009.

RESOLUÇÃO. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Resolu%C3%A7%C3%A3o_\(Direito\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Resolu%C3%A7%C3%A3o_(Direito))>. Acesso em: 06 abr. 2009.

RESOLUÇÃO. Disponível em:
<<http://www2.abed.org.br/documentos/ArquivoDocumento255.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2009.

REZENDE, Flávia Amaral. Educação especial e a EAD. In: LITTO, Fredric; FORMIGA, Marcos (Org.). *Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 129-140.

RICARDO, Eleonora Jorge. *Educação corporativa: casos, reflexões e ações em educação a distância*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

SANTOS, Andréia Inamorato dos. O conceito de abertura em EAD. In: LITTO, Fredric; FORMIGA, Marcos (Org.). *Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 290-296.

SÃO LEOPOLDO. Disponível na Internet em
<https://www.saoleopoldo.rs.gov.br/home/show_page.asp?id_CONTEUDO=37&codlD_CAT=21&id_SERVICO=&categoria=Cidade>. Acesso em: 10 nov 2009.

SCREMIN, Sandra Bastianello. *Educação a Distância: uma possibilidade na educação profissional básica*. Florianópolis: Bookstore, 2002.

SINPRO. Disponível em: <http://www.sinpro-rs.org.br/ead/resolucao_ceedrs_n293.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2009.

STRECK, Gisela I. W.; LAUX, Núbia M. (Org.). *Manual de normas para trabalhos científicos: baseado nas normas da ABNT*. 2. ed. rev. e atual. São Leopoldo: EST/ISM, 2009.

TEIXEIRA, Gilberto. *O significado da liberdade de aprender e ensinar*. Disponível em: <<http://www.serprofessoruniversitario.pro.br/ler.php?modulo=19&texto=1181>>. Acesso em: 02 jul. 2007.

TELECURSO 2000. Disponível em:
<<http://www.telecurso2000.org.br/main.asp?ViewID={1E5428E3-2BA8-4561-BA3E-F3EA374ED19E}¶ms=itemID={68D665C2-C96D-45B1-A334-4B513EEF8501};&UIPartUID={0B11DCF7-D35E-476B-AB4E-FEA3B7A87A62}&u=u>>. Acesso em: 29 jan. 2007

TORI, Romero. Cursos híbridos ou *blended learning*. In: LITTO, Fredric; FORMIGA, Marcos (Org.). *Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 121-128.

TORRES, Regina Maria de Fátima. EAD no ensino profissionalizante. In: LITTO, Fredric; FORMIGA, Marcos (Org.). *Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 196 – 201.

TWITTER. Disponível na Internet em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Twitter>>. Acesso em: 20 nov. 2009.

ULBRA. Disponível em:
<<http://www.ulbra.br/fulbra.php?nome=http://www.ulbra.br/ulbraorbe/index.htm>>.
Acesso em: 21 mar. 2005.

UNIBB. Universidade Corporativa do Banco do Brasil. Disponível em:
<<http://www.bb.com.br/appbb/portal/bb/unv/index.jsp>>. Acesso em: 14 fev. 2007.

UNILASALLE. Centro Universitário La Salle. Disponível na Internet em
<<http://www.unilasalle.edu.br/canoas/>>. Acesso em: 10 nov. 2009.

UNISINOS. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Disponível na Internet em
<<http://www.unisinos.br/principal/>>. Acesso em: 10 nov 2009.

UNISUL. Disponível em:
<<http://portal2.unisul.br/content/site/auniversidade/campusdaunisulvirtual/locaisdeprovas.cfm>>. Acesso em: 10 set. 2009.

UNIVERSIDADE PETROBRÁS. Disponível em:
<http://www2.petrobras.com.br/Petrobras/portugues/empregos/emp_gestao_index.htm>. Acesso em: 14 fev. 2007.

VALER. Universidade Corporativa. Disponível em:
<<http://www.vale.com/vale/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=243>>. Acesso em: 14 fev. 2007.

VOIGT. Emilio. Informações obtidas por E-mail a partir de contato com o Prof. Dr. Emilio Voigt, ex-coordenador de EaD da Faculdades EST. Em 20 out 2009.

ZFU – Staatliche Zentralstelle für Fernunterricht. Disponível em: <<http://www.zfu.de>>.
Acesso em: 20 ago. 2009. Tradução livre da autora deste trabalho.

ZFU – Staatliche Zentralstelle für Fernunterricht. Disponível em:
<<http://www.zfu.de/Downloads/Rechtsgrundlagen/PDF/verwaltungsguehren130503.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2009.

ZFU – Staatliche Zentralstelle für Fernunterricht. Disponível em:
<<http://www.zfu.de/Downloads/Rechtsgrundlagen/HTML/FernUSG>>. Acesso em: 20 ago. 2009.